

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
POLÍTICA**

Adão Araújo Galo Júnior

**SINDICALISMO RURAL NO ACRE:  
CONTRADIÇÕES EM TORNO DO “DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política.  
Orientador Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa

Florianópolis  
2012

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da  
Universidade Federal de Santa Catarina

Galo Júnior, Adão Araújo

Sindicalismo Rural no Acre [dissertação] : contradições em torno do  
“desenvolvimento sustentável” / Adão Araújo Galo Júnior ; orientador,  
Fernando Ponte de Sousa - Florianópolis, SC, 2012.

246 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Sindicalismo Rural. 3. Desenvolvimento  
Sustentável. 4. Amazônia. I. Sousa, Fernando Ponte de. II. Universidade Federal  
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III.  
Título.



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

**SINDICALISMO RURAL NO ACRE: CONTRADIÇÕES EM  
TORNO DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”**

Adão Araújo Galo Júnior

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Fernando Ponté de Sousa  
Orientador

Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo  
Membro

Prof. Dr. Eldeir Andrade de Paula  
Membro

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller  
Coordenador

FLORIANÓPOLIS, (SC) OUTUBRO DE 2012.



Aos camponeses da floresta que  
insurgem contra a apropriação privada  
e a mercantilização da natureza.



## AGRADECIMENTOS

A pesquisa científica é sempre um trabalho coletivo. O processo que permeia toda a pesquisa sempre tem em suas entranhas uma importante contribuição dos mais diversos atores que possibilitam a construção, a compreensão e o apoio extralaboral da atividade proposta. Nesse sentido, é imprescindível lembrar e agradecer àqueles que, de alguma forma, foram coautores deste trabalho.

Inicialmente, meus agradecimentos vão para a UFSC, que me possibilitou adentrar ainda mais o intrigante e instigante mundo da sociologia e da ciência política, e para a CAPES, pela bolsa de estudo, sem a qual estaria muito comprometida minha jornada acadêmica.

A todos os meus professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, que contribuíram significativamente para o meu aprofundamento teórico. É com respeito e admiração que agradeço a esses competentes doutores pela qualidade no ensinar, neste país em que a educação não é prioridade, apresentando significantes percalços na construção do saber.

Ao meu orientador, Fernando Ponte, pela simpatia, atenção e presteza, figura fundamental na lapidação e realização desta pesquisa.

Ao José Carlos do Laboratório de Sociologia do Trabalho e ao professor Sérgio Tumolo, os quais me ajudaram a direcionar melhor a pesquisa, quando apresentaram relevantes observações na qualificação desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado que, com a sapiência própria de um bom cientista social, conduziram nossas aulas sempre num elevado e rico debate teórico. Um agradecimento em especial a Ney Jansen e Wesley Kuhn, colegas fundamentais nessa minha jornada acadêmica, não só pelos estudos e discussões, mas também pela tão honrada amizade.

A Albertina Volkman e Fátima Xavier que, com simpatia e competência, sempre se mostraram atenciosas e pacientes às nossas dúvidas, direcionando-nos com clareza nesses trâmites burocráticos da academia.

No meu querido estado do Acre, não tenho como deixar de agradecer ao professor Elder Andrade de Paula, um dos poucos intelectuais que se mantém crítico aos tortuosos caminhos impostos para que a Amazônia venha ser, cada vez mais, uma grande feira de bens naturais, em detrimento de sua maior riqueza, ou seja, a floresta e seus moradores. Um professor e um amigo admirável, que serve de inspiração a qualquer sujeito que se posicione a favor dos oprimidos.

Ao professor Carlito Cavalcante, que me possibilitou adentrar como aluno especial em duas disciplinas do curso de mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre, o que possibilitou um melhor aprofundamento nos estudos e debates sobre a Amazônia e, conseqüentemente, a fundamentação desta pesquisa. Ao professor Silvio Simione e aos colegas deste curso de mestrado, que me aceitaram com bastante carinho nesta pequena, mas importante jornada, como aluno especial.

A Israel Souza, pelos diversos “toques” referentes à Amazônia e à conjuntura política local, o que possibilitou uma melhor reflexão em alguns direcionamentos desta pesquisa. Ao professor Francisco Queiroz que, sem titubear, formalizou meu desligamento da instituição em que trabalhava para que eu pudesse adentrar o mestrado com algum recurso financeiro, sem o qual dificilmente teria concluído.

Aos seringueiros da Amazônia, que me possibilitaram um aprendizado ímpar sobre essa terra e seus moradores, o que me fez dar mais valor a este imenso, impressionante e riquíssimo chão em que nasci. Um agradecimento especial a Dercy Teles e Osmarino Amâncio, que sempre se mostraram prestativos nas diversas entrevistas e “infundáveis” conversas que tivemos.

Aos meus filhos Jorge Luca e Lígia Galo, que suportaram a dor da saudade e sempre se mostraram compreensíveis com meu distanciamento, tanto fisicamente, quando estive em Santa Catarina, quanto nos sucessivos e longos períodos de recolhimento para escrever este trabalho.

À minha companheira Sueli Galo, que, competentemente e com muita presteza, amor e dedicação, cuidou sozinha de nossos filhos e de nossa morada nas diversas vezes em que tive de me ausentar nessa minha jornada acadêmica. Sem ela, nada disso seria possível.



*A Amazônia não é o pulmão do mundo.  
É o jardim do mundo.  
Um dia levaram perfumes, temperos e seivas.  
Em outro levaram as sementes.  
Dia desses levaram brilhantes.  
Depois, ou antes, animais e aves coloridos.  
Não satisfeitos, agora levam as árvores inteiras,  
só desgalham para parecer verde só o selo.  
Só não levam os jardineiros, que sem temperos,  
sem árvores e sem ouro,  
empatam nas periferias das cidades e da floresta,  
insistindo e replantando as flores.*

(Jones Dari, 2005)



## RESUMO

Esta pesquisa trata de uma análise sobre os posicionamentos políticos do sindicalismo rural no estado Acre sob a égide do “desenvolvimento sustentável”. Toma por objetivo compreender as contradições políticas existentes dentro do sindicalismo rural em torno de um projeto desenvolvimentista que propaga a convergência entre o crescimento econômico e proteção ambiental numa sociedade regida pelas leis de mercado capitalista. Adota o método dialético para a compreensão empírica da realidade estudada, ancorado numa reflexão a partir de categorias como sindicalismo, Estado e sustentabilidade. Tem como ponto de partida uma reflexão sobre o sindicalismo de estado no Brasil no intuito de demonstrar sua estrutura organizacional, sem desconsiderar a possibilidade de autonomia de setores sindicais mesmo dentro de uma rigorosa estrutura sindical. Resgata a história do sindicalismo rural no Acre num contexto em que os seringueiros se “atreveram” ir contra o projeto de desenvolvimento imposto, tendo a defesa de sua morada, ou seja, a defesa da própria floresta, o condicionante central para a garantia de sua sobrevivência enquanto trabalhador extrativista. Quando os conflitos pela terra se “amenizam” e uma nova configuração política administrativa liderada pelo Partido dos Trabalhadores se apresenta, novas relações entre poder institucional e sindicatos rurais são estabelecidas, denotando a cooptação de lideranças sindicais por parte do governo estadual. Numa conjuntura de enfraquecimento das lutas sociais de base e de uma política de ação direta, amplos setores do sindicalismo em análise passam a corroborar com as diretrizes políticas capitaneadas pelo governo estadual, que impõe um projeto de desenvolvimento adjetivado como “sustentável” como sendo o único caminho viável para a Amazônia acriana. A mercantilização dos bens naturais que o “desenvolvimento sustentável” impetra, focando intensamente num processo de extração comercial de madeira sob a técnica de manejo florestal, pautado por um discurso de autorregeneração e autossuficiência da floresta, tem análises distintas entre os camponeses da floresta, gerando dentro do sindicalismo rural posicionamentos antagônicos em torno desse modelo de desenvolvimento. Ao final, centra-se na análise de um gradual contexto contra-hegemônico em relação ao projeto desenvolvimentista, ultrapassando os limites de setores críticos do sindicalismo rural acriano, permeando diversos setores da sociedade civil. Demonstra as contradições existentes dentro do sindicalismo rural em relação ao “desenvolvimento sustentável”, em que os setores contrários ao atual

modelo de desenvolvimento apresentam severas críticas aos efeitos gerados por este projeto desenvolvimentista. Focaliza uma compreensão a partir das críticas ao “desenvolvimento sustentável” por esses setores do sindicalismo, a partir de um olhar voltado àqueles que não apenas dependem da floresta para sobreviver, mas que outrora lutaram incansavelmente contra as sucessivas investidas do capital para que esse enorme espaço verde não fosse destruído e que hoje se vê ameaçado pelo mesmo poder que outrora se opôs, ou seja, o poder econômico em consonância com os anseios irrestritos do lucro.

**Palavras-chave:** Sindicalismo Rural. Desenvolvimento Sustentável. Amazônia. Acre.

## ABSTRACT

This research is an analysis of the political positions of rural unionism in Acre state under the aegis of the so called "sustainable development". It aims at understanding the political contradictions existing within the rural unionism which supports a developmental project which propagates the convergence between economic growth and environmental protection in a society governed by the laws of the capitalist market. The dialectical method was adopted in this work for an empirical understanding of the reality studied, anchored in a reflection that deals with categories such as unionism, state and sustainability. Its starting point is a reflection on the state of unionism in Brazil in order to show its organizational structure, without disregarding the possibility of the autonomy of labor unions even within a strict union structure. The history of rural unionism in Acre is recovered in a context when the rubber latex extractors "dared" themselves to face the imposed developmental project, having the defense of his home, and therefore the defense of the forest itself, as the central condition for the guarantee of their survival as extractive workers. When conflicts over land "calmed down" and a new political administrative configuration led by the Workers' Party was introduced, new relationships between institutional power and rural unions were established, denoting the cooptation of union leaders by the state government. In an environment of weakening of the base social struggles and the policy of direct action, extensive sectors of unionism analysed in this study corroborated with the political guidelines headed by the state government, which imposed a development project entitled as "sustainable", that was presented as the only feasible way to the Amazon region of Acre. Focusing intensely on the process of commercial extraction of wood under the technique of the forest management, marked by a discourse of self-regeneration and self-sufficiency of the forest, the commodification of natural resources established by the "sustainable development" has distinct analyzes among the peasants of the forest, generating within the rural unionism antagonistic positions around this model of development. At the end, it focuses on the analysis of a gradual counter-hegemonic context in relation to the developmental project, exceeding the limits of critical sectors of Acre rural unionism, permeating various sectors of civil society. Then the contradictions within the rural unionism relating to "sustainable development" is demonstrated, in which the sectors opposed to the current model of development have severely criticized the effects generated by this developmental project. Finally the work

focuses on understanding the critiques to the "sustainable development" by those sections of unionism, taking into account those who not only depend on the forest to survive, but those who had fought tirelessly against the successive onslaughts of capital for this huge green space not be destroyed. Regardless it is being threatened by the same power they once opposed, ie the economic power in accordance with the unrestricted craving for income.

**Keywords:** Rural Unionism. Sustainable Development. Amazon. Acre.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sobreposição do território de um PAD ao de um seringal.	103
Figura 2 – Parcerias já firmadas pela WWF no estado do Acre desde a década de 1990 .....	135
Figura 3 – Tabela do IMAZON apresentada pela revista Veja referente à área total desmatada entre os anos de 1996 e 2004.....	145
Figura 4 – Cartaz do Grito da Terra Brasil 2011 no estado do Acre...	168
Figura 5 – Áreas protegidas da Amazônia Legal em dezembro de 2010.....	172





## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente .....	118
--	-----



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Produção de borracha natural na Amazônia (1960-1969)	
.....	82



## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

BASA – Banco da Amazônia  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CAEX – Cooperativa Agroextrativista de Xapuri  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros  
CNTTR – Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
CONSIR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DETRs – Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais  
DNTR – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais  
EUA – Estados Unidos da América  
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional  
FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre  
FETAGs – Federações dos Trabalhadores na Agricultura  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FoE – Friends of the Earth (em português, Amigos da Terra)  
FPA – Frente Popular do Acre  
FSC – Forest Stewardship Council (em português: Conselho de Manejo Florestal)  
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural  
FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre  
IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
ISA – Instituto Socioambiental  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MPE – Ministério Público Estadual  
MPF – Ministério Público Federal  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
PADs – Projetos de Assentamentos Dirigidos  
PAEs – Projetos de Assentamentos Extrativistas  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDS – Programa de Desenvolvimento Sustentável  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
POA – Plano de Operação Anual  
PPG7 – Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação  
RESEXs – Reservas Extrativistas  
SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco  
SEMTA – Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia  
STRs – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus  
WWF – Worldwide Fund for Nature (em português Fundo Mundial para a Natureza)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>1 SINDICATOS E ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PELO PRISMA DA AUTONOMIA</b> .....	<b>31</b>
1.1 ESTADO, SINDICATO E AUTONOMIA – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	31
1.1.1 Estado .....	31
1.1.2 Sindicato e autonomia .....	34
1.2 A ORIGEM DOS SINDICATOS.....	36
1.3 SINDICALISMO NO BRASIL .....	39
1.4 ORGANIZAÇÃO SINDICAL RURAL NO BRASIL.....	52
1.4.1 O camponês e o proletariado rural.....	52
1.4.2 A CONTAG e os sindicatos rurais .....	62
<b>2 TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS CAMPONESES NO ACRE</b> ....	<b>75</b>
2.1 A “BORRACHA DE GUERRA” E AS RELAÇÕES LABORAIS	75
2.2 “DESENVOLVIMENTISMO” EM ANOS DE CHUMBO .....	84
2.3 A PELEJA PELA TERRA E OS SERINGUEIROS COMO SUJEITOS HISTÓRICOS .....	89
2.4 OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS .....	94
2.5 A CONQUISTA DAS RESEXs.....	105
<b>3 DESENVOLVIMENTO, “SUSTENTABILIDADE” E SERINGUEIROS</b> .....	<b>109</b>
3.1 AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM E PARA QUÊ?.....	109
3.2 AMAZÔNIA: SUSTENTABILIDADE PARA QUEM?.....	113
3.2.1 A nova ordem mundial e a “sustentabilidade” .....	113
3.2.2 A mercantilização da natureza .....	137
3.3 OS TRABALHADORES SERINGUEIROS E A INSUSTENTABILIDADE DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”.....	150
<b>4 SINDICALISMO RURAL EM TEMPOS DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”</b> .....	<b>157</b>
4.1 “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NO ACRE: UMA HEGEMONIA EM DECLÍNIO? .....	157
4.2 A (IN)SUSTENTABILIDADE E OS SINDICATOS.....	184
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>205</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>211</b>
<b>APÊNDICE A – Fotos Reserva Extrativista Chico Mendes – PAE-Ecuador (Plano de Manejo Florestal Sustentável)</b> .....	<b>223</b>

<b>ANEXO A – Unidades de Conservação no estado do Acre (agosto de 2010) .....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXO B – Áreas de Planos de Manejo Florestal Sustentável no estado do Acre (agosto de 2010).....</b>	<b>227</b>
<b>ANEXO C – Áreas de Planos de Manejo Florestal e Unidades de Conservação no estado do Acre (agosto de 2010).....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXO D – Áreas de Planos de Manejo Florestal, Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento no Alto e Baixo Acre (agosto de 2010) .....</b>	<b>231</b>
<b>ANEXO E – Fotos denúncia referente aos efeitos do manejo madeireiro “sustentável” no Seringal São Bernardo (Rio Branco – AC, setembro de 2011).....</b>	<b>233</b>
<b>ANEXO F – Ofício da Secretaria de Estado de Comunicação do Acre suspendendo o contrato firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e a Rádio Educadora 06 de Agosto .....</b>	<b>235</b>
<b>ANEXO G – “Carta do Acre” .....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXO H – “Em defesa do Acre: para não voltar ao passado” ...</b>	<b>243</b>



## INTRODUÇÃO

A derrocada da produção de borracha natural na região amazônica e sua guinada para os grandes projetos industriais, incitados pelo reordenamento produtivo após a Segunda Guerra Mundial e a abertura da economia para as grandes corporações mundiais pelo governo militar, apresentou à região um novo engodo ideológico sob a expectativa do Desenvolvimento. Nas diretrizes de um desenvolvimento apenas econômico, as estradas se apresentavam como o caminho de integração econômica do “deserto verde” com os centros industriais do país. No entanto, o caminho do progresso apresenta um benefício apenas unilateral, beneficiando através da apropriação de grandes extensões territoriais e da exploração privada dos bens naturais os “paladinos” do progresso, excluindo aqueles que eles compreendiam como empecilhos ao desenvolvimento, ou seja, os nativos da Amazônia, de possíveis favorecimentos.

Sob o rogo dos grandes projetos de desenvolvimento como, por exemplo, os agropecuários e os energéticos hidráulicos, aqueles que habitavam as regiões projetadas para a execução das obras eram impetuosamente ignorados, haja vista, atualmente, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, ou como os indignados proclamam, o “Belo Monstro”. Ao certo podemos afirmar que na Amazônia, historicamente, nunca houve um projeto de desenvolvimento que respeitasse suas populações tradicionais.

Dadas as degradantes consequências, não apenas humana, mas também ambiental, geradas por esses grandes projetos de desenvolvimento, o Brasil passa a ser qualificado como um mau gestor de seus recursos econômico-ambientais. Na verdade, aqueles que financiam esses projetos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, são também aqueles que criticam, sob a prerrogativa de direcionar o riquíssimo patrimônio natural para os interesses econômicos das “competentes” nações ricas. Nestas circunstâncias, implanta-se no chão amazônico o “desenvolvimento sustentável”, tendo como objetivo, a partir de uma concepção ideológica de que o território amazônico está “salvaguardado”, beneficiar economicamente os bens naturais sob as diretrizes do “livre mercado”.

No estado do Acre, esses grandes projetos de desenvolvimento não apresentaram um resultado diferenciado. No entanto, os resultados trágicos gerados às populações da floresta fizeram emergir uma das mais expressivas organizações camponesas do Brasil. Nas décadas de 1970 e 1980, período em que sucedeu de maneira mais intensa a aplicação

desses projetos, os seringueiros da Amazônia acriana puseram-se a resistir contra as imposições do grande capital, reafirmando incondicionalmente sua ontologia enquanto “sujeitos da floresta”.

Organizados em sindicatos rurais, os seringueiros passaram a dizer não e a enfrentar qualquer prerrogativa que lhes ameaçasse. Todavia, passados alguns anos e após importantes vitórias, muitos daqueles que outrora diziam não, deixaram de se orientar por diretrizes mais centradas numa acepção humana, social e ambiental, passando, agora, a convergir com os preceitos impostos pelo “desenvolvimento sustentável”. Nesse contexto, favorecido por uma nova conjuntura político-administrativa de governo estadual, capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, que coopta setores importantes do sindicalismo rural e incita esse novo projeto de desenvolvimento no estado do Acre, uma nova condução de esvaziamento crítico é arraigada dentro do sindicalismo rural acriano. Contudo, apesar dessa majoritária condução política existente no sindicalismo rural acriano, resquícios de uma ordem crítica e humana, referente a um sindicalismo outrora combativo, ainda persiste, mesmo minoritariamente, o que faz gerar uma contradição interna no sindicalismo rural acriano em torno do “desenvolvimento sustentável”.

Em meio a essa configuração política antagônica existente atualmente no sindicalismo rural no Acre em relação ao “desenvolvimento sustentável”, conduzimos este trabalho a partir da seguinte hipótese: conforme a contradição existente no sindicalismo rural do Acre em torno do “desenvolvimento sustentável”, a atual proposta de desenvolvimento tem no controle governamental e na inoperância dos sindicatos enquanto mecanismos combativos e de defesa dos interesses da categoria social que correspondem, os fatores que sustentam que uma maioria sindical defenda o atual projeto de desenvolvimento. Por outro lado, os setores sindicais minoritários, embora apresentem uma contestação denunciativa e de fundamentação empírica das possíveis mazelas sociais e naturais causadas pela atual proposta de desenvolvimento, não encenam condições concretas de rupturas e transformações em forma de frente contestatória ao atual modelo de desenvolvimento e ao controle político a que se opõem.

Tomando por base o Estado ampliado em Gramsci, centramos nossas análises teóricas sobre o Estado. Em relação aos trabalhadores rurais, a linha teórica foi centrada na categoria política camponeses, a partir das reflexões de José de Souza Martins. Como recurso vocabular, utilizamos diversas outras denominações para os seringueiros da Amazônia como, por exemplo, trabalhadores rurais, camponeses da

floresta ou, simplesmente, camponeses. Contudo, deixo claro que muitos desses trabalhadores ainda se autorreconhecem como seringueiros, não importando a atividade rural que exerçam ou mesmo o local que habitem, seja esta uma floresta ou um projeto de colonização. Aqui, a origem e o peso histórico que envolve o termo seringueiro supera qualquer outra denominação enquanto categoria social.

A análise dos sindicatos no Brasil parte de um resgate histórico da formação sindical brasileira a partir da relação existente entre sindicatos e Estado, tendo a autonomia sindical como referência central. No que concerne o “desenvolvimento sustentável”, partimos de uma reflexão a partir de documentos como o Relatório de Brundtland e a Agenda 21, resultantes de Conferências das Organizações das Nações Unidas relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, as quais têm por intuito estabelecer convergências entre o desenvolvimento econômico e debate ambiental, rogando, notoriamente, pelo primado do econômico. No Acre, temos nas pesquisas de Elder Andrade de Paula como aporte norteador das relações que implicam o projeto desenvolvimentista adjetivado como sustentável, na qual se configura como uma atividade direcionada a mercantilização dos bens naturais. Acreditamos que com esses direcionamentos teóricos teremos os fundamentos necessários para a condução analítica sobre sindicalismo rural e sua política em torno do “desenvolvimento sustentável” e, conseqüentemente, para uma melhor compreensão do processo, ao mesmo tempo contraditório e convergente, existente nas relações entre ambos.

O estudo da presente temática foi fruto de uma necessidade real. Uma necessidade que não se pauta apenas pelo aprofundamento científico e humano sobre o intrigante e ao mesmo tempo fascinante universo da Amazônia, mas pela vontade de apresentar-se como *sujeito da história*, contribuindo com a resistência em defesa da floresta e de seus moradores. Nesse sentido, a condução científica deste trabalho pauta-se por um olhar voltado, principalmente, aos setores críticos ao “desenvolvimento sustentável”, no intuito de apresentar uma análise diferente daquela propagada pelos defensores desse modelo de “sustentabilidade”.

## METODOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Nossa metodologia primou por uma delimitação de 3 (três) Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) – o de Rio Branco, o de Brasileia e o de Xapuri –, estabelecendo como critério de seleção o

papel não apenas histórico desses sindicatos, mas sua relevância sobre o tema em questão, seja para convergir ou para divergir. Entretanto, não foram desconsideradas algumas reflexões além dessas regiões, como forma de sustentação e validação analítica de questões que necessitavam de um aprofundamento ou exemplificação além dos sindicatos especificados.

Os demais procedimentos metodológicos, como a análise de conteúdo, a análise de discurso e análise retórica e as entrevistas, foram distribuídos em cada capítulo, conforme as exigências necessárias para sua elaboração.

No capítulo I desenvolvemos as reflexões teóricas sobre o Estado para Gramsci como referência para entender as relações entre Estado e desenvolvimento, compreendendo que, ao pensar o Estado ampliado, damos um melhor suporte analítico para entender os pactos e conflitos entre os diversos atores sociais ou, numa linguagem gramsciana, entre os intelectuais orgânicos em torno do “desenvolvimento sustentável”. Nesse capítulo também desenvolvemos, conforme falado na exposição sobre o aporte teórico que norteia a pesquisa, tendo o mote autonomia sindical como cerne norteador de análise, uma reflexão a partir das relações entre Estado e sindicatos no Brasil, focando também num debate sobre a estrutura sindical brasileira, mas sempre direcionando a valorização dos sujeitos enquanto construtores e transformadores da realidade social, não sendo estes “prisioneiros” das estruturas sociais. Por fim, desenvolvemos uma análise histórico-analítica sobre a organização sindical rural no país.

No capítulo II buscamos estabelecer um resgate histórico da formação sindical rural no Acre. Acreditamos que, ao enfatizarmos a ascensão de novos sujeitos históricos que se colocaram organicamente em contraposição aos imperativos estatais que determinavam uma nova forma de interferência econômica na Amazônia, possibilitaremos uma melhor compreensão aos que desconhecem a formação política dos camponeses do Acre, dando um importante subsídio para entender as diferenças políticas atuais que permeiam internamente o sindicalismo rural no estado.

No capítulo III centramos, a partir do contexto amazônico, numa análise das matrizes ideológicas, políticas e econômicas que culminam numa convergência ideológica entre desenvolvimentismo econômico do capital e proteção ambiental, ou seja, no famigerado “desenvolvimento sustentável”; e como este se implanta e é aplicado no estado do Acre.

O capítulo IV apresenta o resultado da pesquisa de campo. Neste capítulo é desenvolvida uma análise das contradições existentes no

sindicalismo rural do Acre no que concerne ao “desenvolvimento sustentável”, demonstrando principalmente as implicações que ocorrem em relação à exploração madeireira a partir do manejo madeireiro “sustentável”. Contudo, vale ressaltar que a análise da exploração madeireira sob esta égide, seja ela de cunho comunitário, privado ou governamental, não parte de um estudo técnico pautado em análises pormenorizadas. As bases que sustentam a crítica ao manejo provêm de uma tradicional relação entre os seringueiros e a floresta em que inexistia a extração de madeira para uso comercial. Uma crítica que se apresenta, por esse prisma, contrária aos anseios do capitalismo, que tem por objetivo estabelecer incondicionalmente um projeto econômico verde na Amazônia para fins de acumulação privada e reprodução de capital. Por seu lado, esse capítulo também apresenta uma análise enfatizando que as contraposições em relação ao “desenvolvimento sustentável” no Acre não são um ato exclusivo de setores críticos existentes no sindicalismo rural local, mas de um amplo processo que envolve diversos outros setores da sociedade civil. Nesse aspecto, recorreremos ao conceito de hegemonia em Gramsci para colocarmos em debate se o atual projeto de desenvolvimento sob a égide da sustentabilidade aplicado no estado do Acre está passando por um processo de perda de hegemonia. Por fim, o capítulo centra-se no objeto em si, analisando diretamente a contradição sindical em relação ao “desenvolvimento sustentável”.

Por fim, em vista à compreensão analítica dos fatos, cabe resaltar que a pesquisa foi orientada por uma inserção direta do pesquisador na realidade social estudada, conforme a orientação determinada pela postura de um observador participante. No que concerne às entrevistas, ressaltamos a existência de dificuldades no que se refere ao acesso do pesquisador aos entrevistados, em virtude de a locomoção na imensidão da floresta apresentar diversos empecilhos que dificultam o encontro com os seringueiros. Nas entrevistas feitas com os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, por exemplo, além das grandes distâncias que tínhamos que percorrer entre uma residência e outra – algo em torno de 5 km –, o que já estabelecia consideráveis dificuldades de contato, também tínhamos que suportar as constantes ausências de famílias ou de trabalhadores em suas residências. Muitas dessas ausências eram em virtude das atividades diárias dos seringueiros em meio à floresta ou da necessidade de se deslocarem para outras localidades a fim de comercializarem seus produtos ou, simplesmente, de uma singela visita a seus parentes ou de uma significativa participação em uma festa. Contudo, apesar das dificuldades, conseguimos entrevistar uma quantidade relevante de trabalhadores

rurais, que nos deram os devidos suportes analíticos para o desenvolvimento da pesquisa e sua validação científica.

## **1 SINDICATOS E ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PELO PRISMA DA AUTONOMIA**

O sindicalismo no Brasil tem na categoria autonomia um centro norteador para explicar a formação sindical no país. A relação sindicato-Estado se apresenta como guia principal para a compreensão histórica e política dos sindicatos. Neste contexto, o presente capítulo não se propõe apenas fazer um resgate rigorosamente histórico do sindicalismo no país, mas apresentar uma análise no que concerne à trajetória sindical no Brasil sob o ponto de vista da autonomia. Desenvolvendo, de início, uma breve referência teórica sobre a concepção de Estado que norteia este, seguindo de uma reflexão em relação aos sindicatos e o Estado no Brasil para efeito de situar teoricamente algumas categorias que norteiam a pesquisa.

### **1.1 ESTADO, SINDICATO E AUTONOMIA – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

#### **1.1.1 Estado**

A concepção de Estado aqui apresentada não o vê como um instrumento nas mãos de um determinado setor ou “classe” dominante, nem como um “sujeito autônomo” nas suas vontades. Nossa compreensão conceitual de Estado toma como referência o Estado ampliado em Gramsci. Nessa linha de argumentação, o Estado é compreendido como resultante das relações sociais, sendo ao mesmo tempo um produto e o modelador destas relações a partir da correlação de forças existente entre elas.

Gramsci, ao discorrer sobre o conceito de Estado, apresenta dois momentos: um no sentido estrito, outro no sentido ampliado. O Estado no sentido estrito configura-se pela constituição do governo e suas práticas coercitivas (sociedade política) através do(a): exército, polícia, burocracia, administração. No entanto, Gramsci discorre que apenas a função coercitiva não teria suporte no controle social se não houvesse, de maneira inseparável, uma ação educativa e de formação moral por parte do Estado no que se refere às necessidades para o desenvolvimento produtivo. Então, inseparável a função coercitiva, o Estado exerce um funcionamento ao nível da ideologia e do econômico, estabelecendo um direcionamento intelectual e moral por parte dos intelectuais orgânicos da classe dirigente para que se constitua um consenso social, ou seja, a hegemonia (sociedade civil). Nesta análise, para o revolucionário

italiano, o Estado no sentido ampliado é formado pela sociedade civil + sociedade política, ou seja, pela hegemonia (o consenso tanto do econômico, quanto da ideologia “privada”) revestida de coerção (GRAMSCI, 1978). Assim, Gramsci constitui o Estado como:

[...] o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governantes (GRAMSCI apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 129).

Em rigor, ao contrapomos a ideologia liberal de Estado, a qual insiste em ocultar o poder de Estado como poder de classe e apresentá-lo como “sendo um mero zelador da lealdade do jogo, das regras do jogo” (GRAMSCI apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 98); e estabelecermos o Estado ampliado em Gramsci como referência conceitual, rompemos com qualquer concepção de Estado que o identifica apenas como governo.

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e governo, identificação que precisamente é uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, já que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que se devem referir à noção de sociedade civil [...] (GRAMSCI, 1978, p. 234).

A hegemonia para Gramsci, ao se configurar como a conquista do consenso no conjunto da sociedade, desempenha um papel de direção moral, de direção intelectual de uma classe, apoiado, também, pela força. Assim, a hegemonia é um conceito que não age apenas sobre a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas também no modo de pensar, nas orientações ideológicas e o modo de conhecer (GRUPPI, 1978, p. 03). Em suma, conforme Gramsci, podemos considerar que a hegemonia assegura o consenso para aplicação de uma política de classe.

Através de uma análise dialética da realidade, Gramsci não vê a hegemonia numa configuração estável e inalterada no controle social. A própria hegemonia está passível de entrar em crise, estabelecendo um



“equilíbrio instável<sup>1</sup>” quando as correlações de forças contraditórias ameaçam o “equilíbrio” constituído. Essa crise de hegemonia se configura na “crise do Estado em seu conjunto”, o que abrirá a possibilidade de superação do modelo hegemônico vigente.

No que se refere ao conceito de intelectual orgânico, Gramsci define que,

[...] por intelectual, cabe entender não somente essas camadas sociais tradicionalmente chamadas de intelectuais, mas em geral toda a massa social que exerce funções de organização em um sentido amplo: seja no plano da *produção*, da *cultura* ou da *administração pública* (GRAMSCI apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 46, grifo do autor).

Para Gramsci, o intelectual orgânico no modo de ser, na vida prática, é um construtor, um organizador, um “persuasor permanente” (GRAMSCI, 1978).

Os intelectuais são os “caixeiros” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à direção imprimida à vida social do grupo fundamental dominante, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e portanto da confiança) que deriva, para o grupo dominante, da sua posição e da sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal, que assegura “legalmente” a disciplina daqueles grupos, que não “consentem”

---

<sup>1</sup> Sobre a situação de “equilíbrio instável”, temos uma exemplificação feita por Gramsci em relação à Itália nas primeiras duas décadas do século XX, que ajudam a entender esta circunstância: “Na Itália, havia um *equilíbrio instável* entre forças sociais em luta. Em 1919-1920, o proletário era forte demais para sofrer por muito tempo, de maneira passiva, a opressão capitalista. Mas suas forças organizadas eram incertas, hesitantes, internamente débeis, porque o partido socialista não passava de um amálgama de pelo menos três partidos. Faltou à Itália dessa época um partido revolucionário, bem organizado, decidido a lutar. Dessa posição de *equilíbrio instável* nasceu a força do fascismo; [...]” (GRAMSCI apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 130-131, grifo do autor).

nem ativa nem passivamente, mas é constituído por toda a sociedade em previsão dos momentos de crise no comando e na direção em que o consenso espontâneo vem a fazer falta (GRAMSCI, 1978, p. 348).

Do que foi exposto, Gramsci não limita sua compreensão de intelectual apenas àqueles vinculados ao grupo dominante. Ele também apresenta diferenciações no conceito de intelectual orgânico quanto expressado em classes distintas, destacando a existência de intelectuais orgânicos nos grupos subalternos que desempenham um papel fundamental na organização política da classe.

### **1.1.2 Sindicato e autonomia**

Na análise da categoria autonomia recorreremos à compreensão da relação Estado-sindicatos como referência analítica, pautando-se nas reflexões de Azis Simão e Armando Boito Júnior sobre sindicalismo no Brasil. No entanto, consideramos importante destacar que, ao fixarmos a compreensão teórica no Estado ampliado em Gramsci, nossa análise não se baseia no entendimento da relação sindicatos-Estado apenas como estrutura, no sentido substancial do termo, como interpreta Armando Boito Júnior (1991), dado que, para ele, não há nos sindicatos oficiais uma estrutura maleável. Segundo a ótica estruturalista de Boito Júnior (1991), a não autonomia do sindicalismo no Brasil fundamenta-se numa legislação que incorpora o aparelho sindical ao Estado e institui organizações sindicais com regras que não dependem da vontade dos associados, suprimindo a liberdade sindical. Para ele há um controle estatal que inviabiliza os trabalhadores deliberarem livremente sobre questões referentes à organização do aparelho sindical, tendo, por exemplo, a impossibilidade de os associados disporem de um controle efetivo das finanças, bem como decidirem qual organização sindical possa representá-los.

Em rigor, Boito Júnior (1991) discorda veementemente de possíveis variações conjunturais nos sindicatos, ora atentando-se para os interesses do patronato, ora em conformidade com os interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, entende-se que há a negação de uma possível maleabilidade que possa variar conforme a corrente sindical que ocupe a direção do sindicato oficial. Na sua ótica, “o sindicato de Estado é, sempre, [...] uma instituição que amortece o conflito de classes” (BOITO JÚNIOR, 1991, p. 16). A despeito de nossa

contraposição a essa linha de argumentação, a referência que fazemos a Boito Júnior tem por caráter central ilustrar, de maneira subsidiária, a compreensão da legislação que incorpora o aparelho sindical ao Estado, no que concerne à *investidura sindical*, termo usado para designar o reconhecimento do Estado ao sindicato oficial para representar uma categoria social e negociar em nome desta; a *unicidade sindical* e as *contribuições sindicais* obrigatórias por força da lei, como, por exemplo, o imposto sindical; sem recorrer a essa estrutura como uma compreensão cimentada do sindicalismo brasileiro, embora apresentemos as compreensões estruturais de Armando Boito Júnior.

Em nossa linha de análise, consideramos a possibilidade de transposição da prática sindical conduzida pelo Estado, bem como a não-internalização plena de uma ideologia institucionalizada pelas regras deste sindicalismo de Estado. No entanto, não negamos que há uma legislação sindical que impõe regras aos sindicatos e impede a livre organização associativista fora dos termos legais impostos, sob a perspectiva de regimentar os conflitos sociais relacionados às tensões que emanam das contradições entre capital e trabalho. Ou seja, os sindicatos aqui não são vistos como uma organização entregue passivamente a estrutura, restringindo suas ações a uma lógica institucionalizada de ação e de reivindicação.

Corroboramos que há a possibilidade de emergir lideranças sindicais e categorias sociais que desempenhem interpretações e ações fora do modelo estrutural, sendo passível de se colocarem como sujeitos da história, mesmo dentro de uma organização sindical oficial. No entanto, apesar de não negarmos o possível papel desempenhado pelos sindicalistas como sujeitos da história, somos condizentes em afirmar que os fortes reflexos do cimento estrutural sobre os sindicatos oficiais contribuem, de certa forma, para a limitação de uma autonomia sindical.

O sindicalismo de Estado, como bem se observa em Azis Simão (1981), pauta-se numa intervenção do Estado na organização sindical, não necessariamente por técnicas repressivas, mas a partir de normas legais que regulamentam a vida sindical e legitima seu funcionamento diante do olhar e controle estatal. Como exemplo, podemos citar, já na década de 1930, a submissão organizativa dos sindicatos ao Estado, via Ministério do Trabalho, a partir de leis que regulamentam a *unicidade sindical*, fixando a existência apenas de sindicatos oficiais, restringindo, ou melhor, proibindo a existência de sindicatos que estejam à margem do sistema oficial.

Antes [período anterior a década de 1930], o sindicato era uma instituição legítima apenas perante seus membros, impedido de integrar-se plenamente na sociedade global pela ação coercitiva do patronato e do Estado. [...] Agora, socialmente legitimadas e legalmente reconhecidas, são grêmios estáveis, embora sujeitos ao controle estatal (SIMÃO, 1981, p. 01).

A *unicidade sindical*, segundo Boito Júnior (1991, p. 28, grifo do autor), “é o *monopólio legal* da representação sindical concedido, pelo Estado, ao sindicato oficial. Trata-se, então, não de um monopólio de fato, mas *legal*, que, como tal, só pode ser uma *concessão do Estado*”. Seguindo a análise, ele complementa:

A unicidade facilita o controle do sindicato oficial. Ela converte a *investidura sindical* num privilégio e inibe a formação de associações sindicais rivais que poderiam gerar uma dinâmica sindical de difícil controle (BOITO JÚNIOR, 1991, p. 28, grifo nosso).

Nesse tripé legislativo que incorpora a estrutura sindical, as contribuições sindicais obrigatórias aos não associados, segundo Boito Júnior (1991), são uma espécie de poder tributário dos sindicatos oficiais. Cria-se, diante destas contribuições, neste caso focaremos apenas no *imposto sindical*, uma espécie de dependência financeira dos sindicatos ao Estado, e não aos trabalhadores. Para efeito ilustrativo, é também interessante destacar que, segundo Azis Simão (1981), em seus estudos nas primeiras décadas do século XX, a implantação do *imposto sindical*, via Estado, estabeleceu aos sindicatos o dever de criar e manter organizações e serviços do tipo: “Cooperativas de consumo e de crédito, assistência judiciária, hospitais e outros serviços de assistência social, escolas, especialmente profissionais [...]” (SIMÃO, 1981, p. 172). A obrigatoriedade em cumprir estes serviços ocasionou uma divisão nas ações sindicais, acabando com a exclusividade dos sindicatos ante as ações reivindicatórias e de resistência.

## 1.2 A ORIGEM DOS SINDICATOS

A história da organização dos trabalhadores não parte da formação dos sindicatos como sua primeira expressão organizativa

contra a relação de exploração, característico da sociedade capitalista. Este modelo de sociedade, em que a obtenção do lucro por parte dos capitalistas, através da expropriação dos trabalhadores dos meios de produção e da exploração do trabalho, a partir de uma elevada jornada de trabalho, em que parte do trabalho não é paga ao trabalhador, gera contradições entre as classes sociais inseridas diretamente no processo produtivo, ou seja, a burguesia e o proletariado. De início, essas contradições condicionaram o aparecimento de diversas ebulições revoltosas e de protesto por parte dos proletários contra o processo exploratório. Diante das contradições e do contexto revoltoso gerado, fomentaremos um resgate histórico das primeiras formas de luta e organização dos trabalhadores na Inglaterra do século XIX, como expressão maior da origem dos sindicatos.

Na Inglaterra industrializada, o crime se apresenta como a primeira forma de rebelião dos operários. Não compreendendo o porquê da sua condição de vida em relação ao capitalista, o trabalhador das máquinas recorre ao roubo como forma de protesto. Segundo Engels,

[...] o operário vivia em pobreza e necessidades, e via que outros estavam melhores do que ele. Não estava claro em sua mente porquê [sic] ele, que fez mais pela sociedade do que o rico ocioso, deveria sofrer sob estas condições (ENGELS, 2008, p. 54).

A ação logo é abandonada, pois o crime só expressava uma ação individual e nunca foi de agrado da maioria dos trabalhadores. O crime é substituído pelo movimento ludista<sup>2</sup>, ou seja, um movimento de protesto por parte do operariado inglês que se fundava na quebra de máquinas. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), o movimento tinha por objetivo melhorias salariais e contenção da mecanização da produção têxtil.

Os trabalhadores percebendo que “a máquina não era a causa de seus males – mas sim o dono dela que [...] os estava afastando dos meios de produção” (HUBBERMAN, 1986, p. 186-187); e devido uma ação

---

<sup>2</sup> Segundo Bobbio; Matteucci; Pasquino (2000), o nome ludismo origina-se do lendário líder do movimento que se chamava Nedd Ludd. De acordo com a tradição, lá pelo fim do século XVIII, em Loughborough, Leicestershire, Nedd Ludd teria sido o primeiro operário têxtil a quebrar o tear do padrão após um conflito com o mesmo. Devido a este fato, seus seguidores passaram a se chamar de *ludders* ou *luddites* (ludistas).

legislativa por parte do parlamento que, em sintonia com o apelo dos donos das máquinas, aprovaram uma lei que estabelecia a pena de morte àqueles que destruíssem as máquinas; estes operários, segundo Engels (2008), reavaliaram suas ações e concluíram que havia a necessidade de encontrarem uma nova forma de oposição, pois a quebra das máquinas não expressava uma organização dos trabalhadores.

Alternativas legalistas também foram utilizadas como forma de protesto, através do envio de petições ao parlamento, na tentativa de estabelecer leis que aliviassem a miséria dos trabalhadores. Mesmo sendo criadas algumas leis, as petições, como alternativa para melhores condições de vida, logo foram abandonadas. Os trabalhadores constataram que lei posta não é necessariamente lei aplicada, além de perceberem uma aproximação dos patrões com os magistrados, o que inviabilizava vitórias no espaço jurídico.

O movimento cartista é outro movimento que também podemos considerar como método de ação dos trabalhadores contra sua realidade miserável. A participação política através da democracia representativa se apresentava como a principal arma deste movimento. Reivindicavam o direito ao voto através da seguinte ideia: “Se conquistassem o direito de voto, poderiam pressionar os legisladores a fazer um governo de e para muitos, ao invés de um governo de e para poucos” (HUBBERMANN, 1986, p. 188). Com a aprovação, em 1824, na Inglaterra, da lei que garantia a livre associação dos trabalhadores em defesa de seus direitos, é estabelecida uma significativa guinada na luta e no poder de organização dos trabalhadores. A partir de então são criados vários sindicatos, embora já existissem associações secretas de trabalhadores.

É interessante observar que a ilegalidade das associações dos trabalhadores não estava limitada apenas à Inglaterra. Na França, “os movimentos para elevação de salários eram considerados ilegais” (HUBBERMANN, 1986, p. 191). A partir da percepção de que organizados em sindicatos os trabalhadores eram mais fortes, inicia-se na Europa o surgimento deste tipo de organização e de luta da classe trabalhadora. Ante tal contexto, podemos entender a importância dos sindicatos na organização dos trabalhadores e em defesa de seus interesses. No que concerne ao antagonismo existente entre a classe burguesa e a classe proletária, a organização dos trabalhadores se fez mais que necessária, visto que os patrões a tempos mantinham-se organizados:

Os sindicatos legalizados em 1824 entraram em ação bem a tempo. Os capitalistas sempre estão organizados. Na maioria dos casos não necessitam de uma organização formal com estatutos etc. Seu número restrito, comparado com o dos operários, o fato de constituírem uma classe particular e de manterem relações sociais e comerciais constantes, dispensam a organização (ENGELS, 2008, p 71).

Apesar da importância que é atribuída à organização dos sindicatos por Engels, é interessante abrir um parêntese para a colocação do marxista holandês Anton Pannekoek (1873 – 1960) em relação aos sindicatos. Para Pannekoek, na origem dos sindicatos, mesmo estes se apresentando

[...] como forma inicial de união dos trabalhadores na luta contra o patronato para vender sua força de trabalho em condições mais vantajosas, [esta] luta [...] desde que dirigida pelos sindicatos, foi reconhecida pelos próprios patrões como necessária para manter a revolta proletária sem surpresas (MENDONÇA, 2011, p. 147).

Uma instigante colocação que nos orientará na compreensão da ação do Estado dentro dos sindicatos no Brasil a partir da década de 1930, como veremos a seguir.

### 1.3 SINDICALISMO NO BRASIL

No Brasil, a organização da classe trabalhadora em sindicatos aparece a partir das duas primeiras décadas do século XX, em São Paulo. Inicialmente os anarquistas são os maiores expoentes da organização e da luta, depois os socialistas se apresentam como os principais organizadores da classe. Cabe ressaltar que os sindicatos não foram as primeiras organizações de trabalhadores no Brasil. Segundo Azis Simão (1981), tínhamos organizações em forma de associações de assalariados, de sociedade operária de socorros mútuos e ligas operárias. Cada uma destas organizações possuíam critérios próprios de admissão e de ações. Apesar de suas diferenciações, estas associações foram as primeiras expressões organizativas dos trabalhadores que contribuíram para a formação sindical no país.

Neste processo de formação dos sindicatos no Brasil, o mutualismo e o cooperativismo se apresentavam como as principais finalidades destas primeiras organizações<sup>3</sup>. Entre os anarquistas e os socialistas estes direcionamentos eram encarados com bastantes ressalvas. Os anarquistas atacavam veementemente as ações mutuais como sendo a finalidade dos sindicatos, embora não negassem auxílio aos trabalhadores caso fosse necessário. Já os socialistas não negavam o mutualismo e o cooperativismo, mas não o colocavam como o centro finalizador da organização sindical. Embora tenhamos, neste momento, um crescimento sindical, há uma certa instabilidade nestas associações, segundo nos destaca Azis Simão:

Conforme as informações, escritas e orais, particularmente até meados da década de 1920, uns mais e outros menos, os sindicatos foram associações instáveis, apresentando, por vezes, grandes soluções de continuidade em sua existência. Há notícias de sucessivas criações de grêmios, em uma mesma localidade ou categoria profissional, já indicando isto ter havido aí interrupções da organização sindical (SIMÃO, 1981, p. 155).

A despeito do caráter instável, com vários sindicatos tendo existência efêmera e apresentando vários problemas de continuidade, estas agremiações não estavam sob a tutela do Estado. A partir da década de 1930, com o governo Vargas, ocorrem diversas mudanças na legislação através de sucessivos decretos-leis que passam a regulamentar a existência e a organização dos sindicatos no Brasil. Neste período, os sindicatos passam a ter uma existência estável, entretanto sob a regulação plena do Estado.

---

<sup>3</sup> Baseado em Azis Simão (1981), tanto o mutualismo quanto o cooperativismo estavam voltados para ações e obras beneficentes entre os trabalhadores. Um exemplo de ação que envolvia as atividades de ajuda mútua e de cooperação entre os trabalhadores, na qual imperava uma solidariedade grupal, estava: “a norma de socorrer militantes sindicais necessitados, por motivo de prisão, deportação ou enfermidade, seja com fundos sindicais, seja com as contribuições especialmente solicitadas através da imprensa operária” (SIMÃO, 1981, p. 153).



A simultaneidade de tipos de associação profissional bem como de suas formas federativas persistiu até o primeiro quinquênio de 1930, apesar das mudanças que então se tentaram promover no sindicalismo. Nestas, foi um fator de grande relevância a intervenção do Estado nessa área da vida social, através não mais simplesmente de técnicas repressivas, mas também de sua organização segundo fins e normas legalmente estabelecidos. Na década de 1930, o governo iniciou e completou, em suas linhas gerais, o sistema sindical ainda hoje vigente no país. Nos três decretos dessa época, que regulamentam a associação em sindicatos, observa-se a progressiva fixação de padrões organizatórios que reduzem e uniformizam os tipos de grêmio e de articulação de seus exemplares. A lei, em suas sucessivas redações [sic] orientou-se no sentido de instituir um sistema sindical único, em que se incluíam diversas espécies de associações, distintas entre si pela posição econômico-social de seus respectivos componentes [...] (SIMÃO, 1981, p. 168-169).

As mudanças legislativas em torno da organização sindical, a partir da década de 1930, não apenas afetam o princípio da pluralidade sindical de uma mesma categoria profissional numa mesma localidade, mas também o princípio da autonomia quando, em 1939, é estabelecido o decreto-lei que proíbe a existência de sindicatos que não sejam reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

No que tange à configuração de um sindicalismo de Estado no Brasil, consideramos importante fazer um rápido destaque sobre a categoria autonomia para o sindicalismo anarquista existente no Brasil no início do século XX. Uma breve colocação que tem como proposta apenas estabelecer um rápido parâmetro entre o sindicalismo oficial tutelado pelo Estado e os direcionamentos políticos no que se refere à autonomia do sindicalismo anarquista. Neste caso, de início, observamos, segundo nos apresenta Azis Simão (1981), que o sindicalismo de orientação anarquista tem na autonomia sua condição fundamental de existência:

A mais absoluta autonomia das associações constituiu o princípio fundamental do

sindicalismo anarquista. Cabia a cada uma delas o pleno direito de autodeterminação e, mais do que isso, o dever de defendê-lo, negando-se a quaisquer relações de dominação e subordinação. [...] Relacionado com o princípio da autonomia, o sistema associativo anarquista facultava a existência de mais de um grêmio em cada âmbito territorial ou profissional, bem como a de formas federativas diversas. Não significava isto a ausência de propósitos em alcançar uma unidade de ação no movimento operário, mas apenas de não fazê-lo à custa de restrições à liberdade de associação (SIMÃO, 1981, p. 181).

Mesmo a autonomia se apresentando como o princípio norteador da ação sindical anarquista, não abandonando em sua essência este princípio, a aproximação dos anarquistas com o partido político marxista, segundo Simão (1981), ocasionou uma nova orientação em relação à questão da autonomia, em que “o sindicato deve [...] ser autônomo em face de todas as demais instituições, e heteronômico em relação àquele partido político” (SIMÃO, 1981, p. 183). Embora esta heteronomia em relação ao partido político quebre princípios da autonomia, devemos considerar que esta relação apresentava diferenças substanciais em relação aos sindicatos subjugados pelo Estado pós-1930. Entretanto não podemos desconsiderar que houve uma “mancha” na autonomia sindical neste momento, mesmo considerando que partido político marxista apresentava, neste contexto, um caráter organizativo e classista em defesa dos trabalhadores.

Com a configuração de um sindicalismo de Estado no Brasil, temos uma nova forma de ação do Estado em relação aos sindicatos. A ação repressiva do Estado é substituída pela ação organizativa e controladora sobre as agremiações, conforme destaca Simão (1981). Neste ambiente, a colaboração de classes se fará presente em detrimento às lutas reivindicatórias, buscando o “equilíbrio” e o desenvolvimento da sociedade.

No período pós-ditadura Vargas até o golpe militar de 1964, os sindicatos continuaram a aumentar no Brasil. Há, então, uma consolidação dos sindicatos como instituição oficial. Segundo Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins (1979), neste período, há uma significativa aproximação dos sindicatos controlados pela esquerda com o governo democrático de Vargas e de João Goulart, ficando os

sindicatos conhecidos como “populistas”, ao assumir as seguintes características:

[...] subordinação à ideologia nacionalista, dando ênfase ao desenvolvimento baseado na solidariedade e paz social; a existência das *organizações paralelas* que, de certa forma, dinamizaram o sindicalismo oficial; e, [sic] a participação política dos sindicatos que passou a ser *consentida* pelo Estado, buscando, assim, apoio dos operários e entidades sindicais controladas, em sua maior parte pela esquerda. Foi justamente esta aliança da esquerda com o governo populista de Vargas (e na década de 60, com o governo João Goulart) que marcou toda a atividade sindical no período (MARTINS, H., 1979, p. 78, grifo da autora).

No período que antecede o golpe militar de 1964, os sindicatos, embora sob o controle da legislação sindical e trabalhista, apresentavam uma ampliação nos marcos de sua ação política. A abertura democrática possibilitou tipos de ações que não são possíveis num Estado de intenso controle social. A ampliação reivindicatória dos sindicatos pré-1964 apresentava aos setores dirigentes da classe dominante uma ameaça à estrutura social. Neste contexto, é deflagrado o golpe militar em 31 de março de 1964. Com o golpe, inicia-se um processo de repressão aos “excessos” sindicais da época, buscando “recolocar [...] – dentro de seus marcos legais – o movimento sindical, diminuindo a área de atuação de seus dirigentes” (MARTINS, H., 1979, p. 90). Assim, qualquer possibilidade de autonomia sindical é ferozmente descartada. Os sindicatos são novamente enquadrados na ideia de colaboração entre as classes e harmonia social. Estabelece novamente a submissão total dos sindicatos ao Estado, com limites definidos de atuação, sujeitando a autonomia sindical

[...] não aos interesses individuais ou da categoria profissional que representa, mas aos do Estado. Ou melhor dizendo, aos dos interesses dos grupos hegemônicos ou frações de classe que detêm o poder (MARTINS, H., 1979, p. 97).

A conjuntura dos sindicatos sob a intensa intervenção do Estado permeia até o final da década de 1970, sendo rompido, de certa forma, com o surgimento do “novo sindicalismo” no ABC paulista. O vazio político sindical gerado após o golpe militar de 1964 só começou a romper a partir dos efeitos gerados com a crise econômica proveniente do aumento do barril do petróleo na primeira metade da década de 1970 pelas nações vinculadas à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A crise pôs fim ao exaltado período conhecido como “milagre econômico”, ocasionando atritos mais fortes ao regime.

Setores médios da sociedade que obtiveram benefícios como o financiamento de casas e carros no período econômico promissor, possibilitando certa mobilidade social ascendente dentro de uma regra econômica e social de bem estar, agora se viam prejudicados com a inflação monetária em virtude da decadência do “milagre econômico”. Situação que gerou nestes setores da sociedade insatisfação ao regime. As diversas derrotas eleitorais para o único partido de oposição ao governo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), também era parâmetro de expressão dessa crescente insatisfação ao regime. Nesse universo de insatisfação, não apenas de setores médios da sociedade, mas também do operariado, que até então não expressava diretamente sua indignação à ditadura, colocavam-se, agora, críticos ao modelo vigente.

Não apenas a chamada “nova classe média” mas também uma ampla gama de setores populares articularam-se de forma mais intensa em torno de reivindicações por melhores condições de vida e pela democratização do Estado autoritário, dando origem a um enorme leque de formas associativas e movimentos organizados (MENEGUELLO, 1989, p. 29).

Nessa conjuntura, e com a “explosão” das grandes greves de 1978, 1979 e 1980 no ABC paulista, após anos de intenso controle social, o proletariado urbano se manifesta diretamente contra a intensa exploração em que estava submetido, conforme nos destaca Welmowicki (2004):

[...] o acúmulo das tensões sociais durante a ditadura gerou um fenômeno explosivo, mas de classe, de identificação política ampla dos trabalhadores e que o sucesso das primeiras

greves tornou estendido em escala nacional. A eclosão tomou a forma primeira de uma série de greves dispersas por todo o país. Depois, surgiram as greves centralizadas de categorias inteiras. Mais tarde, após um intervalo, greves nacionais começaram a ser organizadas. E esse fenômeno pode tomar o aspecto de novo movimento operário pela dimensão estrutural nova da classe operária, sua concentração e a extrema explosão estrutural da classe operária, sua concentração e a extrema exploração a que estava submetida. Não foi um acidente que tenha surgido justamente no ABC, um dos mais fortes exemplos dessa força proletária (WELMOWICKI, 2004, p. 51).

A ascensão de um novo movimento sindical no ABC paulista, através de uma luta contra o autoritarismo estatal, contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores e pelo fim de uma tradição sindical “pelega” que predominava até então, trouxe, novamente, a autonomia ante o Estado para o centro do debate sindical. Em suma, conforme nos destaca Meneguello (1989), o novo direcionamento político do sindicalismo combativo se pautava na democratização do sistema político, na autonomia e nas liberdades sindicais; como os pilares centrais e inovadores da nova orientação sindical.

Suas mais importantes diferenças com o movimento sindical pré-64 residiam tanto no *setor produtivo* sobre o qual de baseou [...], como na sua atuação política, fundada no *resguardo da autonomia da ação operária* frente a outras forças políticas [...]. Além disso, houve uma *mudança significativa na temática* desenvolvida pelo movimento sindical que, se antes de 1964 privilegiava a participação do Estado nas transformações da sociedade em torno de uma ideologia nacionalista, passou a enfatizar a democratização do sistema político, a autonomia e liberdade sindicais (MENEGUELLO, 1989, p. 45, grifo da autora).

A força política deste movimento sindical combativo ultrapassa as fronteiras econômicas que caracteriza a ação sindical. A luta política que sempre se fez presente neste novo sindicalismo, direcionou a uma

ampliação das lutas, atuando em outros espaços de poder, como o institucional, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Um salto qualitativo na sua organização também é dado com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

No âmbito da CUT, podemos centrar nossa questão em torno da autonomia sindical a partir de agora. Embora a Central não esteja incluída dentro da estrutura hierarquizada do sindicalismo de Estado no Brasil (Confederações, Federações e Sindicatos), a análise a partir da CUT se faz necessária, pois, neste momento, a nova realidade sindical brasileira, fundada na independência de classe e na postura antipatronal, terá esta Central como maior referência. Uma representação ativa da nova realidade sindical brasileira no início da década de 1980, tendo a autonomia como princípio essencial em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O classismo que vinha desde o período das oposições se manifestava em uma recusa aos pactos, na afirmação da independência de classe. O traço comum nos primeiros tempos era a **negação** da colaboração de classes. Evidentemente que a CUT e os sindicatos cutistas a todo momento eram chamados a negociar as pautas das campanhas e as greves. Mas era uma das marcas distintivas em relação ao sindicalismo anterior [...], a disposição de não comprometer os interesses dos trabalhadores em prol de acordos ocasionais. Corresponhia ao propósito de afirmar um sindicalismo independente dos patrões e do Estado (WELMOWICKI, 2004, p. 106, grifo do autor).

O princípio da autonomia que prosperou na CUT nos seus primeiros anos começa a ser descartado a partir da década de 1990, e uma nova postura em relação ao patronato e ao Estado começa a emergir. Para Tumolo (2002), a CUT que nos anos 80 apresentava-se como a Central do *não*, a partir dos anos 90 vai se consolidando numa nova fase, a fase do *sim*. Essa trajetória da CUT, do *não* para o *sim*, é dividida por Tumolo (2002) em três fases:

Primeiramente, aquela que vai de 1978-1983 até aproximadamente 1988, que se caracteriza por uma ação sindical combativa e confronto. A

segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, que pode ser classificada como a fase de transição e, por último, a mais recente, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador. Trata-se, portanto, de uma *mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania* (TUMOLO, 2002, p. 129, grifo do autor).

Após breve período de um sindicalismo combativo e autônomo em relação aos patrões e ao Estado, a colaboração de classes volta a se fazer presente na realidade sindical brasileira. O sindicalismo combativo molda-se aos limites do capital, direcionando suas ações a um discurso de cidadania em contraposição a uma postura de classe.

A discussão da **cidadania como estratégia** foi uma arma ideológica para introduzir a colaboração de classes no sindicalismo cutista. Ela foi sendo trabalhada [...] e expressou uma negação da visão original que primou na década de 80, que deu origem ao PT e à CUT: significa encarar a sociedade como composta de **cidadãos** [...], e não como composta de classes sociais. Significa abandonar a idéia de independência e unidade dos trabalhadores cujos interesses são contrapostos aos da classe dominante. Passa-se a pregar o *Sindicato-cidadão*, a buscar a união de toda a sociedade para conseguir a cidadania para todos (WELMOWICKI, 2004, p. 110, grifo do autor).

O direcionamento da CUT na busca da cidadania para todos, numa proposta de pacto social entre as classes para o progresso do país, obteve nos dois mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) um contexto favorável para esta nova orientação da Central. No entanto, antes de uma análise do governo Lula em relação à CUT, consideramos

importante abrir um parêntese para ilustrar alguns dos fatores que contribuíram para esta inflexão política da Central, como por exemplo:

- transformações no mundo do trabalho com a implantação e intensificação do toyotismo;

- a crise do paradigma socialista;

- uma nova relação institucional a partir da Constituição de 1988 que estabeleceu uma nova formulação na tensão entre ação direta e ação institucional;

- aplicação coordenada do modelo político-econômico “neoliberal” no Brasil a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso;

- a supremacia da técnica e da violência, com o segundo pautado num contexto de insegurança social, onde ambos, conforme Maria Célia Paoli (2007, p. 224), “encarregam-se de produzir a figuração da incompetência política da população, especialmente quando esta se organiza, se movimenta, aparece autonomamente”.

Ante a ocorrência destes fatores, é válido também destacar que outras mudanças promovidas no mundo do trabalho, oriundo da reorganização do capital global pós-Guerra Fria, também se apresentam como importantes “contribuições” para a neutralização e inoperância do movimento dos trabalhadores no Brasil. Entre essas mudanças, podemos citar: a desregulamentação dos mercados, o aumento do desemprego, a crise do sindicalismo e a flexibilização de direitos trabalhistas.

Em face do exposto, alguns intelectuais que se autointitulam herdeiros do pensamento marxista, passam a exaltar uma nova condição organizativa internacionalista dos trabalhadores. Essa proposta organizativa é sustentada pelo pressuposto de que a perspectiva clássica de transformação social desempenhado pelo operariado e seu princípio internacionalista de classe, como agentes condutores capazes de suprimir a opressão do capital aos trabalhadores, hoje se apresentam como soluções perdidas na história.

Não negando o velho internacionalismo operário, mas corroborando com a decadência do modelo organizativo clássico do operariado como saída para as regras de exploração do capital, Boaventura de Souza Santos e Hermes Augusto Costa (2005) estabelecem uma proposta de equilíbrio entre o novo e o velho internacionalismo. Os autores recaem sobre a necessidade da solidariedade operária internacional que o internacionalismo proletário internacional traz no seu bojo para conduzir o novo internacionalismo. A criação desse “novo sindicalismo social” abrange não somente as



reivindicações laborais/sindicais, mas também a articulação de setores distintos da sociedade civil, como os ecológicos, os antirracistas, as feministas etc; que, através desse novo modelo organizativo sindical, social e global, apresentam como característica:

[...] o estabelecimento de laços regionais entre organizações sindicais de países onde os direitos laborais democráticos são negados; o internacionalismo militante orientado para a realização de boicotes e ações de pressão visando a contrariar a excessiva dependência comercial induzida pela integração dos processos econômicos; um sindicalismo genuinamente global capaz de promover uma verdadeira interiorização de uma cultura internacionalista, isto é, uma cultura por meio da qual os líderes e os membros de organizações sindicais sejam capazes de demonstrar para com as lutas das classes trabalhadoras de outros países a mesma sensibilidade que manifestam em face das lutas operárias nos seus próprios países; e uma nova política para a classe operária, isto é, uma política capaz de desafiar o modelo de globalização neoliberal que muitos sindicatos adotaram, quer pela renovação do sentido atribuído aos interesses de classe no processo de globalização, quer pelo compromisso com políticas de resistência a uma lógica de *lean production* global (SANTOS, B.; COSTA, 2005, p. 44, grifo dos autores).

Nesse novo modelo organizativo global, a *internet* se configura como um importante recurso de disseminação dos conteúdos. No que concerne à utilização dessa ferramenta, a qual possibilita uma ampla difusão de trabalhos e ideias, Boaventura de Souza Santos e Hermes Augusto Costa (2005) recorrem ao Manifesto de 1848 de Marx e Engels para retratarem a importância do uso dos mecanismos de comunicação que são viabilizados pela sociedade industrial:

[...] embora no *Manifesto do Partido Comunista* (1848) Marx e Engels já apelassem a uma maximização dos meios de comunicação resultantes da industrialização do século XIX, trata-se agora de potencializar a comunicação

através da *world wide web* (SANTOS, B; COSTA, 2005, p. 46, grifo dos autores).

O novo direcionamento organizativo dos trabalhadores articula-se com diversos setores, não apenas de oprimidos, mas de valores, incluindo princípios de solidariedade e éticos, numa relação de civilidade dentro de uma ordem opressora que é o capitalismo. Nesse contexto, observa-se, em conformidade com a conjuntura sindical brasileira analisada, que não há nenhuma proposta que ultrapasse os limites impostos pela ordem hegemônica. Notam-se apenas readequações e reinvenções organizativas e valorativas, pautadas por princípios emancipatórios. Não há nada que expresse um direcionamento transformador de acordo com a ideia de ruptura e superação do modelo de sociedade vigente. O máximo que conseguem é tecer fortes críticas ao modelo econômico.

Voltando à nossa análise, ao assumir a presidência em 2003, o governo do presidente Lula, que outrora foi o maior líder sindical do país, um filho legítimo do novo sindicalismo, tem na agenda governamental uma orientação política de “coalizão nacional”, assentado numa proposta de “pacto social” entre os trabalhadores e o patronato. A viabilidade desse “pacto social” proposto decorre da histórica luta de Lula e do PT em defesa do operariado. Referência que fez depositar nos trabalhadores uma ilusória esperança de mudança na postura do Estado em relação à classe dominada. Acreditava-se num direcionamento do governo para os “de baixo” e não mais para os “de cima”, diferente do modelo de gestão que sempre se configurou na história da república brasileira.

Na gestão de Lula, qualquer expectativa de ruptura com o poder hegemônico é negada. O governo, além de estabelecer uma conduta de manutenção e até intensificação do “neoliberalismo” no Brasil, neutraliza e coopta os movimentos sociais. Há uma negativa a qualquer construção que viabilize uma nova hegemonia a partir dos “de baixo”. Processo muito bem compreendido por Carlos Nelson Coutinho:

[...] a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as

resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição (COUTINHO, C., 2010, p. 42).

A aproximação histórica entre o PT e os sindicatos contribuiu para a intensificação do processo de desmobilização da classe trabalhadora. O PT traça, enquanto governo, uma estratégia para que não ocorram tensões sociais entre empresários e trabalhadores num governo de coalizão. Nessa conjuntura, o desmanche da luta sindical pautado na ação direta e nos princípios de autonomia e participação, a inserção de vários líderes e ex-líderes sindicais no governo, a relação histórica do PT e de Lula com setores mais expressivos do sindicalismo nacional e o ordenamento político em torno de um “pacto social” na tentativa de estabelecer um “apaziguamento” nas relações entre patrões e empregados para o crescimento e para o “bem” do Brasil, são alguns dos fatores que também contribuíram para uma sintomática inércia do sindicalismo cutista em relação ao governo encabeçado por Lula. Já no que tange à conjuntura da CUT nos primeiros anos de Lula no comando da presidência da república, Roberto Vêras de Oliveira (2007) é bem enfático ao afirmar a existência de uma apatia generalizada por parte da Central:

Em um balanço de mais de dois anos de experiência do novo cenário, são evidentes os sinais de uma apatia generalizada [da CUT]. Ao contrário das fases anteriores, em que transitava de uma referência prático-discursiva para outra, o que parece marcar o atual momento é a dificuldade de desenvolver e incorporar uma matriz discursiva que a identifique, que a mobilize, que a diferencie. Até mesmo a referência da *cidadania* não parece ter a mesma força (nem mesmo para balizar as tensões internas) (OLIVEIRA, R., p. 66, 2007).

A relação entre os sindicatos filiados à CUT e a própria Central com o governo federal na gestão de Lula molda-se por um sindicalismo

submetido ao Estado, não apenas de ordem legal, conforme a estrutura sindical brasileira, mas de interferência direta. Um exemplo bastante enfático é a eleição vitoriosa de Luís Marinho à presidência da CUT em 2003, quando o presidente Lula intervém diretamente no processo eleitoral, fazendo campanha a favor de Marinho. Posteriormente, o presidente eleito da CUT será ministro do Trabalho e Emprego no governo Lula.

## 1.4 ORGANIZAÇÃO SINDICAL RURAL NO BRASIL

### 1.4.1 O camponês e o proletariado rural

Antes de discorrer sobre o sindicalismo rural no Brasil, é importante trabalhar o conceito de camponês ou campesinato e proletariado rural, que são termos recorrentes na literatura sobre trabalhadores rurais, principalmente no que reporta aos processos que conduziram a uma organização sindical destas categorias sociais no Brasil. Para melhor compreensão sobre o conceito camponês, recorremos a José de Souza Martins.

Baseado nos estudos de Martins, J. (1986), o termo “camponês” ou “campesinato” surge no Brasil para designar uma junção categórica das diversas lutas no campo ante a heterogeneidade das atividades laborais existente no mundo rural. O termo camponês constitui-se como uma conotação categórica política às diversas lutas dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, é ele definido como uma categoria política e não social. Uma expressão voltada aos conflitos e lutas desta categoria em contraposição a outra categoria política, o latifundiário.

O interessante é que no Brasil o termo camponês apresenta nomenclaturas diversas, variando conforme cada região, segundo José de Souza Martins (1986). O famigerado caboclo e o não menos afamado caipira, são alguns exemplos dessa variação em torno da nomenclatura. Outro termo que também apresenta variações é o do proprietário de terras no Brasil. Denominações como fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho e seringueiros, são alguns exemplos dessa variação (MARTINS, J., 1986). Nesse sentido, no nosso caso, o camponês do Acre, no decorrer de nossa análise, será tanto denominado de trabalhador rural ou, de maneira mais específica, de seringueiro (como diversos trabalhadores da Amazônia acriana ainda se autorreconhecem, embora muitos não exerçam mais a atividade de extração e defumação do látex da seringueira).

Ante essa compreensão conceitual, é importante enfatizar que o camponês é historicamente um excluído do processo político devido ao predomínio da história urbana. Para Martins, J. (1986, p. 25, grifo do autor),

[...] ele [o camponês] é, num certo sentido, um *excluído*. É assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político.

No que concerne ao termo proletário rural, sua origem só se torna possível quando há uma separação entre meios de produção e o produtor rural, transformando este produtor num trabalhador livre, vendedor de sua força de trabalho. No Brasil, esta transformação foi fomentada no momento em que a burguesia industrial passa a ter a hegemonia produtiva sobre a burguesia agrária, principalmente a cafeeira. Uma mudança iniciada com as transformações políticas, sociais e econômicas do início da década de 1930, decorrente da depressão econômica mundial de 1929 e da “revolução burguesa” de 1930 no Brasil.

Nessa época, as burguesias agrária e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), perderam o controle exclusivo do poder político que passou às mãos das classes urbanas emergentes (empresários industriais, classe média, militares, operários). Ainda que aquelas burguesias não tivessem perdido completamente o domínio do poder político federal (e nos principais Estados da União), a Revolução de 1930 representou uma vitória da cidade sobre o campo, ou seja, das classes sociais urbanas sobre as classes sociais rurais (IANNI, 2005, p. 128).

Sobre a “Revolução Burguesa no Brasil”, acreditamos ser importante uma rápida análise em torno dos estudos feitos por Florestan Fernandes sobre tal evento no Brasil no que se refere ao ajustamento das estruturas de poder entre a burguesia e a aristocracia agrária.

Para o sociólogo brasileiro, o conceito “revolução burguesa” é entendido como

[...] um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial (FERNANDES, 2004, p. 425).

No Brasil, a “revolução burguesa”, ao se processar por uma recomposição das estruturas de poder, apresenta uma adequação desta oligarquia ao processo modernizatório, adequando-se aos desdobramentos das novas oportunidades que surgiram. Neste caso, não há uma perda na base de poder da aristocracia oligárquica.

A burguesia que emerge neste processo não desempenha o papel de “paladina da civilização ou de instrumento da modernidade” (FERNANDES, 2004, p. 427). Seu comprometimento não está vinculado apenas ao “moderno”, mas a tudo aquilo que lhe seja vantajoso, como possíveis benefícios oriundos do “atraso”. Mostra-se, neste contexto, uma burguesia e uma oligarquia guiada por múltiplos interesses e adaptando-se àquilo que lhes traga vantagens, seja em relação ao contexto de “atraso”, ou ao contexto de “Brasil moderno”.

A maioria da burguesia brasileira possuía uma origem provinciana, de essência rural, carregando em suas entranhas culturais valores conservadores, tanto no âmbito sociocultural quanto no âmbito político. Neste caso, observa-se uma intensa carga valorativa de uma tradição pautada no “mandonismo oligárquico”. Uma formação cultural que inviabilizava um processo verdadeiramente revolucionário na modernização brasileira.

[...] a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisado no presente, e era quase neutra para a formação e difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes) (FERNANDES, 2004, p. 430).

Neste processo de ajustamento do controle burguês, temos o que Florestan Fernandes chama de “consolidação conservadora” da dominação burguesa no Brasil. Uma adequação dos diversos setores oligárquicos a um padrão de dominação e uma mentalidade burguesa. Nega-se então a explicação de uma vitória burguesa ante a decadente

oligarquia nacional. Na verdade, não houve uma burguesia distinta e em conflito com a aristocracia agrária, mas uma fusão entre

[...] o ‘velho’ e o ‘novo’, a antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no ‘mundo dos negócios’ e as elites dos emigrantes com seus descendentes, prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes (FERNANDES, 2004, p. 435).

Nesta linha de análise, Florestan Fernandes discorre:

À oligarquia, a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso ela se converteu no pivô da transição para o “Brasil moderno”. Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização. Além disso, só ela podia oferecer aos novos comensais, vindos dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas, a maior segurança possível na passagem do “mundo pré-capitalista” para o “mundo capitalista”, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade”. Também foi ela que definiu o “inimigo comum”: no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade (FERNANDES, 2004, p. 435).

De volta às análises sobre o proletariado rural, temos o trabalho, no seu sentido ontológico, a base teórica das mudanças culturais e comportamentais por que passa o trabalhador rural.

Recorrendo a Lukács, em que o trabalho é a categoria mais relevante e fundadora do ser social, temos, nesta categoria, quando falamos no domínio do capital sobre o trabalho, o sustentáculo desta

nova realidade do proletariado rural. As mudanças no sentido do trabalho, doravante as imposições das novas relações de produção e da expropriação dos meios de produção, constituíram os novos valores sociais do trabalhador rural proletarizado.

[...] Lukács vai entender que as intrincadas relações dos homens, tanto no intercâmbio com a natureza, como com os outros homens, não poderão ser analisadas do ponto de vista do conhecimento e de suas categorias abstratamente representadas. Deste ponto de vista, não se pode reduzir o homem a explicações fundamentadas em uma lógica formal, uma vez que, como processo, está sempre superando a si mesmo. Não que isso nos leve à impossibilidade de conhecê-lo em sua imanência. Por sua natureza social, somente poderemos compreendê-lo a partir da análise das suas realizações, ou seja, da exteriorização daquelas finalidades que foram possíveis pela atividade real de sua existência social. O trabalho será, então, a pista que permitirá reconhecê-lo em sua relação “crítico-prática” como ser capaz de intervir no mundo (SEMEGHINI, 2000, p. 28).

Nesta mesma análise, Semeghini (2000, p. 28-29) continua:

Assim, será a partir dos fundamentos metodológicos do pensamento de Marx que Lukács buscará analisar o ser social em seu caráter de complexidade. Para isso, buscará no trabalho, enquanto representação concreta das aspirações dos homens nas diversas formas de sociabilidade o seu modelo de análise.

Segundo Ianni (2005), o produtor não separado da propriedade dos meios de produção está integrado num grande universo tanto econômico, quanto sociocultural e ideológico no âmbito comunitário. Neste contexto, a figura desse universo é compreendida como “camponês”. Já o proletariado rural, ao separar-se dos meios de produção e se tornar uma mão de obra assalariada, adentra-se nas relações capitalistas de produção e vai se desfigurando gradativamente do universo acima citado.



O trabalhador assalariado do campo não se enquadra como um camponês, já que a principal característica do campesinato, que engloba várias atividades rurais, é a relação direta com a terra, sendo o detentor deste meio de produção. Também o autocontrole sobre o trabalho e o tempo de trabalho, a propriedade direta sobre os instrumentos de trabalho, bem como a inserção da força familiar e da ajuda mútua entre seus pares, se apresentam como atributos marcantes que determinam o conjunto de trabalhadores rurais que se enquadram no conceito camponês.

A despeito deste quadro conceitual, gostaríamos de destacar que na condução deste trabalho buscaremos inserir tanto a figura do camponês, quanto a do proletariado rural como partícipes de uma luta rural sindicalizada. Compreendendo a diferenciação de lutas entre ambos, ou seja, a questão da terra para um, e o trabalho assalariado para outro, observamos que tanto na formação, quanto na consolidação dos sindicatos rurais no Brasil se insere a luta camponesa pela terra, quanto à luta do trabalhador rural assalariado por melhores condições de trabalho. Neste caso, consideramos coerente conduzirmos nossa análise mantendo o teor político apresentado por José de Souza Martins (1986) em relação ao termo camponês, tendo a concepção clara de que o proletário rural é um participante direto deste ambiente de luta dos trabalhadores rurais, embora não seja necessariamente um camponês no sentido teórico do termo.

Em suma, consideramos o proletário rural diferente do camponês. Todavia, no conflito político, observamos um caráter de unidade enquanto organização sindical, mas não de homogeneidade. Ambas as categorias se organizam num mesmo sindicato, exercendo papéis importantes nas diversas lutas dos trabalhadores rurais em contraposição ao proprietário de terra, seja este o latifundiário, seja o empresário rural. Nesta análise, encontramos tanto em Octávio Ianni (2005), na sua análise sobre o proletariado rural, quanto nos estudos de José de Souza Martins (1986) sobre os camponeses no Brasil, a convergência destas categorias na formação, organização e lutas dos trabalhadores rurais por meio de movimentos e fenômenos como o messianismo, o banditismo, a liga camponesa e o sindicato rural.

Por fim, julgamos importante apresentarmos algumas mudanças na condição de vida do camponês a partir da intensa penetração do capital e das relações capitalistas no campo. A mudança mais enfática desse processo decorre da perda da renda da terra pelo camponês, subordinando o produtor rural ao capital. O produtor rural não direciona seu trabalho à lógica agrícola capitalista na busca do lucro. A

acumulação de capital não se apresenta na ordem diária do camponês, sua produção é direcionada a subsistência imediata.

Baseado nas análises de Marx sobre a circulação de mercadorias, observa-se que a produção camponesa se estabelece de maneira hegemônica pelo processo simples de circulação de mercadorias, o M-D-M, ou seja, produz mercadorias, troca-se por dinheiro, para conseguir outras mercadorias. Através do excedente agrícola obtido por lavouras mais férteis, o produtor consegue comercializar, sob a forma de mercadorias, a produção excedente, adquirindo o dinheiro que lhe possibilita conseguir outras mercadorias necessárias para sua sobrevivência como: o sal, o querosene e outros utensílios. Esse excedente agrícola do produtor se apresenta como *renda diferencial*. Com o advento de novas tecnologias e o aumento da produção capitalizada no campo, a venda dessa mercadoria excedente fica comprometida. O produtor rural não capitalizado não consegue vender seus produtos a preços abaixo do preço de produção capitalizada, pois seu processo produtivo não está condicionado à apropriação do excedente de trabalho alheio materializado na produção. Sua produção é fruto apenas de seu trabalho.

[...] a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho, e do trabalho de sua família e não ganhos de capital exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho (MARTINS, J., 1980, p. 59-60 apud OLIVEIRA, A., 1991, p. 61).

Diante das dificuldades para que o ciclo M-D-M se mantenha, o camponês recorre a empréstimos bancários para manutenção e melhoria da lavoura. É neste momento que há a extração da renda capitalista da terra através do capital financeiro ou comercial, mudando a condição do camponês, como proprietário real da terra, para o arrendatário e trabalhador da terra, conforme nos demonstra José de Souza Martins:

Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele assegura o direito de extrair a renda. [...] começa

estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário [...]. O que acontece hoje com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimentos e sobretudo para custeios de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo-se o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Sem perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador é também de fato o arrendatário (MARTINS, J., 1986, p. 176).

Essa apropriação da renda da terra pelo capital se apresenta hoje como fator preponderante para a subordinação do camponês ao capital. Com a perda real da terra, embora seja nominalmente proprietário, o camponês se “torna”, indiretamente, um trabalhador do capitalista, repassando a ele a renda da terra gerada pelo seu trabalho.

Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, [...] é que subrepticamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista (MARTINS, J., 1980, p. 59-60 apud OLIVEIRA, A., 1991, p. 61).

Numa discussão assentada nas recentes transformações no mundo do trabalho, através dos efeitos causados pela reestruturação produtiva,

Thomaz Júnior (2008) observa modificações na estrutura de classe, tanto para o proletário/operário, quanto para o camponês. Como uma categoria inserida no metabolismo social do capital, o autor defende que a condição de camponês está sendo gradativamente alterada devido à ampliação do agronegócio de cunho exportador. O atual contexto de desenvolvimento e expansão tecnológico na produção agrária contribui para que a racionalidade burguesa de mercado proporcionasse a decadência do trabalhador rural.

Mesmo observando resistências as imposições de mercados que tentam transfigurar os valores do camponês de acordo com o gerenciamento da sociedade do capital, o que temos, segundo Thomaz Júnior (2008), é um processo avançado de proletarização do camponês, submetendo-o a endividamentos bancários para que possa melhor conduzir sua produção em conformidade às exigências impostas pelas regras de mercado. Uma realidade calamitosa, gerando ao camponês situações semelhantes às do trabalhador urbano, como o desemprego, haja vista que muitos não conseguem competir com os grandes setores do agronegócio, suprimindo qualquer possibilidade de “enfrentamento” concorrencial.

Em face do exposto, é interessante observar que através deste intenso processo de mercantilização do espaço agrário se estabelece, de acordo com Thomaz Júnior (2008), uma tentativa de mudança conceitual do termo camponês para pequeno produtor. No tentame de direcionar o campo aos ditames do mercado e despolitizar o espaço agrário em relação à indigesta questão da reforma agrária, setores hegemônicos da sociedade apresentam a nomenclatura *agricultura familiar* como estratégia política e mercantil em substituição ao modo de vida e de trabalho do camponês. Uma alternativa de esvaziar o teor político que circunscreve a luta agrária, transferindo todo o teor político relacionado à terra para a esfera das políticas públicas de incentivos à produção, tendo o mercado como solução.

[...] retira da compreensão dos agricultores a sujeição da renda da terra ao capital e, portanto, os aspectos econômicos da dominação de classe, esvaziando politicamente a necessidade da Reforma Agrária, alijando qualquer vínculo dos trabalhadores sem terra à [sic] essa lógica. Mais ainda, retira os conflitos de classe de cena e transfere todos os problemas para o mercado e para as políticas de incentivos à produção, já que os mesmos estariam sendo resolvidos à medida

que se apresentem soluções e medidas concretas para o aumento da produtividade, preços remunerados, apoio para o escoamento da produção etc (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 291-292).

Em suma, para Thomaz Júnior (2008), o processo de desaparecimento e expropriação do campesinato é parte integrante dos desafios impostos pela capitalização da agricultura e das políticas agrárias e agrícolas. Esses fatores provenientes do intenso avanço tecnológico na produção do campo, o que faz gerar um processo de mecanização e automação cada vez mais presente, ocasiona, consequentemente, o aumento do desemprego dos chamados “operários rurais”<sup>4</sup> e, de certa forma, o enfraquecimento de uma organização representativa dos trabalhadores rurais que se contraponha a este processo.

Cada vez mais fragilizados [os trabalhadores rurais] pela racionalização capitalista no campo ou dos efeitos da mecanização / automação / transgenificação, processo também denominado “artificialização da agricultura”, [estes] são vitimados diretamente por conta do desemprego e, conseqüentemente, pelo esvaziamento dos filiados [dos sindicatos rurais] e pela diminuição da arrecadação (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 291-292).

É imprescindível situar que a atual realidade do camponês apresentada por Thomaz Júnior, na qual vivencia o universo e as relações que configuram o trabalhador proletário, não é uma situação extremamente arraigada. Esse processo de mudança do camponês para trabalhador proletário como reflexo das metamorfoses no mundo do trabalho também são passíveis de redefinições e mudanças, geradas pelo conjunto das lutas que envolvem o trabalhador rural em contraposição a sua condição de existência e as relações de produção impostas pelo capital.

---

<sup>4</sup> Termo utilizado por Antonio Thomaz Júnior (2008), a qual os considera como potenciais soldados da emancipação, tanto na luta pela reforma agrária, como no conjunto de lutas que possam derivar.

#### 1.4.2 A CONTAG e os sindicatos rurais

O surgimento dos sindicatos rurais no Brasil, bem como das ligas camponesas, são, segundo Ianni (2005), frutos imediatos da separação entre o trabalhador rural e a propriedade dos meios de produção. Segundo o sociólogo (2005), esses movimentos surgem quando a relação “comunitária” existente no universo rural entre o patrão e empregado são rompidos, estabelecendo as “fronteiras reais (econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas) que separam o fazendeiro e o trabalhador rural [...]” (IANNI, 2005, p. 138).

As mudanças nos vínculos tradicionais de dependência entre patrão e empregado, rompidos com a condição de trabalhador livre, possibilitarão que o trabalho se intensifique por exigência do patrão. As novas relações de trabalho revelarão uma realidade laboral árdua e violenta para o trabalhador rural, manifestando formas de resistências a esta situação. O sindicalismo rural surge dessas mudanças no âmbito do trabalho.

Os sindicatos passam a integrar o proletariado rural na vida burocrática através de mediações existentes entre o trabalhador rural, o sindicato e o aparato estatal. Para Ianni (2005), esta sindicalização rural tem o caráter de uma reação moderadora e de técnica social na institucionalização das relações de produção. Outro aspecto bastante interessante sobre a criação dos sindicatos rurais refere-se à intenção do Estado em conter a ascensão política das Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960.

As Ligas Camponesas, nascidas sob o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), tendo à frente o advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista, Francisco Julião, desempenham um importante papel político nas lutas do campo neste período. Possuíam uma postura política autônoma em relação ao Estado, eram contra o latifúndio, tendo a luta pela terra como ponto central e, segundo Rudá Ricci (1999), negavam qualquer aliança com a burguesia nacional (posição contrária ao Partido Comunista do Brasil). Atacavam frontalmente a base da apropriação privada dos meios de produção, ou seja, a propriedade privada. Suas ações contestavam a institucionalidade vigente, tendo o próprio Francisco Julião escrito que não acreditava numa solução para a situação dos camponeses via eleição, recomendando o armamento dos camponeses.

A expansão das Ligas pelo Brasil, principalmente no Nordeste, a qual se acredita que o número de adeptos nesta região possa ter chegado a cerca de 80 mil pessoas (MEIRA, 1961b apud ANDRADE, 1963), e o

avanço de suas lutas políticas, fez com que o governo federal, no período janguista, “temendo que o nível de radicalização entre camponeses e proprietários explodisse [...] além dos limites da ordem institucional” (NOBRE, p. 1.221, apud RICCI, 1999, p. 69), estimulasse a sindicalização das massas, para que o movimento dos camponeses ficasse sob o controle do Estado. Em suma, a criação dos sindicatos rurais é incentivada pelo Estado com o propósito de ser uma alternativa às Ligas Camponesas e restringir seu avanço político no campo.

A organização sindical rural no Brasil é algo que começa a tomar consistência somente a partir da década de 1940, embora tivessem ocorrido algumas tentativas no início do século XX, conforme nos destaca Rudá Ricci:

A primeira tentativa de organização do trabalhador rural se deu por meio do Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, que propunha a criação de sindicatos agrícolas com a congregação de patrões, empregados e cooperativas agrícolas. Contudo, não houve qualquer regulamentação. Após 38 anos, em 1941, a Comissão Interministerial de Sindicalização Rural concluiu pela ineficiência deste decreto. O Ministério do Trabalho promulgou, então, o Decreto-Lei nº 7.038, segundo o qual os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (RICCI, 1999, p. 51).

Na década de 1950, os esforços feitos para organizar a classe trabalhadora rural apresentavam alguns resultados numéricos interessantes. Foram criados 25 sindicatos de assalariados agrícolas e 71 associações de lavradores e camponeses. No entanto, o sindicalismo rural no Brasil só toma impulso a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. O estatuto, ao sistematizar os contratos de trabalhos, favoreceria a sindicalização do contingente agrário nacional.

Nos anos entre 1962 e 1964, no governo de João Goulart, o Jango, intensifica-se o processo de formação e legalização dos sindicatos. Nesse processo, o Estado brasileiro se apresenta como principal estimulador, colocando-se a frente na organização sindical.

[...] o Governo passa de tradicional imobilizador das massas rurais, bloqueando-lhes a organização, para agente estimulador, pela primeira vez, da

criação de sindicatos rurais. É o momento de maior disputa pela hegemonia do associativismo rural, de intensa movimentação no campo com o reconhecimento, pelo Governo, de centenas de sindicatos e de corrida pela criação das federações de âmbito estadual e da confederação no plano nacional (COSTA, 1996, p. 04).

Com o Estado disputando espaço no sindicalismo rural, a questão da autonomia é colocada em questão. Para Costa (1996), a aproximação entre o Estado e os sindicatos deve ser vista na tentativa de atrelamento do movimento. Segundo este autor (1996), a autonomia só era permitida pelo Estado no terreno preparatório para ações efetivas, dado que o sindicalismo rural ainda era um projeto a ser executado. Entretanto, no momento em que o sindicalismo rural se tornou irreversível, entrou em vigor um sindicalismo corporativista, tendo a “institucionalização do movimento [...] a solução coerente com as características do Estado brasileiro [...]” (COSTA, 1996, p. 88).

Francisco Julião, o mais expressivo líder das Ligas Camponesas, mesmo ciente da tentativa do governo federal em obter o controle através da sindicalização rural sobre a luta autônoma do homem do campo, incentivava os trabalhadores rurais a se sindicalizem. Contudo, ele enfatizava não apenas os limites estratégicos de cada organização, mas as restrições impostas na luta sindical em virtude do sindicalismo de Estado existente no Brasil, conforme observamos em sua fala:

Nós dizemos e redizemos: quem faz parte da Liga, entre no Sindicato e o que entra no Sindicato permaneça na Liga [...]. O Sindicato pedirá o aumento dos salários, o 13º mês, as férias, a aposentadoria [...]. A Liga, que não depende do Ministério do Trabalho, irá na frente, abrindo caminho e lembrando a todos que nem o salário, nem o 13º mês são suficientes; são migalhas. O essencial é a terra (JULIÃO, p. 94 apud, RICCI, 1999, p. 70).

Nestes primeiros anos da década de 1960, o movimento sindical rural passa por um vertiginoso crescimento. Seus direcionamentos reivindicativos, que regiam a estratégia política e de mobilização do trabalhador rural, se pautavam na luta por direitos mais favoráveis ao trabalhador do campo, bem como no cumprimento dos direitos



assegurados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A defesa da própria sindicalização também se apresentava como tarefa fundamental, devido ao baixo grau de sindicalização dos trabalhadores rurais.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963 proporcionou, por um lado, uma vitória no âmbito legal, com a ampliação de direitos sociais e o impulsionamento à sindicalização rural. Mas, por outro lado, ocasionou uma grande expulsão destes trabalhadores de seus empregos. Estas expulsões foram provocadas pelas constantes greves que, estimuladas pelo Estatuto, passaram a fazer parte da agenda destes trabalhadores. Além disso, havia a recusa dos patrões em estabelecer o pagamento salarial mínimo e outros direitos conquistados através desta regulamentação estatutária.

As reformas de base defendidas pelo governo de João Goulart convergiam com várias demandas dos movimentos sociais. No âmbito rural, a reforma agrária se apresentava como ponto central destas reformas. Entretanto, havia no interior do movimento a compreensão de que uma reforma mais profunda no campo só seria possível com a mobilização. Para continuar a manter o controle sobre os acontecimentos, o Governo passa a conduzir a formação e o reconhecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

O processo de fundação da CONTAG é marcado por várias tentativas malsucedidas devido às disputas internas existentes no sindicalismo rural entre setores da Igreja e do Partido Comunista Brasileiro<sup>5</sup> (PCB). Em razão das constantes denúncias relacionadas à falta de legitimidade nas assembleias de fundação por parte de cada corrente, o governo federal rejeita as várias tentativas de reconhecimento de fundação da Confederação por parte destes dois setores e toma para si a organização da assembleia de fundação.

Viabilizada pelo Ministério do Trabalho e pela Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), a CONTAG é fundada em dezembro de 1963. Participam desta assembleia de fundação 23 federações reconhecidas pelo Ministério.

---

<sup>5</sup> Na tentativa de se adequar a legislação jurídica partidária vigente no país, em 1960, no V Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB), os delegados aprovam a mudança do nome do partido para “Partido Comunista Brasileiro”. Posteriormente, o nome original é resgatado por dirigentes e militantes dissidentes do PCB, que fundam o PCdoB.

Foram a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) e o Ministério do Trabalho que viabilizaram a realização da assembléia de fundação da CONTAG, reunida no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 23 de dezembro de 1963, cujas sessões foram presididas pela própria CONSIR. Das 42 federações então existentes, 21 delas tinham orientações comunistas. Por pressões da AP [Ação Popular<sup>6</sup>], tendo em vista esse desequilíbrio, chegou-se a um acordo: participariam da assembléia as federações já reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e aquelas que estavam em processo de reconhecimento. Isso reduziria para 23 o número das federações, que, finalmente, se reuniram para a criação da CONTAG. As duas alas da Igreja, reunidas, poderiam numericamente igualar-se às forças pecebistas (COSTA, 1996, p. 117).

O reconhecimento oficial da Confederação só ocorre em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto nº 53.517, publicado no Diário Oficial da União em 05 de fevereiro de 1964. Segundo Costa (1996), todos os tipos de trabalhadores, tanto os agrícolas, como os assalariados e não assalariados se encontravam na CONTAG, havendo um entrelaçamento de diferentes categorias profissionais.

Quando sucede o golpe militar em março de 1964, há no Brasil um complexo sistema sindical no campo com 237 sindicatos reconhecidos por lei, centenas de entidades aguardando investidura sindical e 43 federações espalhadas por 20 estados do país, sendo, pelo menos, 20 delas reconhecidas pelo Ministério do Trabalho (COSTA, 1996). Com o golpe militar, este significativo e substancial avanço organizativo do sindicalismo rural no Brasil sofre uma violenta interrupção.

Foram eliminados da cena política brasileira vários dirigentes de movimentos que então se

---

<sup>6</sup> Uma das tendências da Igreja Católica que atuava no movimento dos trabalhadores rurais neste período. Segundo Costa (1996) esta corrente tinha uma orientação socialista, diferente da outra tendência da Igreja, liderada por D. Eugênio Sales, que tinha uma orientação conservadora e era muito mais influente que a AP.

desenvolviam no meio rural: Francisco Julião, Miguel Arraes, Gregório Bezerra, Leonel de Moura Brizola e outros. Os sindicatos, contudo, não foram declarados ilegais, como as ligas [camponesas]. Porém, houve intervenção governamental em muitos, porque o aparato estatal não estava de acordo com a maneira como eram levadas a cabo as reivindicações dos trabalhadores do campo (IANNI, 2005, p. 143-144).

As intervenções do governo militar, tanto na CONTAG, quanto nos sindicatos rurais<sup>7</sup>, sob o pretexto de investigar denúncias de corrupção e subversão, são um exemplo claro da relação direta que o Estado possui na outorga dos sindicatos. Embora houvesse uma ação militar repressora aos sindicatos, ocorrência também compartilhada pelas Ligas Camponesas, a ação intervencionista só ocorria nos sindicatos oficiais. A autonomia das Ligas em relação ao Estado possibilitava a ausência da figura do interventor, mas não impedia o fechamento de suas sedes.

A ditadura militar no Brasil cassou o mandato de centenas de dirigentes sindicais e colocou interventores nomeados para substituí-los. Por que não procedeu do mesmo modo com as Ligas Camponesas? *Porque, apenas quando o poder de um sindicato ou de uma organização qualquer é outorgado pelo Estado, este pode destituir e nomear os dirigentes que exercem esse poder delegado.* O Estado não pode tomar ou conceder algo que não lhe pertença. A representatividade e o poder das Ligas Camponesas eram resultados da luta e da organização dos camponeses, e não uma outorga do Estado (BOITO JÚNIOR, 1991, p. 41, grifo do autor).

Mesmo com a interferência do Estado nos sindicatos, interrompendo suas atividades, as tensões sociais no campo continuavam a se desenvolver. Segundo Ricci, “[...] mesmo nas regiões onde conservadores assumiram o controle dos STRs, a força das

---

<sup>7</sup> Segundo Ricci (2009), cerca de 90% dos sindicatos rurais existentes no país sofreram intervenção.

bandeiras anteriores, em face do golpe, impunha a retomada das lutas” (RICCI, 1999, p. 77).

Conforme análises de Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989), alguns sindicatos, mesmo com a repressão, ainda se constituíram como um canal de expressão de lutas. Os sindicatos que conseguiram se reestruturar direcionavam suas ações às tentativas de garantir direitos conquistados no período anterior ao golpe. Ações na justiça contra os patrões por causa de salários atrasados e alguns recursos legais em áreas de litígio, seja para garantir a terra ao trabalhador ou para desapropriá-la conforme termos do Estatuto da Terra<sup>8</sup>, serviam como exemplo de práticas sindicais neste período. Entretanto, para Medeiros (1989), essas práticas eram pulverizadas, localizadas e longe de se construírem, de maneira padronizada, na ação sindical rural. Dessa maneira, já na segunda metade da década de 1960, não havia nenhuma referência sindical para as demandas dos trabalhadores.

Na década de 1970 ocorre um fator bastante intrigante. Mesmo sob uma forte intervenção e repressão política por parte do governo federal, há um impressionante crescimento no número de novos STRs no Brasil. Na verdade, Ricci (1999) aponta que a hipótese mais aceita no meio acadêmico para o fato foi a intensificação de práticas assistencialistas pelos sindicatos, estimuladas pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL)<sup>9</sup>. Uma prática proporcionada pelo intenso controle estatal aos sindicatos e uma despoltização de seus dirigentes.

---

<sup>8</sup> A Lei que estabelecia o Estatuto da Terra é a 4504 de 1964. Esta lei criada no regime militar pautava-se no discurso de “modernização” do campo. No entanto, diante dos conflitos existentes no campo e sob a repressão da ditadura militar, a lei surge para o controle nas áreas de conflito e de beneficiamento da produtividade agrícola. Para Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989), o objetivo da reforma agrária proposta pelo Estatuto seria a da gradual extinção de áreas que se caracterizavam como fontes de conflitos, como os minifúndios e os latifúndios, e a implantação de empresas rurais capazes de cumprir a função social da terra estabelecida pela Constituição Federal, fixando níveis de produtividade benéfica ao desenvolvimento industrial e mantendo “justas” relações de trabalho.

<sup>9</sup> Segundo nos coloca Rudá Ricci (1999, p. 81), “o FUNRURAL estava previsto no Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2/3/63), mas foi abandonado logo após o golpe militar de 1964, sendo recriado em 1971. Neste ano, foi publicada a Lei Complementar nº 11/71 instituindo o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). Com sua regulamentação, em 1972, foram estabelecidos convênios para representação local e cadastramento”.

O contexto de repressão, prisões e intervenções favorece a constituição de um perfil de dirigente de “ação prudente, que não desafiava o Estado” (MEDEIROS, 1989, p. 95). Outra característica desses novos dirigentes recai sob a condição de o cargo de dirigente sindical se apresentar como meio de sobrevivência, tornando-se uma profissão, e não como uma liderança política. Uma situação bastante recorrente na década de 1970, principalmente devido à ascensão de uma produção agroindustrial no país que ocasionou uma significativa redução dos produtos agrícolas provenientes dos pequenos produtores. Fato que atinge diretamente muitos dirigentes sindicais rurais que, na sua maioria, eram pequenos proprietários rurais atuando em torno de uma produção familiar. Com a redução do mercado e, conseqüentemente, prejuízos na produção, muitas lideranças buscaram se manter dentro da organização sindical como alternativa de sobrevivência, conjuntura que favoreceu a formação de um perfil conservador dentro da dinâmica social e impediu a ascensão de novas lideranças (RICCI, 1999).

Em 1973, no II Congresso da CONTAG, a proposta de unidade de ação entre Sindicatos, Federações e CONTAG é colocada como um dos principais objetivos. No entanto, a proposta é bastante difícil de ser executada devido à composição heterogênea das categorias sociais que compõem o sindicalismo rural. Uma composição gerada pela estrutura sindical brasileira que impõe a unicidade sindical. Sobre essa questão, Medeiros (1989, p. 96) é bastante enfática: “A questão era como transformar uma unicidade outorgada pelo Estado em real unidade de interesses, que só pode se construir num processo de lutas”.

Outro objetivo interessante apresentado neste II Congresso foi a redução de práticas assistencialistas e burocráticas por parte das direções sindicais. Em rigor, buscava-se, neste caso, uma atuação mais voltada às reivindicações dos trabalhadores e à formação de novos dirigentes a partir da base. Como ponto central de luta, o Congresso definiu a aplicação do Estatuto da Terra. O interessante dessas deliberações é, segundo observações de Ricci (1999), o estabelecimento de uma luta limitada em defesa dos direitos já garantidos, não havendo nenhum direcionamento político contra a conjuntura repressiva que se configurava na política brasileira.

Na tentativa de um movimento sindical rural mais representativo, a CONTAG, após seu Congresso, faz algumas investidas educacionais. A entidade tece algumas explicações em relação a práticas sindicais, na tentativa de uma tomada de consciência dos trabalhadores rurais em

relação a seus direitos, para que estes pudessem se organizar e exigir o cumprimento da lei.

Concomitantemente a essas investidas, diversos atos de violência contra os trabalhadores rurais ocorriam no Brasil. Resultante do projeto de “modernização” do espaço agrário brasileiro, muitos trabalhadores rurais são despejados de suas terras, o que faz provocar o aumento nos conflitos entre posseiros e proprietários de terra. Esses paladinos dos projetos agropecuários para a “modernização” no campo, principalmente na Amazônia, não abdicavam da violência para limpar a área desejada, no intento de viabilizar a atividade econômica pretendida.

[...] com a repressão que se seguiu ao golpe, as ações de despejo se sucederam: muito proprietários aproveitaram-se da conjuntura de desmobilização para “limpar” suas terras, e fazer valer seu poder. Ao mesmo tempo, especialmente a partir do final dos anos 60, a política modernizante começou a tomar corpo. Os anos 70 trouxeram consigo os grandes projetos agropecuários incentivados para promover a ocupação da Amazônia pelo grande capital. Nas áreas onde esses projetos se estabeleceram muitas vezes havia posseiros, que de há muito haviam migrado de diversos estados do Nordeste e mesmo do Sul em busca de terras (MEDEIROS, 1989, p. 107).

Dados os conflitos de terra e a intensificação da política militar pró-capital, a CONTAG passa a atuar intensamente nestas áreas de conflitos. Age tanto nas regiões onde os STRs já estão consolidados, quanto nas regiões desprovidas de uma organização sindical rural, como, por exemplo, no Acre.

No III Congresso da Confederação, realizado em maio de 1979, a ênfase do debate ficou em torno da autonomia sindical. A liberdade das entidades sindicais rurais em relação ao Estado era aprovada pelo Congresso através da ratificação da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelecia a liberdade sindical, “assegurando ao trabalhador o direito à organização autônoma, à filiação a estas organizações, à elaboração dos próprios estatutos e regulamentos administrativos [...]” (RICCI, 1999, p. 104).

É interessante observar que as resoluções acerca da Convenção nº 87 da OIT contrapõe o título V da CLT, que estabelece as

regulamentações sindicais no Brasil, como, por exemplo, a investidura sindical, a unicidade e as contribuições sindicais. Entretanto, na análise da CONTAG, não havia necessidade de negar os princípios da unicidade sindical, visto que, para eles, era possível garantir a liberdade e a autonomia sindical sem acabar com a unicidade. Para Ricci, a unicidade sindical era vital para a CONTAG porque ela

[...] garantia a unidade política do MSTR [Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais] e o sistema de interdependência e de legitimação interna dos dirigentes sindicais (RICCI, 1999, p. 104).

Nos últimos anos da década de 1970 e no decorrer dos anos 80, a Confederação passa a ser bastante questionada. Sua restrição à defesa dos direitos instituídos fez gerar diversas oposições sindicais. Entre essas oposições, setores da Igreja Católica, centrados no trabalho organizativo de base no campo como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), apresenta-se como a principal veia oposicionista à CONTAG.

O campo do embate estava dado. A CONTAG valoriza os dirigentes da estrutura sindical e definia uma tática cautelosa de *renovação* das direções sindicais mais conservadoras. A CPT, ao contrário, privilegia a democratização das instâncias sindicais, tendo como critério definidor da estrutura organizativa as lutas locais concretas e a imediata substituição dos dirigentes sindicais inoperantes, burocratizados e/ou conservadores, através da organização de *oposições sindicais* (RICCI, 1999, p. 98-99, grifo do autor).

Os altos investimentos estatais durante a década de 1970, tanto na produção, quanto em novas fontes de energia, como as hidrelétricas, ocasionaram um reordenamento no espaço agrário brasileiro, fazendo ascender novos agentes sociais rurais como, por exemplo, as populações indígenas, os atingidos por barragens, os ribeirinhos, os agricultores familiares e tantos outros. Esses novos personagens não avistavam na CONTAG um organismo representativo e de luta para suas demandas. Situação que levou as organizações destas categoriais sociais a se aproximarem de setores da Igreja vinculados à Teologia da Libertação.

Ao longo dos anos 80, as organizações parassindicais, que segmentos progressistas da Igreja Católica criaram ou apoiaram (oposições sindicais, organizações de sem-terra e ribeirinhos, seringueiros e outras organizações apoiadas diretamente pela Comissão Pastoral da Terra, criada por bispos e agentes pastorais que atuavam na Amazônia Legal, em meados dos anos 70) foram lentamente rompendo com a lógica contaguiana. Ao longo dos anos 80, algumas categorias sociais rurais não contempladas pela legislação vigente (como bóias-frias, posseiros e sem-terras) não tiveram suas demandas acolhidas pela estrutura sindical, em especial pelas federações e pela Contag, justamente em virtude da concepção legalista assumida pelos dirigentes sindicais à época (RICCI, 2009, p. 330).

Com o surgimento da CUT, várias destas organizações de trabalhadores rurais que não convergiam com o sistema contaguiano vincularam-se a Central. NA CUT, essas organizações foram estruturadas via Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), e no âmbito estadual, via Departamentos Estaduais (DETRs).

A estrutura sindical paralela cutista era, desde o início, mais agressiva e procurava mobilizar uma ofensiva de lutas sociais que atingiam o empresariado rural e governos estaduais e federais, além de procurar representar os novos movimentos sociais rurais que não se sentiam contemplados pelo sistema contaguiano (RICCI, 2009, p. 331).

O antagonismo entre as duas estruturas sindicais existentes só findará em 1995 quando a CONTAG se filia à CUT<sup>10</sup>. Neste processo, toda a estrutura rural cutista é destruída. A partir desta vinculação da Confederação à Central, a representação dos trabalhadores rurais, segundo Ricci (2009), vai ser disputada entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se consolida como a

---

<sup>10</sup> Atualmente a CONTAG não está mais filiada à CUT. No 10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CONTAG, FETAGs e STTRs), realizado em março de 2009, foi aprovada a desfiliação.



principal organização rural do país, e as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs). Nessa conjuntura, observa-se uma disputa representativa, respeitando suas diferenças programáticas, por um órgão ligado diretamente à estrutura sindical oficial e um movimento social autônomo.

Ao assumir a presidência da república em 2002, o Partido dos Trabalhadores, conforme coloquei alhures, estabelece uma nova configuração política entre o governo federal e os organismos e movimentos representativos da sociedade civil. Uma tutela consentida passa a configurar-se através da cooptação dos movimentos sociais e sindicais ao PT enquanto governo. O governo federal passa a interferir diretamente nas organizações representativas das diversas categorias sociais, fazendo com que suas demandas sejam submetidas às possibilidades ofertadas pelo governo, o que contribuiria para o atual contexto de inoperância e inércia de diversas organizações sociais e sindicais no Brasil, sejam elas rurais ou urbanas.

Em todos os contextos apresentados em que emergem diversas organizações de representação social, especificamente os sindicatos rurais, observamos que a autonomia desempenha um papel importante na organização e nas lutas sociais. Pelo exposto, o que se observa são constantes investidas do Estado em limitar a autonomia sindical e restringir o papel dos atores sociais na construção de sua própria história. Contudo, apesar das investidas estatais, sempre encontramos nas lutas e na resistência dos trabalhadores, a partir da materialização de uma autonomia social ou, no nosso caso, sindical, um importante caminho para a construção de uma nova realidade social.



## 2 TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS CAMPONESES NO ACRE

### 2.1 A “BORRACHA DE GUERRA” E AS RELAÇÕES LABORAIS

O fim do primeiro grande ciclo produtivo de borracha natural da Amazônia, período que prosperou entre as últimas décadas do século XIX e o início da década de 1910 do século XX<sup>11</sup>, provocou uma grande crise na região, especificamente numa das regiões mais ricas em extração de látex<sup>12</sup>, o estado do Acre. Os antigos seringais<sup>13</sup> acrianos, que outrora contribuíram significativamente para que a borracha natural conquistasse uma participação de 24% no mercado total de exportações do Brasil, passam a perder espaço no mercado mundial em virtude da produção em grande escala de borracha de cultivo na Malásia. Contudo, com a ocupação japonesa nestes centros produtores da Ásia no período correspondente à Segunda Guerra Mundial, a crise da borracha na Amazônia, oriunda deste reordenamento produtivo da borracha natural para os seringais asiáticos, será sanada, ainda que por um período determinado, conforme veremos adiante.

Em virtude do bloqueio nipônico, os Estados Unidos da América (EUA), necessitando urgentemente da borracha para seus anseios de guerra e abastecimento de seu polo industrial automobilístico, busca urgentemente alternativas de abastecimento, restabelecendo a produção de borracha na Amazônia.

Às portas do fracasso militar, exclusivamente devido à falta de borracha, já que 90% de suas fontes abastecedoras caíram em poder do Japão, recorrem os EUA aos [sic] sucedâneo do produto e às antigas regiões extrativas, no Hemisfério Ocidental, de há muito abandonadas e esquecidas (MARTINELLO, 2004, p. 145).

---

<sup>11</sup> Optamos por não discriminar o período em datas por encontrar variações na literatura correspondente.

<sup>12</sup> Líquido espesso extraído da árvore de seringueira (*hevea brasiliensis*) que depois de coletado passa por um processo de coagulação, transformando-se numa “bola de borracha” *in natura*. Após esse processo, a borracha é encaminhada para o beneficiamento industrial.

<sup>13</sup> Grande propriedade de terra com uma considerável quantidade de árvores de seringueira. Nos seringais há uma organização produtiva destinada à extração, defumação e comercialização da borracha natural, tendo como proprietário a figura do seringalista.

O resgate produtivo da borracha para a Amazônia devolve à região o protagonismo no comércio mundial de borracha natural. É através da exploração do enorme manancial de seringueiras encontradas nesta região que os países Aliados na Segunda Guerra Mundial garantiriam seu abastecimento interno, evitando um possível colapso.

[...] em 1941, estimava a existência de 300.000.000 de árvores da *Hevea brasiliensis*, espalhadas pela Amazônia, com um potencial de produção de 800.000 toneladas anuais, numa área de quase 1 milhão de milhas quadradas, compreendendo o Brasil, Perú, [sic] Bolívia, Colômbia. Se fosse possível explorar a metade destas árvores silvestres obter-se-ia, no mínimo, uma produção de cerca de 450 mil toneladas anuais, uma quantia capaz de debelar, sem dúvida, a aguda crise do produto em que se achavam os Aliados (MARTINELLO, 2004, p. 93-94, grifo do autor).

Dado o contexto, o então presidente do Brasil, o Sr. Getúlio Vargas, e o presidente dos Estados Unidos, o Sr. Franklin Roosevelt, firmam vários acordos em 3 de março de 1942 no intuito de viabilizar a extração de látex na floresta amazônica para a produção de borracha natural. Os “Acordos de Washington”, nome dado a este convênio, vigorou entre os anos de 1942 e 1947. Os acordos não se restringiam apenas a empréstimos direcionados à produção de borracha, mas também incluía vários outros incentivos, com objetivos estratégicos, para o beneficiamento industrial estadunidense no período de Guerra.

[...] contemplavam [os Acordos de Washington] empréstimos de US\$ 100.000.000 para o desenvolvimento da produção de materiais estratégicos e matérias-primas indispensáveis à indústria de guerra americana, tais como a anagem, babaçu, cacau, café, castanha, pecacuanha, linters de algodão hullfiber, mamona, timbó etc. Foram destinados mais 14.000.000 de dólares para o desenvolvimento dos depósitos de ferro de Itabira e da estrada Vitória-Minas Gerais; e, [...] inicialmente 5.000.000 de dólares para melhorar a qualidade da produção da borracha vegetal encontrada na Amazônia e outra quantia

igual para financiar um programa de saúde e melhoramento das condições sanitárias da região (MARTINELLO, 2004, p. 107-108).

Nestes acordos, a aquisição de novos equipamentos para as Forças Armadas brasileiras também se apresenta como ponto chave. O governo brasileiro, ciente das necessidades estratégicas dos EUA e sua disposição para selar o acordo, utiliza-se da situação para conseguir recursos financeiros para a modernização de seu aparato bélico. A partir deste pacto, há na Amazônia um gradativo processo de reativação dos seringais falidos e um novo movimento migratório é estabelecido<sup>14</sup> na tentativa de aumentar o contingente de trabalhadores, pois a mão de obra disponível para a produção de borracha não era suficiente para cumprir as metas acordadas.

Segundo Pedro Martinello (2004), o primeiro ciclo migratório deste período é composto basicamente de flagelados nordestinos, em sua maioria cearenses, que debandaram com suas famílias para a região amazônica devido à seca que assolava o nordeste brasileiro entre os anos de 1941 e 1942. Contudo, essa primeira leva migratória, algo em torno de 14.484 pessoas, sendo 7.435 homens, não foi suficiente para suprir as exigências produtivas.

Houve então outro movimento migratório, composto, na sua maioria, por cariocas, fluminenses, capixabas, mineiros, baianos e pernambucanos. Para estes emigrantes, a viagem tinha uma conotação de aventura, diferente da primeira leva. Muitos nem chegaram a trabalhar nos seringais, ficaram perambulando pelas cidades. Segundo Pedro Martinello (2004), o povo da Amazônia apelidou esses aventureiros de arigós, nome que se generalizou para todos os emigrantes que vieram trabalhar nos seringais neste período.

Em face das dificuldades de disponibilizar mão de obra para a extração de látex e garantir o acordo com o governo estadunidense, o governo brasileiro inicia uma campanha de alistamento, na tentativa de recrutar trabalhadores.

[...] tornou-se necessário atrair nova leva de emigrantes para tocar a empresa seringalista, que se encontrava despovoada de braços para

---

<sup>14</sup> No Acre, o primeiro ciclo da borracha (1890-1912) ocasiona um processo de migração intenso. Nordestinos, na sua maioria cearense, vêm para o Acre trabalhar na extração do látex nos seringais recém-abertos.

umentar a produção. As condições de vida, o regime de trabalho nos seringais amazônicos tinham má fama. Na literatura sobre o assunto já havia consagrado as denúncias dos maus-tratos e a brutalidade da exploração nos seringais. Era necessário mudar o perfil da situação passada criando mecanismos que incentivasse e estimulasse o recrutamento de mão-de-obra para repovoar os seringais e garantir o êxito do empreendimento (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 66).

No processo de recrutamento, várias formas de aliciamento foram utilizadas para convencer os trabalhadores a enfrentarem uma “batalha da borracha” na imensidão da floresta Amazônia. Para Martinello,

[...] o expediente mais usado pelos aliciadores foi o de apresentar o engajamento no *exército da borracha* como a única alternativa para fugirem da convocação para a Força Expedicionária Brasileira que lutava nos campos da Itália (MARTINELLO, 2004, p. 257, grifo do autor).

Estes “soldados da borracha”, incluindo não apenas os recrutas, mas todos os outros emigrantes que vieram para Amazônia sob os incentivos de guerra para a extração do látex, não tiveram em suas mãos fuzis ou metralhadoras para enfrentar nenhum inimigo iminente. Sua batalha diária era contra diversas doenças endêmicas como a malária, somado isso à exploração dos seringalistas e ao descaso na assistência médica-sanitária.

Após o fim do conflito na Europa, os “soldados da borracha” que sobreviveram não tiveram o mesmo reconhecimento dos pracinhas que lutaram no solo italiano. A maioria foi “esquecida” pelo governo federal, burlando uma das cláusulas contratuais, mais especificamente a 9ª (nona), firmado entre o “soldado da borracha” e o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Essa cláusula garantia a recondução do trabalhador ao seu ponto de recrutamento, caso, por qualquer motivo, não fosse mais necessário seu trabalho. Alguns trabalhadores até conseguiram retornar a sua terra de origem, mas muitos continuaram “esquecidos” na Amazônia.

Sobre as relações trabalhistas nos seringais, é interessante fazer um paralelo entre os dois grandes ciclos (1890-1912 e 1942-1947) de

produção da borracha amazônica, para mostrar as diferenças existentes em cada trabalhador no que concerne à relação com o trabalho e com o patrão.

No primeiro ciclo da borracha, o trabalhador rural, mais especificamente, o seringueiro<sup>15</sup>, estava submetido a uma intensa relação de dependência e de dominação em relação ao patrão devido a um organizado sistema de aviamento. Sob uma cadeia de ordem vertical, tendo no topo as casas de aviamento localizadas em Belém e Manaus, que abasteciam os seringais, esse sistema se organizava. Abastecido com as mercadorias provenientes destes centros comerciais do Norte, o seringalista fornecia, por um preço bastante acima do mercado, os produtos aos seringueiros, e o pagamento era feito quando estes entregassem sua produção de borracha. Compelidos a consumir apenas as mercadorias ofertadas pelo patrão, a dívida gerada no armazém do seringalista submetia o seringueiro a produzir cada vez mais borracha para tentar quitar a dívida. Como, quase sempre, a produção dificilmente quitava o valor da dívida, estes trabalhadores ficavam “aprisionados” aos seringais até sanar o compromisso financeiro. Além da dívida gerada com as mercadorias, havia o endividamento oriundo da viagem para o seringal, visto que a mão de obra era importada de outras regiões do país, especificamente do Nordeste. O trabalhador chegava ao seringal endividado, pois os gastos com a viagem, que eram pagos pelo patrão-seringalista, eram vinculados à conta do trabalhador. Na realidade, nesse sistema de aviamento temos uma dívida proposital que tem por fim o aumento de trabalho na produção de borracha. Na tentativa de sanar seu débito e obter algum crédito, o seringueiro passa a trabalhar de maneira intensa, aumentando a produção de borracha e favorecendo financeiramente o seringalista.

Para que o seringueiro se dedicasse exclusivamente à extração e defumação do látex da seringueira, e ficasse totalmente dependente das mercadorias ofertadas pelo seringalista, havia a proibição de plantar, caçar e pescar, e de adquirir qualquer outra mercadoria que não fosse pelo armazém do patrão. Nestas circunstâncias, a fonte alimentícia dos seringueiros ficava limitada a produtos de baixo valor nutritivo, isto quando os alimentos estavam propícios à ingestão, visto que não era incomum o seringueiro obter produtos estragados, fato que ocasionava constantes problemas de saúde.

---

<sup>15</sup> Aquele que trabalha na extração e defumação do látex da seringueira.

As condições de vida e trabalho tornavam-se ainda piores em decorrência da má qualidade dos alimentos fornecidos, muitos deles apodrecidos mas, assim mesmo, aviados ao freguês. O ambiente também adverso, ensejava doenças como o beribéri, impaludismo, polinevrites, infecções intestinais que, tendo por agravante a precária cesta alimentar, eram responsáveis por mais de 20% da mortalidade entre trabalhadores (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 44).

No que concerne às regras estipuladas aos seringueiros, Cláudio Araújo Lima, na sua obra *Coronel de Barranco*, narra com requinte as imposições do seringalista:

[...] o brabo [nome dado ao trabalhador iniciante no corte da seringa] precisava se inteirar antes de mais nada, de que ficava expressamente proibido de plantar. Nem de caçar ou pescar. Tinha de consagrar o tempo de trabalho, numa faixa média diária de 12 horas, somente à extração de borracha conforme as instruções que recebia oportunamente. Ficava obrigado a se aviar, exclusivamente, no armazém do seringal. /Semanalmente [sic], se o centro [local onde ficava a sede do seringal] fosse perto. De quinze em quinze dias, se mais distanciado. E devia ficar sabendo que era considerado “crime” tentar a aquisição de mercadorias em turco de regatão, a quem não podia, em hipótese nenhuma, vender qualquer quantidade de seringa, por menos que fosse. Multa para desobediência: cem mil réis. / [sic] Como outro ponto importantíssimo, o seringueiro precisava ter ciência de que, sob nenhum pretexto, teria permissão para se retirar do seringal sem saldar seu débito. E ainda quando tivesse saldo, estava obrigado a avisar o patrão com uma antecedência mínima de três meses. Além disso, em caso de fuga, uma vez recapturado, seria punido como o proprietário achasse conveniente sem prejuízo da multa que seria de cem mil réis para o seringueiro com débito, e de duzentos para o fugitivo que tivesse



saldo (LIMA, 1970, p. 90-91 apud COSTA SOBRINHO, 1992, p. 41-42).

A relação existente entre o patrão-seringalista e o empregado-seringueiro assentava-se na resignação e na submissão do seringueiro ante a exploração exercida, uma relação importante para a manutenção do sistema de aviamento e do controle social. Esta postura submissa e de resignação tem na origem do trabalhador do sertão nordestino, que desconhecia seus direitos, submetendo-se às vontades do coronel, uma característica expressiva na reprodução das condições de trabalho existentes nos seringais da Amazônia, principalmente na região do estado do Acre, no final do século XIX e início do século XX.

No segundo grande ciclo, os novos emigrantes, conhecidos de maneira generalizada como arigós, conforme coloquei alhures, possuíam uma origem diferenciada. Muitos eram de origem urbana e vários tinham conhecimentos mínimos de seus direitos, característica que proporcionou questionamentos sobre as condições de trabalho e, em vários casos, abandonos da atividade laboral. Nesta realidade, embora ainda houvesse sistema de aviamento, houve dificuldades de estabelecer, de maneira generalizada, uma relação de exploração pautada na submissão e resignação, característico do primeiro ciclo, segundo nos apresenta Costa Sobrinho:

[...] o trabalhador arigó ou novo seringueiro, trazido principalmente pelo SEMTA na segunda leva de imigrantes, era diferente do trabalhador rural nordestino, ignorante e submisso, produto acabado das brutais relações de dependência e exploração imperantes nos sertões e agreste do Nordeste. Este novo trabalhador reagia contra as condições de trabalho no interior do seringal. Mesmo considerando que essa disposição não era generalizada, por considerar que estava mais afeta ao trabalhador que tinha conhecimento ou alguma informação dos seus mínimos direitos, pelo menos, esse trabalhador, escudado no contrato-padrão de trabalho, tentava valer seus direitos, reclamando enquanto indivíduo ou tratando de organizar forma de reação coletiva (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 82-83).

Através desta breve diferenciação, já podemos observar uma pequena constituição social questionadora e crítica de uma parte desta categoria social de trabalhadores rurais, trazendo para este ambiente de intensas relações de exploração alguns questionamentos ante a regra hegemônica de controle social que regia as relações de trabalho nos seringais.

Após a Segunda Guerra Mundial, mesmo com o restabelecimento do comércio internacional de borracha natural nos seringais de cultivo na Malásia, os seringais da Amazônia mantiveram um nível de produção elevado, alcançando, ainda na década de 1960, índices de produção semelhantes aos áureos tempos do segundo ciclo, chegando a 24,6 mil toneladas no ano de 1947 (COSTA SOBRINHO, 1992), conforme Tabela 1.

Tabela 1  
Produção de borracha natural na Amazônia  
(1960-1969)

Anos	Borracha (toneladas)
1960	23.462
1961	22.736
1962	21.741
1963	20.205
1964	28.323
1965	29.290
1966	24.347
1967	21.494
1968	22.958
1969	23.950
TOTAL	230.506

Fonte: PINTO, 1984, p. 149-150 apud COSTA SOBRINHO, 1992, p. 104.

Essa elevada produção é devida à ação protetora do Estado brasileiro, a qual se pautava numa política produtiva remanescente dos acordos estabelecidos no período da Segunda Grande Guerra. Neste contexto, a garantia ao crédito para a produção, através do Banco de

Crédito da Borracha<sup>16</sup>, é mantida, além da continuidade do monopólio estatal nas relações comerciais da borracha, conforme o Decreto-lei nº 4.481, de 07 de outubro de 1942.

Nos seringais, a manutenção do nível de produção de borracha não trouxe nenhuma alteração nas relações trabalhistas. O intenso processo de exploração na extração e coagulação do látex, e o abusivo preço das mercadorias fornecidas pelo seringalista, permaneciam inalterados. Além disso, o preço pago ao seringueiro pela borracha natural era muito inferior ao que o seringalista recebia da instituição compradora.

É necessário ressaltar que, mesmo com uma elevada produção, foi necessário importar borracha. Na verdade, com o *boom* econômico e industrial pelo qual passava o país a partir de meados do século XX, a borracha natural brasileira não conseguia suprir o aumento do consumo interno, sendo necessário recorrer à importação do produto. Além disso, outra saída encontrada para garantir o abastecimento de borracha no país foi a instalação, em 1963, da indústria de borracha sintética.

Com a instalação da indústria de borracha sintética no país, através da FAVOR [Fábrica de Borracha Sintética] (PETROBRÁS) e COPERBO [Companhia Pernambucana de Borracha Sintética] (Governo do Estado de Pernambuco), sendo transferido para essas empresas o direito de comercialização direta de sua produção, eximindo-as do controle e tutela da agência executante do monopólio estatal, **passou-se a estimular o consumo da borracha sintética como substituto da borracha natural** (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 140, grifo nosso).

Decorrente deste novo contexto, os seringais da Amazônia encetam um processo de decadência. A inserção da borracha sintética como substituto da borracha natural e, posteriormente, o fim do monopólio estatal na compra e venda da borracha, levou os

---

<sup>16</sup> O Banco de Crédito da Borracha foi criado pelo Decreto-lei nº 4.451, de 09 de junho de 1942. No ano de 1950 o Banco foi transformado no Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA).

seringalistas, endividados com o Banco da Amazônia<sup>17</sup> (BASA), a vender seus seringais para sanar suas dívidas.

Ante a perda de mercado da borracha natural na Amazônia e o aumento das dívidas com o BASA, ocasionando a venda dos seringais falidos como solução imediata para sanar os compromissos financeiros, Costa Sobrinho enfatiza:

Os seringalistas, fortemente endividados com o Banco de Crédito da Amazônia S.A (BCA) e agora com seu substituto, o Banco da Amazônia S.A. (BASA), encontravam-se freqüentemente ameaçados por pressões contra sua atividade, tida como parasitária, que se manifestavam na contenção e custo de crédito e, sobretudo, na insegurança dos preços. Deste modo, **foram compelidos a colocar os seus imensos latifúndios à venda para potenciais compradores do centro-sul, que movidos pelos incentivos fiscais e créditos subsidiados se dispuseram a investir na região ou especular com terra** (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 141, grifo nosso).

## 2.2 “DESENVOLVIMENTISMO” EM ANOS DE CHUMBO

Com ascensão dos militares ao poder através do golpe de Estado em 1964, uma política de acumulação capitalista acelerada passa a determinar toda a vida econômica, política e cultural do Brasil. Conforme Ianni (1986), o país passa a adotar uma política de “economia aberta” ou de desenvolvimento capitalista dependente, possibilitando a livre ação do capital estrangeiro. Um processo de rearticulação da economia brasileira, submetendo-a aos imperativos de empresas estrangeiras e transnacionais.

No âmbito trabalhista, o governo militar, para viabilizar a aplicabilidade de sua política econômica, utiliza-se do “estado de exceção” que vigora no Brasil para direcionar suas forças repressivas e de intenso controle social na expropriação, tanto do proletariado industrial, quanto do agrícola, além de setores da classe média e do campesinato (IANNI, 1986).

---

<sup>17</sup> O Banco da Amazônia S.A. (BASA) surgiu em 1966 (Lei nº 5.122, de 28 de setembro) como substituto do Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA).

Nesse processo de desenvolvimento intensivo e extensivo do capital, o espaço agrário brasileiro passa por um reordenamento produtivo direcionado à exportação, diversificando a produção industrial através de uma articulação entre a industrial e a economia primária, segundo nos apresenta Ianni:

A rigor, o modelo de “economia aberta”, ou dependente, adotado desde 1964, reativou a economia primária exportadora constituída historicamente e estruturalmente com a formação social brasileira. É verdade que o País passou a exportar cada vez mais produtos industrializados, de base não-agrícola. Inclusive ocorreu a diversificação da estrutura industrial, com influência na pauta das exportações. Nem por isso, no entanto, a economia brasileira deixou de ser, inclusive, uma economia primária exportadora. A ressalva que cabe aqui é que essa economia primária exportadora está articulada com um setor industrial instalado no País (IANNI, 1986, p. 51-52).

Para Ianni (1986), diante da implantação desta “economia aberta” no Brasil, aprofunda-se e diversifica-se a dependência do subsistema econômico brasileiro em relação ao imperialismo norte-americano, alemão e japonês. Fato que expõe facilmente a economia brasileira às flutuações econômicas do capital internacional e às suas consequências trágicas, decorrentes das cíclicas crises deste modo de produção.

Em face do exposto, a crise do petróleo em 1973 ocasiona um prejuízo intenso nas exportações de produtos industrializados no país. Com base em determinado contexto, o governo brasileiro, no intento de reequilibrar as contas públicas em virtude dos efeitos causados pela crise mundial, impulsiona a política de exportação para a indústria de base agrícola. Nesse sentido, vale ressaltar que essa política de exportação não tem como proposta central substituir os produtos não-agrícolas da pauta de exportação do mercado brasileiro. O que ocorre, de acordo com a citação de Ianni, como já colocado, é uma reativação de uma economia primária para a exportação, diversificando a estrutura industrial brasileira. Outro aspecto importante a ser ressaltado é que essa política de exportação política não se limitava apenas às mudanças e incentivos no âmbito econômico, mas tinha por base um intenso processo de

exploração dos trabalhadores, seja rural ou urbano, decorrente do controle social e político capitaneado pelo governo militar.

Na Amazônia, com uma atividade econômica limitada e pouco articulada, tendo suas principais atividades (extrativismo, agricultura e pecuária) muito mais direcionadas ao autoconsumo e ao mercado local, a perspectiva de um desenvolvido econômico estava restringida às variações do mercado, ou seja, dependente de seus fluxos e refluxos. Com a implantação de um desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, o apoio do poder público às atividades econômicas da região muda vertiginosamente. Há uma atuação mais intensa por parte do governo, conforme a proposta de modificação econômica. De acordo com Ianni (1986), a algumas dessas iniciativas governamentais correspondem: a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a reformulação do Banco de Crédito da Amazônia S.A., que passou a denominar-se Banco da Amazônia (BASA); a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a construção de rodovias como a Transamazônica e Cuiabá-Santarém, entre outras; e a implantação de dois planos nacionais de desenvolvimentos, o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e II PND.

No capitalismo, a ideia de desenvolvimento se estabelece apenas pelo crescimento econômico do atual modo de produção e pela crença do avanço científico e tecnológico (SOUZA, J., 2008). Dessa maneira, passa a ser reproduzida a ideia de que aqueles que não estão em conformidade com esta concepção de “progresso”, estão numa situação de “atraso”. Neste sentido, através da aparente tentativa de tirar a Amazônia do “atraso”<sup>18</sup>, o governo busca romper os laços com a economia extrativista. Ante a ideia de que o principal motivo para os “males” e os “problemas” da região estaria no extrativismo, a saída para o “atraso” e o alcance do “progresso” seria a industrialização da Amazônia. Nessa linha de argumentação, o governo militar passa a

---

<sup>18</sup> Outro motivo do governo militar “olhar” mais para a região amazônica decorre da necessidade de controlar as áreas de fronteira, bem como tentar monitorar possíveis organizações insurgentes contra o controle militar numa região de grande extensão territorial e pouco vigiada. O conjunto de medidas desenvolvimentistas implantado pelo governo federal ficou conhecido como “Operação Amazônia”. Uma nomenclatura que expressa o caráter político das ações militares na Amazônia.

intensificar a política de exportação industrial de base agrícola<sup>19</sup>, através de incentivos fiscais, penalizando a agricultura *in natura*, de base extrativista.

Houve uma época em que os órgãos federais atuando na região pareciam orientados no sentido de favorecer a industrialização [sic]. Tinha-se a impressão de que a Amazônia queria livrar-se da dependência do extrativismo, que era apresentado, com frequência [sic], como a origem dos “problemas” da região. Industrializar, a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX, ou emancipá-la dos males do extrativismo: surtos de expansão, crise e regressão; dispersão das fontes de matérias-primas: borracha, castanha, madeira, peles, minerais, etc.; o “vazio demográfico” e o “vazio econômico” que povoam os discursos de governantes locais, regionais e nacionais; o despovoado das muitas fronteiras do Brasil com o Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guianas, etc. Além disso, na ideologia dos governantes e técnicos predominavam que a tese de que a industrialização, o desenvolvimento econômico e o progresso social eram elos necessários a qualquer preço. Por isso, diversos órgãos públicos (federais, estaduais e outros) atuam no sentido de promover e dinamizar a industrialização em algumas áreas de Amazônia (IANNI, 1986, p. 62-63).

---

<sup>19</sup> Na referência MOREIRA, Roberto Moreno; CASTRO, Paulo Rabello de. A agricultura de exportação. In: CARENEIRO, Dionísio Dias (Coord.). **Brasil: dilemas da política econômica**. Rio de Janeiro: Campus, 1977, pp. 178-179, encontramos alguns pilares que determinam essa agricultura de exportação entre 1968-1976. Segundo os autores (1977, p 178-179 apud IANNI, 1986, p. 41), a agricultura pode ser desmembrada em três grupos: os produtos tradicionais, os produtos dinâmicos e os potencialmente significativos. Os produtos tradicionais seriam produtos que já participam da pauta de exportação. Os produtos dinâmicos são aqueles cujo comportamento é caracterizado por uma resposta pronta e contínua aos estímulos do mercado. E os potencialmente significativos agrupam os produtos que encontram obstáculos em reagir às oportunidades internacionais.

No Acre, especificamente, a saída do “atraso” estabelecia um processo penoso de derrubada da floresta e expropriação dos moradores que lá habitavam. Os efeitos maléficos gerados por estes atos eram colocados como resultado natural do processo de “modernização”.

Com os planos de desenvolvimento econômico e social (I e II PND), a tentativa de modernização nesta região, de acordo, principalmente, com o II PND, exige um processo de redistribuição de terra nas áreas em que a estrutura fundiária se apresentasse como obstáculo à modernização da agropecuária (PAULA, 2006). Diga-se, neste caso, nas áreas de atividades extrativistas.

[...] o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) formulado para 1975-1979, reafirmou a estratégia de desenvolvimento extensivo e intensivo da agricultura e pecuária, para o Brasil, em geral, e para a Amazônia, em especial. A pretexto de efetivar a “vocação do Brasil” para produzir alimentos para os outros países, o II PND definiu uma “estratégia agropecuária” voltada para o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo. Ao mesmo tempo, reafirmam-se e desenvolve-se, em termos de favores e incentivos fiscais e creditícios para a empresa privada, as condições de articulação e subordinação da agricultura à indústria (IANNI, 1986, p. 69).

Através do incentivo desta política desenvolvimentista, somado à falência dos seringais e do endividamento dos seringalistas com o BASA, o extrativismo da borracha passa a dar lugar à pecuária extensiva de corte a partir da década de 1970<sup>20</sup>. Com incentivos fiscais e uma intensa campanha publicitária no Centro-Sul do país para atrair investidores<sup>21</sup>, somados à possibilidade de especular a terra, vários

---

<sup>20</sup> A gestão do Governador Wanderley Dantas (1971-1975) impulsionou a política econômica “modernizante” para a Amazônia acriana. Condizente com o direcionamento desenvolvimentista que excluía a prática extrativista como modelo econômico para a Amazônia, o governo de Dantas passa a ser o grande condutor desta mudança econômica na região.

<sup>21</sup> Segundo Costa Sobrinho (1992), o slogan da campanha publicitária utilizado para atrair os investidores do Centro-Sul era o seguinte: “Acre, a nova Canaã. Um Nordeste sem seca. Um sul sem geadas. Invista no Acre e exporte pelo Pacífico”.



empresários se dirigiram ao Acre e adquiriram terras que outrora foram grandes e importantes seringais.

O movimento em direção ao Acre mobilizou grandes, médios e até pequenos proprietários do Centro-Sul. Os pequenos e médios proprietários foram atraídos pela possibilidade de se tornarem fazendeiros prósperos e bem-sucedidos, já que a venda de suas propriedades, de dimensões menores no lugar de origem, permitia adquirir glebas de terra que variavam de 100, 500 a 1000 hectares. Os grandes empresários, por sua vez, não vieram tão-somente interessados em implantar grandes projetos de pecuária extensiva de corte, motivados pelos incentivos fiscais e crédito fácil e subsidiado, mas também pela utilização da terra como “reserva de valor” e mais precisamente para especular com terras (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 145).

### 2.3 A PELEJA PELA TERRA E OS SERINGUEIROS COMO SUJEITOS HISTÓRICOS

A implantação da pecuária no Acre, transformando o seringal falido em fazenda, estabelece mudanças nas relações produtivas e sociais. Como o extrativismo não se apresenta mais como a principal fonte econômica, a ascensão da pecuária como modelo econômico proporciona mudanças no uso da terra, eliminando a floresta e criando pastos para a criação de gado.

Ante estas mudanças, estes seringueiros se viam num estorvo com a chegada dos “novos donos” da terra, haja vista que eles ainda permaneciam em suas “colocações”<sup>22</sup>, dentro dos antigos seringais, sobrevivendo de uma pequena agricultura de subsistência e dos bens naturais disponibilizados pela floresta.

No interior de muitos deles [seringais falidos] ficaram os seringueiros, arrendatários ou prepostos, que continuaram a tocar a atividade de extração do látex, combinando-a com outras formas de extrativismo, agricultura de

---

<sup>22</sup> Localização dentro dos antigos seringais onde o seringueiro residia com sua família.

subsistência e o criatório de animais (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 141-142).

Não havendo a necessidade de uma quantidade significativa de mão de obra para a criação de gado e sob a exigência de “limpar” a terra adquirida, os recém-chegados empresários rurais, que foram denominados de “paulistas”<sup>23</sup> pelos seringueiros, passam a ordenar a desocupação dos moradores que ali habitavam e trabalhavam há décadas. A desocupação se dava, por exemplo, através de indenizações irrisórias e, basicamente, pela expulsão dos seringueiros. Para efeito ilustrativo, ações como: a obstrução de passagens dentro da floresta (varadouros), proibições para plantar, atuação de pistoleiros, além de ameaças e atos de espancamento; foram alguns métodos adotados pelos “paulistas” para “limpar a área”.

Esses “novos donos”, mesmo tendo a propriedade da terra, não poderiam expulsar os seringueiros caso a legislação vigente fosse respeitada e aplicada. Baseado na Lei 4504, de 1964, lei que estabelecia o Estatuto da Terra, o direito à posse da terra estava garantido ao morador que se dedicasse à cultura efetiva da terra e residisse na área num período superior a um ano e um dia. Uma legislação completamente condizente com a situação em que se encontrava o seringueiro, o que lhe garantia o direito da posse da terra. Entretanto, a ausência na aplicação da Lei foi a ocorrência predominante no contexto.

É interessante destacar que a apropriação das terras pelos “paulistas” não ocorria apenas por atos lícitos. Prática de grilagem passa “a ser praticada por austeros e respeitosos homens de negócios do Centro-Sul, muitos deles contumazes ‘habitués’ de listas de filantropos e de colunas sociais nos seus locais de origem” (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 146). Como os seringais não possuíam uma demarcação definida, a aquisição da terra permitiu, sem escrúpulos, um abusivo processo de ampliação das terras adquiridas, incorporando ao território terras não correspondentes aos milhares de hectares acordados na

---

<sup>23</sup> O termo paulista denominado pelo seringueiro não é, necessariamente, o indivíduo nascido em São Paulo, mas qualquer um dos novos donos da terra proveniente do Centro-Sul do país. Segundo José de Souza Martins (1986, p. 129), “o ‘paulista’ não é só o fazendeiro de vários Estados que vai ao Acre, o ‘paulista’ pode ser encontrado em toda a Amazônia Legal. Esse personagem característico, endinheirado, enchapelado, que aparece por lá como proprietário de terra é conhecido como ‘paulista’ praticamente na Amazônia toda. É conhecido como ‘paulista’ e às vezes é conhecido como outras coisas que eu não posso dizer aqui”.

compra. Para ilustrar como se processava a grilagem de terras no Acre, temos no depoimento do jornalista Elson Martins da Silveira, em 03 de agosto de 1977 à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Fundiário (CPI da Terra), um exemplo bastante elucidativo sobre a forma ilícita de apropriação de terras no Acre:

Geralmente há uma dificuldade de se encontrar títulos definitivos no Acre; quando existem, é de uma pequena área, mas o seringalista utilizava uma área bem maior ao longo desses anos, 40, 20 anos. Se ele tinha título, quando existia e é muito raro, era de 20, 10 mil hectares. Mas realmente ocupava uma área bem maior com o seringal e não havia, na maioria dos casos, a medida em hectares, existia a medida em estradas de seringa e os limites naturais. “O seringal tal limita com o seringal tal pelo igarapé tal rio tal.” E quando o comprador adquiria esse contrato essa preocupação para formalizar a compra do seringal, ele ia medir. Armava uma estrutura de medição do seringal, levava o topógrafo, e como o próprio Pedro Aparecido Dotto<sup>24</sup> me explicou, uma vez na minha casa, eles partiam do Rio, da margem do seringal com o topógrafo e diziam: “Bom, vamos caminhando aonde a gente puder ir, até encontrar alguém que diga: não, aqui é nosso. A gente pára e toma outro rumo”. E assim iam formando os latifúndios. Depois que faziam o mapeamento, levavam ao cartório e registravam a área segundo essa medida (DIÁRIO do Congresso Nacional (CPI da Terra), p. 809 apud COSTA SOBRINHO, 1992, p. 147).

Pelo exposto, quando no depoimento, o jornalista Elson Martins narra a fala do latifundiário: “Bom, vamos caminhando aonde a gente puder ir, até encontrar alguém que diga: não, aqui é nosso. A gente pára e toma outro rumo”; dá pra se entender que ele, o latifundiário grileiro, está se referindo a negativa de um outro latifundiário, já que a terra pertencente ao posseiro não era respeitada por estes apropriadores de terras alheias. Essa prática de “esticamento” incorporou extensas áreas

---

<sup>24</sup> Pedro Aparecido Dotto ficou conhecido no Acre como um dos maiores latifundiários da região.

de terras que estavam fora dos limites contratuais, o que fez aumentar o contingente de posseiros expulsos.

Nesse contexto, observa-se uma mudança na estrutura fundiária agrária do Acre de forma bastante rápida. Os empresários sulistas chegam a possuir, já no ano de 1978, um terço das terras cadastradas no INCRA (PAULA, 2006). Essa rápida e intensiva transformação na lógica de concentração fundiária traduz uma realidade sobre a questão da terra bastante comum no Brasil. O empresário rural que chega ao Acre não expulsa o seringueiro da terra apenas pelo desprezo de sua atividade laboral, mas, sobretudo, pela sua condição de posseiro. Afinal, numa sociedade capitalista, a existência do posseiro dificulta a extração da renda da terra e compromete um dos requisitos fundamentais do capitalismo que é propriedade privada, pois “[...] o posseiro não valoriza a terra como terra. Ser proprietário da terra para ele não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser dono do trabalho” (MARTINS, J., 1986, p. 131). Neste aspecto, a expulsão do posseiro se apresenta como uma necessidade fundamental para os proprietários de terra.

Ante os atos violentos de expulsão, vários seringueiros passam a aceitar as indenizações oferecidas pelos “paulistas” pelas suas benfeitorias e se refugiam nos seringais da Bolívia ou migram para os centros urbanos do estado do Acre, segundo destaca Costa Sobrinho:

A violência dos fazendeiros, nominados indiscriminadamente como “paulistas”, de início não encontrou resistência por parte dos trabalhadores (seringueiros e posseiros). A alternativa encontrada, como mais próxima e viável, fora abandonar simplesmente suas colocações, ou receber mísera indenização pelas benfeitorias e migrar para a Bolívia, área de fronteira, ou para a cidade, principalmente Rio Branco, capital do Estado, onde se amontoaram em localidades periféricas, formando uma paisagem de favelamento e miséria (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 152).

As práticas indenizatórias e a migração forçada como alternativa de sobrevivência não é aceita por uma camada expressiva de trabalhadores. Sabedor dos seus direitos sobre a terra e da necessidade de se manter na floresta enquanto trabalhadores extrativistas, como única alternativa real de sobrevivência, estes sujeitos estabelecem como

mecanismo real de resistência à expulsão a organização classista e a luta direta.

A relação dialética entre homem e natureza nos mostra que não existe um antagonismo entre problemas sociais e naturais, ambos fazem parte de um mesmo contexto. Nesse sentido, a luta destes trabalhadores rurais não se restringia apenas à questão da terra. A não-destruição da floresta se apresentava como essencial na agenda de luta. A incorporação da floresta na luta dos seringueiros não era algo pautado por princípios ecológicos, até porque este conceito era de total desconhecimento por parte dos seringueiros. A defesa da floresta se fazia necessária porque este é o seu hábitat. A floresta não é algo à parte de sua existência, algo fora da sua realidade. A floresta é sua morada, é sua garantia de sobrevivência enquanto ser que está inserido e incorporado neste ambiente natural.

Essa relação dialética entre homem-seringueiro e natureza não é uma condição *sui generis*. O ainda importante Marx nos dá uma mostra da relação inerente entre homem e natureza quando discorre que o “homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter em permanente intercâmbio para não morrer” (MARX, 2001, p. 116). Continuando, Marx (2001) coloca que há uma relação de interdependência entre ambos, já que o homem também é natureza. No que concerne a esta análise, destacamos o trabalho útil do homem sobre a natureza como uma necessidade perene e natural do próprio homem.

Como criador de valores de uso, quer dizer como trabalho útil, o trabalho é, portanto, condição de vida do homem, e condição independente de todas as formas de sociedade, uma necessidade perene e natural sem a qual não se conceberia o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza nem, por conseguinte, a vida humana [...] Em sua produção, o homem só pode proceder como procede a própria natureza, quer dizer, *fazendo que a matéria troque de forma* (MARX, 1962a apud ALTVATER, 2006, p. 333, grifo do autor).

A defesa da concepção de que o homem tem o total “direito” de se apropriar de maneira privada dos bens naturais é uma categoria analítica criada pela sociedade moderna. Uma concepção tendenciosa que direciona a uma visão utilitarista da matéria-prima, para que esta seja transformada em mercadoria para obtenção de mais-valia.

O capitalismo é um sistema expansionista onde tudo é interpretado como matéria-prima para o processo de produção de valor e mais-valia. Se não é útil e como não pode satisfazer necessidade, a matéria-prima será considerada inútil, sem valor e, portanto, um objeto inadequado da valorização capitalista. Ao separar os recursos que possuem valor daqueles que são inúteis, a integridade da natureza será indevidamente desintegrada e a desintegração da natureza será sua destruição (ALTVATER, 2006, p. 343).

Outro aspecto importante a se destacar é que não podemos sentenciar o homem genérico quando falamos da interferência do homem sobre natureza centrado nos pilares mercadológicos da sociedade moderna. Numa sociedade onde há homens que controlam os meios de produção e uma maioria que está submetida às relações sociais impostas a partir deste controle é, no mínimo, incoerente julgar o homem-trabalhador, que atua sobre a natureza a mando dos proprietários dos meios de produção, como destruído da natureza.

Em análise, observamos que a interferência do homem na natureza através do atual modelo produtivo, conforme interesses do capital, ocasiona a destruição extensiva e intensiva do ambiente natural, incluindo todos os seus seres, inclusive o homem. Uma realidade bastante presente na selva acriana, o que levou os seringueiros, diante da espoliação sofrida, a resistirem e se organizarem em sindicatos de trabalhadores rurais, colocando-se como sujeitos de sua própria história.

## 2.4 OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS

Os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais surgem no Acre no final da década de 1970. Antes da existência dos STRs, a instalação de um núcleo da Liga Camponesa no Acre, entre os anos de 1962 e 1963, se manifestou como a primeira forma organizativa de um movimento camponês no Acre. De acordo com Pedro Vicente Costa Sobrinho (1992), a Liga Camponesa se organizou nas cidades de Rio Branco e Assis Brasil<sup>25</sup>. Sob a liderança do contador Raimundo Moreira Ferreira, o Raimundo Borborema, o movimento alcançou uma adesão de

---

<sup>25</sup> Houve tentativas de organização da Liga Camponesa no município de Xapuri e aproximações com lideranças de seringueiros do município de Brasileia, mas ambas as tentativas não vingaram.

aproximadamente 3.000 pessoa em apenas 4 (quatro) meses de existência no estado.

As Ligas Camponesas, logo que instaladas no Acre, com sede em Rio Branco, segundo informações de João Borborema [irmão de Raimundo Borborema], tiveram de imediato boa aceitação no meio rural. O semanário “LIGA” informava que no fim do ano de 1962 as recém-criadas Ligas já contavam com aproximadamente 3.000 aderentes. O que motivou essa adesão massiva em pouco tempo, informou João Borborema, foi a força da mensagem e as bandeiras de luta da organização, que iam ao encontro das necessidades camponesas, principalmente a questão da reforma agrária (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 113).

A existência da Liga no estado é efêmera, dura aproximadamente um ano e meio<sup>26</sup>. Suas ações no Acre tiveram características muito mais voltadas à ordem individual como, por exemplo, “a defesa da liberdade comercial do trabalhador rural para vender sua borracha àquele que oferecesse o melhor preço” (COSTA SOBRINHO, 1992). Apesar do curto período de existência e de uma trajetória, de certa forma, “inexpressiva” no espaço agrário acriano, podemos considerar que suas investidas contribuíssem com a germinação de valores contestatórios ante o histórico sistema de aviação e as relações de dominação existentes há anos nos seringais acrianos. Outro aspecto interessante da Liga foi a tentativa de incorporar a luta dos camponeses do Acre ao resto do Brasil<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> É importante destacar que neste período as Ligas Camponesas no Brasil passavam por intensas investidas do Governo Federal na tentativa de conter sua ascensão política. Como exemplo, temos a criação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e a fundação de vários sindicatos rurais sob a tutela do Estado. Segundo Luiz Flávio Carvalho Costa (1996), a criação dos sindicatos rurais é uma alternativa apresentada em contraposição ao avanço do projeto político das ligas camponesas, que desenvolviam suas lutas de maneira autônoma e voltada aos seus próprios interesses. Buscava-se, desta forma, transferir para os sindicatos as reivindicações e as lutas dos camponeses para o espaço sindical e enfraquecer o poder das Ligas Camponesas.

<sup>27</sup> Lembrar que estamos no início da década de 1960 e há significativas dificuldades de transportes e comunicação neste período. Também temos que

No período de existência das Ligas Camponesas no Acre, a Igreja Católica, no intento de impedir a influência do movimento, coloca-se convergente às reivindicações, especificamente a reforma agrária, que emanavam de diversos movimentos sociais existentes no estado. Num primeiro momento, sua inserção se estabelece de forma acanhada, mas que tinha um objetivo bem definido: parar com a influência da Liga no espaço agrário acriano.

Em agosto de 1963, foi fundada a Cooperativa Nossa Senhora da Conceição, A área de terra, para que os colonos fizessem o plantio de suas lavouras, foi conseguida através da mediação da Igreja com o proprietário do Seringal Belo Jardim, que cedeu a área mediante contrato de cessão com o compromisso de compra futura. A área de terra destinada à cooperativa era aproximadamente de 850 a 900 hectares, dividida em 34 lotes, correspondendo o número de lotes inicialmente ao número de assentados. A partir dessa primeira iniciativa, estava constituído o núcleo de reação da Igreja para tentar barrar a influência das Ligas [...] (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 119-120).

Com o golpe militar de 1964, qualquer resquício ainda existente da Liga no Acre é exaurido. A política nacional de intenso controle social e de aprisionamento de lideranças populares, consideradas perigosas ao modelo de sociedade vigente, age diretamente sobre as Ligas Camponesas. Nesse contexto, a ação da Igreja contra as Ligas Camponesas não fazia mais sentido, encerrando então suas atividades no espaço agrário acriano em relação às questões políticas ligadas a este movimento camponês.

A Igreja Católica por toda a década de 1960 mantém iniciativas voltadas a ações organizativas e associativistas de trabalhadores, seja no campo seja na cidade. Entretanto, é somente a partir de 1971, com a incorporação de setores progressistas da Igreja Católica aos movimentos sociais rurais do Acre, através da organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que a instituição religiosa passa a desempenhar um papel importantíssimo, posicionando-se ao lado dos

---

considerar que o Acre, que foi a última região a ser incorporada ao território nacional, se encontra no extremo oeste do Brasil e que, de certa forma, mantém um contexto de “isolamento geográfico” com o restante do país.



seringueiros em defesa da terra diante da expulsão promovida pelos “paulistas”.

Um aspecto característico da forte inserção das CEBs no espaço rural refere-se, segundo Frei Betto (1985), à influência ideológica exercida pela Igreja no campo, decorrente de uma forte impregnação da cultura religiosa neste ambiente.

É na zona rural que as comunidades de base mais proliferaram. O homem do campo – pequeno agricultor, bóia-fria, assalariado rural – encontra na Igreja seu principal referencial ideológico. Ao contrário do operário urbano, sua cultura está impregnada de religiosidade. A palavra do padre ou do bispo é, para ele, a palavra de Deus (BETTO, 1985, p. 26).

A partir de 1972, assume a prelazia do Acre e Purus, após a trágica morte de Dom Giocondo<sup>28</sup>, o bispo Dom Moacir Grechi. O novo bispo<sup>29</sup> não apenas continua com as ações da Igreja no campo, mas busca ampliar a orientação eclesial em relação à terra. Agora, tanto as reuniões das CEBs, quanto as homilias das missas, os catecismos e as novenas, têm como pauta a questão da terra.

Neste período conflituoso, as CEBs exercem um papel essencial na organização e resistência dos seringueiros: concedem apoio estrutural, liberando os salões paroquiais e os templos católicos para reuniões; desenvolvem um trabalho de orientação em relação aos direitos dos trabalhadores rurais e, através de seu boletim eclesiástico intitulado “Nós Irmãos”, denunciam a cruel realidade vivida pelos seringueiros com a chegada dos “paulistas”. O boletim “Nos Irmãos” também vai exercer um papel importante na criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ao divulgar a fundação e as ações dos sindicatos no estado.

Outro recurso bastante usado pela Igreja na orientação dos seringueiros foi a confecção do “Catecismo da Terra”. Um documento que além de explicar o direito que o trabalhador possuía sobre a posse

---

<sup>28</sup> Bispo da prelazia do Acre e Purus durante a maior parte da década 1960, morre num acidente aéreo em setembro de 1971 no município de Sena Madureira (AC).

<sup>29</sup> Vale ressaltar que Dom Moacir, mesmo exercendo a função de bispo desde a morte de Dom Giocondo, só recebeu sua sagração, para a devida ordenação episcopal, em outubro de 1973.

terra, segundo o Estatuto da Terra, orientava os seringueiros a não saírem de suas posses, nem aceitarem as indenizações. Caso houvesse algum conflito com os “paulistas”, a orientação era de evitar o conflito e recorrer a alguma dessas autoridades competentes: INCRA, Polícia Militar, 4ª Cia. de Fronteira ou Juiz Federal.

A atuação da Igreja junto aos trabalhadores rurais, tanto pelas CEBs, quanto pela recém-estruturada Comissão Pastoral da Terra (CPT), facilita a instalação de uma delegacia da CONTAG no estado em 1975 para a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Com o importante apoio da Igreja e o excelente nível de organização em que se encontravam os seringueiros, a CONTAG consegue fundar, num intervalo de dois anos, 7 (sete) STRs no Acre.

No ano de 1975, a Igreja do Acre e Purus, de acordo com a linha pastoral assumida pelas Igrejas da Amazônia, passou a colaborar com a CONTAG na organização dos sindicatos de trabalhadores rurais. No curto período de setembro de 1975 a maio de 1976, três sindicatos rurais foram criados nos municípios de Sena Madureira, Brasiléia e Rio Branco. Até o ano de 1977, mais quatro sindicatos foram criados: Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó e Xapuri, praticamente cobrindo toda extensão rural do estado (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 92).

A CONTAG passa a atuar na organização dos trabalhadores rurais, defendendo a permanência dos trabalhadores na área em litígio. Sua principal referência contra a expulsão das terras era o Estatuto da Terra (Lei 4504/64). Como as ações reivindicatórias nos espaços institucionais, seja via governo estadual ou federal, seja pela justiça, não estava obtendo resultados significativos, devido a estes órgãos estarem mais voltados a criar obstáculos à aplicação da Lei do que viabilizá-la para o benefício, de direito, do trabalhador rural, a CONTAG muda sua estratégia política. Na tentativa de defender a aplicabilidade da Lei que regia o Estatuto da Terra, a Confederação recorre à organização e à ação reivindicatória dos trabalhadores rurais como principal mecanismo de pressão. No que se refere a essa mudança de estratégia da Confederação, Paula e Silva discorrem:

[...] em nível nacional, a Contag [sic] passa a perceber que a reforma agrária não dependia

apenas da decisão política do Governo e passaria a apostar mais na organização dos trabalhadores rurais como forma de reivindicar a aplicação do Estatuto da Terra (PAULA; SILVA, 2009, p. 207).

A luta capitaneada pela CONTAG apresentava vários direcionamentos. Um dos mais curiosos era o ajustamento jurídico do trabalhador rural enquanto posseiro. Como exemplo, temos a orientação da Confederação para que o seringueiro não pagasse a renda de 10% sobre a produção anual de borracha ao ainda existente e resistente padrão-seringalista. O não-pagamento da renda excluía qualquer possibilidade de se estabelecer uma relação jurídica de arrendamento. Conforme Paula (2006), isto é uma maneira encontrada para caracterizar a condição de posseiro e garantir seu enquadramento no Estatuto da Terra, conquistando assim a legitimidade e a propriedade legal do lote de terra.

Com o avanço do desmatamento provocado pela expansão da pecuária, os bens naturais que garantiam a sobrevivência do seringueiro e a reprodução da atividade extrativista estavam passando por um intenso processo de aniquilamento. Para que sua principal fonte de renda não fosse destruída, bem como exaurida sua base alimentar<sup>30</sup>, era necessário coibir o desmate. Na tentativa de impedir o desmatamento de uma determinada área pretendida pelos fazendeiros, os seringueiros, através dos STRs, criaram um método de resistência que ficou conhecido como “empate”. O primeiro “empate” foi realizado em março de 1976 no seringal Carmem, município de Brasileia (PAULA, 2006). Este método de resistência funcionava, a partir de uma explicação bastante simplificada, da seguinte forma: organizados em mutirões, os seringueiros se colocavam entre a área a ser desmatada e seus alçozes (“peões” a mando do patrão), empatando assim o desmatamento. Uma prática de resistência que envolvia muita tensão, chegando, em muitos casos, ao enfrentamento dos seringueiros com os jagunços do “paulista”.

Em rigor, além das inserções no espaço da lei e dos “empates”, outras iniciativas também são tomadas pela CONTAG e pelos STRs do

---

<sup>30</sup> A caça, a pesca e a colheita de frutos são atividades que constituem a base alimentar dos seringueiros. Há também aqueles que desenvolvem uma pequena produção agrícola de subsistência que possibilita a variação de gêneros alimentícios como: o arroz, o feijão, o café, o milho e a macaxeira (mandioca ou aipim dependendo da região do Brasil) e seus derivados (farinha de tapioca, beiju etc).

Acre como, por exemplo, a remessa de relatórios, tanto ao Conselho de Segurança Nacional, quanto à Secretaria Pública Estadual e ao INCRA. O envio de comissões a Brasília e algumas demandas judiciais também foram medidas tomadas por estas organizações. Contudo, segundo Paula (1991), as ações da delegacia da CONTAG no Acre, por estarem centradas na luta de resistência dos seringueiros e na estruturação sindical, utilizavam o espaço legal apenas como um

[...] dos meios de luta, e não como um fim em si mesma. Procurava-se evitar que os trabalhadores alimentassem ilusões com a ação da Justiça e passassem a acreditar mais na força das mobilizações coletivas (PAULA, 1991, p. 102).

Na busca de conter os conflitos, fazendeiros tentam firmar acordos com alguns seringueiros propondo a troca de suas “colocações” por lotes de terra medindo 25 hectares. Além disso, projetos oficiais de colonização foram criados no estado<sup>31</sup> no ano de 1977. Estes projetos visavam desapropriar, em conformidade com os fazendeiros, as terras que estavam em conflito. Uma maneira bastante astuciosa de tentar diminuir as tensões sociais provocadas pela concentração fundiária e limitar o acesso à terra, restringindo qualquer outra demanda que não seja via projeto de colonização.

O crescimento da organização sindical e o aumento da resistência por parte dos trabalhadores rurais, num primeiro momento, não altera a estrutura fundiária no Acre. A política de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia continua a privilegiar o grande proprietário de terra. Um exemplo bastante sintomático desta situação é a edição, em 1978, por intermédio do Conselho de Segurança Nacional, da Exposição de Motivos 77/78, “cujo objetivo primordial era facilitar a regularização jurídica dos imóveis situados na faixa superior a 2.500 ha” (PAULA, 2006, p. 113).

Sem mudanças na estrutura fundiária, os conflitos e as tensões entre seringueiros e fazendeiros continuaram. Em contrapartida à resistência dos seringueiros, os fazendeiros estabelecem como estratégia eliminar as principais lideranças sindicais. A primeira liderança alvejada

---

<sup>31</sup> Os Projetos de Colonização (PC) criados em 1977 no Acre foram: o PC Pedro Peixoto, no município de Senador Guimard e o PC Boa Esperança, no município de Sena Madureira.

é Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileira, que é morto em julho de 1980.

Para Paula (2006), a partir da morte de Wilson Pinheiro, mudanças internas são apresentadas em relação às estratégias adotadas pela CONTAG, inaugurando uma nova fase no movimento sindical dos trabalhadores rurais do Acre no que concerne à luta pela terra. Nesta nova fase, o movimento passa a se articular com setores da esquerda. É estabelecida uma aproximação com o recém-fundado Partido dos Trabalhadores, o que levou várias lideranças e trabalhadores rurais a fundarem, em 1981, o partido no Acre. Além disso, novas lideranças passam a se destacar como, por exemplo, Osmarino Amâncio, Chicão, Jesus André Matias, Bronzeado etc, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileira; e Chico Mendes, Raimundo Barros e Júlio Barbosa, entre outros no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (SILVA, 2006).

No início da década de 1980 o Brasil passa por uma significativa mudança política: o regime militar atravessa uma profunda crise, o nascente *novo sindicalismo* da região do ABC paulista se encontra numa fase organizativa bastante expressiva para a luta dos trabalhadores e uma série de outros movimentos emerge em face das diversas lutas e demandas sociais. Uma simultaneidade de acontecimentos que apresentou ao Brasil movimentos sociais com novas formas organizativas de ação coletiva, tendo um caráter amplo de ação política que ultrapassava os limites legais sindicais (PAOLI, 1991).

Ante a peculiar conjuntura político-social do Brasil neste período, Paula (2006) nos apresenta, com devida competência, uma análise relacional do referido contexto e seus reflexos no movimento sindical dos trabalhadores rurais no Acre:

O agravamento das crises fiscais do Estado e do regime ditatorial militar, a multiplicação dos movimentos pela democratização em todo o território nacional, acabam repercutindo de maneira profunda nas lutas de resistências pela terra. Por um lado, a retração dos incentivos fiscais e financiamentos produzem uma desaceleração na corrida de capitais para a região, por outro, o MSTR [Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais] começa a contar com novos aliados que emergem das lutas populares. A organização do Partido dos Trabalhadores-PT, [...] aos poucos vai se consolidando como principal

catalisador desses movimentos na esfera da sociedade civil [...] (PAULA, 2006, p. 116).

Nesta conjuntura, temos no sindicalismo rural do Acre, ainda que questionável, posicionamentos contraditórios em relação à conduta política do movimento. Setores ligados à CONTAG têm a preferência por um direcionamento político mais voltado ao campo institucional, defendendo uma “reforma agrária possível”. E setores vinculados à CPT, sendo Chico Mendes uma de suas principais lideranças, têm um direcionamento político centrado nas mobilizações coletivas como forma principal de luta pela terra. Para Paula (2009), entretanto, dentro do grupo dissidente não havia um consenso em torno do “modelo” de reforma agrária a ser seguido:

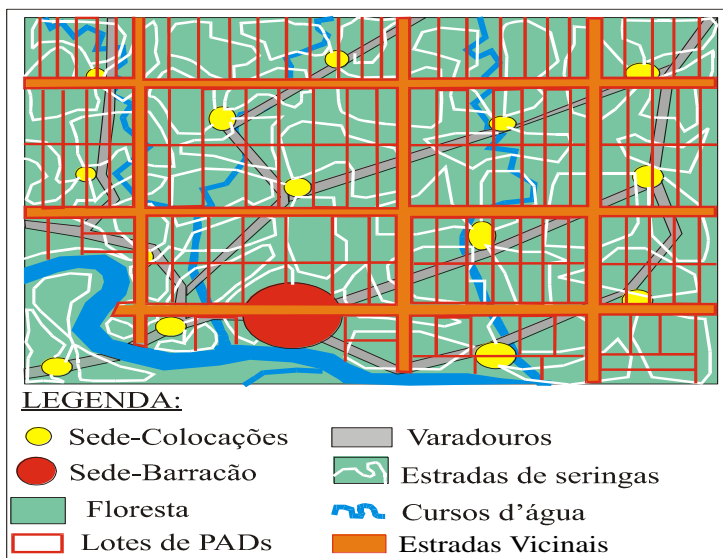
Os sindicalistas ligados à CPT não rompem com o modelo “distributivista” e “produtivista” contido no Estatuto da Terra, mantendo-o, a exemplo da Contag, como referência de atuação no enfrentamento dos conflitos fundiários. Para as lideranças do STR [Sindicato dos Trabalhadores Rurais] de Xapuri, preocupadas em atender às demandas de sua principal base social, os seringueiros, a resolução efetiva dos conflitos passava necessariamente pelo reconhecimento de seus direitos sobre a área total de suas “colocações” (PAULA, 2009, p. 210).

Em meio às divergências internas do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Acre, o tema da autonomia sindical em relação ao poder institucional também é colocado em questão. Segundo Paula (2006), lideranças sindicais ligadas à CONTAG privilegiam as atuações na esfera institucional, principalmente após a vitória do PMDB no Acre em 1982 para o governo estadual. Uma preferência pautada na possibilidade deste partido passar a atender às demandas sociais reprimidas, após longo período de domínio da legenda pró-ditadura. Já a direção do sindicato de Xapuri não aceita esta postura da CONTAG e busca manter uma autonomia diante do governo estatal.

Em face da continuidade dos conflitos de terra, são fundadas no Acre, em 1983, na perspectiva de fortalecer as ações do movimento, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre (FETACRE) e a CUT, sendo Chico Mendes o primeiro presidente da CUT-AC. Em contrapartida, temos o Governo Federal, através do INCRA, mantendo

sua política de desapropriações e assentamentos, na tentativa de conter as tensões sociais agrárias. Há então uma ampliação dos projetos de colonização, através dos Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs). Entrementes, estes PADs apresentavam uma proposta fundiária bastante diferente das “colocações” dos seringueiros. O projeto estava estruturado numa lógica de produção agrícola familiar, com os lotes de terra divididos na forma retangular. Estes lotes não lembravam em nada o ambiente das “colocações”, além de romper com as relações extrativistas que os seringueiros mantinham com a floresta (ver figura 1). O modelo fundiário proposto favorecia muito mais os camponeses agricultores do sul do país, que estavam mais habituados a esta organização produtiva. Uma conjuntura que contribuiu para a migração de várias famílias camponesas que se encontravam sem terra no sul do país, muitas delas devido às políticas desenvolvimentistas energéticas, através da construção de barragens, que expulsou diversas famílias de suas terras.

Figura 1  
Sobreposição do território de um PAD ao de um seringal



Fonte: SILVA, 2011, p. 134.

A partir da década de 1980 é que os resultados maléficos causados pela política de “modernização” da Amazônia são expostos ao mundo. Nas regiões da Amazônia, onde a resistência não se fazia presente ou não obteve resultados significativos para impedir, ou pelo menos amenizar, as consequências provocadas pela destruição da floresta, verificou-se um vertiginoso rastro de degradação ambiental e também humana, tanto para os indígenas, quanto para outros povos da floresta (seringueiros, ribeirinhos etc). O estado de Rondônia, vizinho ao Acre, é um exemplo emblemático dos resultados maléficos decorrentes deste modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia, conforme nos coloca Paula e Silva:

No Acre, dada a forte resistência do campesinato e populações indígenas ao processo de expropriação capitalista na sua fase inicial, a destruição acabou sendo um pouco mais contida, diferentemente do que ocorreu em Rondônia. No decorrer de apenas uma década, praticou-se um desmatamento em larga escala, para fins de implantação de uma agropecuária “moderna”, deixando um rastro de destruição ambiental agravado pelo massacre sistemático dos povos indígenas que viviam/vivem habitam o território rondoniense (PAULA; SILVA, 2008, p. 107).

Ante a degradante realidade amazônica, diversas organizações e movimentos se apresentam não apenas como agentes de pressão aos organismos que financiam este projeto de desenvolvimento, mas como denunciadores da realidade amazônica. Como exemplo, podemos citar a pressão feita ao Banco Mundial para que os projetos estruturais “necessários” para modernização da Amazônia como, por exemplo, a pavimentação de rodovias na região, fosse cessada. Neste contexto, a inteligência e perspicácia do líder seringueiro Chico Mendes se expressa de maneira bastante eficaz. Chico consegue direcionar o debate ambiental à luta dos seringueiros. Através desta aproximação, surge a proposta das Reservas Extrativistas (RESEXs) como forma de utilização dos bens naturais sem a degradação ambiental, garantindo, assim, a permanência e a sobrevivência do trabalhador na floresta.

Na certeza de que o modelo de “modernização” vigente na Amazônia implicava necessariamente no [sic] extermínio dos seringueiros – dado que



seu meio de reprodução social, a floresta, estava sendo destruída de forma acelerada – as RESEX [sic] passaram a ser percebidas como seu contraponto fundamental (PAULA, 2006, p. 118).

## 2.5 A CONQUISTA DAS RESEXs

A proposta inicial defendida pelos seringueiros em contraposição à nova organização agrária no estado do Acre tem por base as normativas do Estatuto da Terra. Contudo, com a nova fase do movimento sindical rural, essa proposta de reforma agrária passa a ser criticada, pois o modelo fundiário proposto não contemplava a relação existente entre o trabalhador-extrativista e a floresta. Havia a necessidade de se criar uma nova proposta agrária que fosse de acordo com a realidade do seringueiro e que atendesse a seus interesses, ou seja, uma “reforma agrária *do e para* o seringueiro”. Neste escopo, faz surgir a proposta das RESEXs como alternativa real ao modelo de reforma agrária colocado até então.

A proposta das RESEXs traz em seu bojo uma ideia inovadora em relação à utilização e apropriação dos recursos naturais. Seu funcionamento guia-se na perspectiva de quebrar radicalmente a apropriação privada dos recursos naturais para fins de acumulação por parte dos capitais privados (PAULA; SILVA, 2008). Nas RESEXs, a terra não deve se configurar como um objeto privado, mas de ordem pública, incorporado ao patrimônio nacional. A sua forma de uso deve se constituir de maneira coletiva, conforme as demandas exigidas por seus moradores, sendo formalizado por contratos de Concessão Real de Uso. O Estado passa a atuar como suporte para as melhorias sociais e para o uso sustentável dos recursos naturais, através da valorização das práticas e saberes acumulados pelos extrativistas. O desenvolvimento de pesquisas científicas para gerar novas tecnologias para o uso sustentável da floresta também se coloca como um processo relevante nas reservas (PAULA; SILVA, 2008; PAULA, 2006).

Vale destacar que a ideia das RESEXs defendida pelos seringueiros aproximava-se das organizações e movimentos ambientais no que refere-se ao fim da devastação das florestas. No entanto, esta aproximação não sucedia de maneira “harmônica” (PAULA; SILVA, 2008). Um emblemático exemplo é a postura negativa de Chico Mendes aos setores do ambientalismo que defendiam a ausência total do homem nas florestas protegidas. A despeito de Chico ter se apresentado como o principal articulador nesta aproximação entre os movimentos,

principalmente em virtude de sua enorme habilidade, mas não necessariamente facilidade, de transitar e dialogar com setores tanto do ambientalismo, quanto do sindicalismo e organismos partidários de esquerda, ele nunca se subordinou e abandonou a luta pela terra aos projetos meramente ambientais, principalmente aqueles projetos que negam a presença do homem na natureza protegida.

Sobre os movimentos pró-meio ambiente, é importante destacar que há uma heterogeneidade de concepções quanto à proposta de preservação natural e a relação homem e natureza. De acordo com Diegues (1994), já no século XIX tínhamos posições que defendiam a natureza intocada, sem nenhuma interferência humana, e outras que negavam essa concepção e defendiam a interferência humana na natureza através do uso racional dos recursos naturais (concepção precursora da ideia de “desenvolvimento sustentável”). Na década de 60 do século passado há a ascensão de um ecologismo de base libertária, defendendo a volta do homem a suas origens camponesas e à vida em comunidade, baseado na figura do bom selvagem. Posteriormente, escolas ecológicas como a ecologia profunda, e outras que possuem um enfoque mais social à questão ambiental, como a ecologia social e o eco-socialismo, são exemplos das várias acepções encontradas nos movimentos ambientais.

A luta pelas RESEXs é fortalecida com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985. O surgimento do CNS possibilita que a luta dos extrativistas amplie-se, através da constituição de alianças com vários outros segmentos da sociedade civil, seja nacional ou internacional, ligados às lutas sociais no campo.

A formação do Conselho Nacional dos Seringueiros [...] é interpretada em linhas gerais como fenômeno social mais amplo que marca a emergência de outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, percebem a origem do CNS como uma organização de novo tipo. [...] o CNS teria como objetivo constituir no território amazônico vínculos identitários políticos entre os seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas e alargar suas alianças políticas com outros segmentos emergentes da sociedade civil em nível nacional e internacional (PAULA; SILVA, 2008, p. 108-109).

Para Chico Mendes, o CNS também tinha por objetivo buscar superar as limitações existentes no sindicalismo rural no que tange à incorporação de bandeiras de lutas de categorias minoritárias (PAULA; SILVA, 2008). Além disso, ele coloca que o CNS deveria ser usado para dar voz aos seringueiros, reivindicando o direito de participar nas instancias decisórias do poder (GRZYBOWSKY, 1989 apud PAULA; SILVA, 2009). Consolidado, o CNS começa a atuar em vários estados da Amazônia. No âmbito sindical, o Conselho passa a organizar os trabalhadores rurais nos locais onde o sindicato não existia ou não tinha expressão. Nas localidades onde havia sindicatos, a proposta era de se apresentar como oposição sindical, na tentativa de conquistar a direção.

A expressiva organização alcançada pelos seringueiros contribuiu significativamente para a proposta de criação das RESEXs, não apenas no Acre, mas em todo o território amazônico. Instituídas essas RESEXs legalmente em 1990, pelo Decreto-lei nº 98.987, sua criação foi um marco na luta dos seringueiros contra o modelo de desenvolvimento que vinha devastando a Amazônia acriana. O êxito alcançado demonstra a força organizativa destes trabalhadores, mas a longa trajetória que culminou nesta conquista trouxe, no seu cerne, a perda de vários trabalhadores por assassinato.

Dois anos antes da criação da lei que instituiu as RESEXs, Chico Mendes, o mais preparado e expressivo líder seringueiro, é morto a mando de fazendeiros na cidade de Xapuri (AC). Uma perda inigualável, mas que, de maneira torta, contribuiu para a criação das RESEXs. Sua morte proporcionou uma maior atenção à causa dos seringueiros, aumentando, substancialmente, a pressão internacional por parte de lideranças e movimentos, tanto sindicais quanto ambientais, em relação à catastrófica realidade em que se encontravam a floresta amazônica e seus moradores.

Em suma, a criação das RESEXs representava, de certa forma, a vitória destes seringueiros que se puseram a fazer sua própria história. Uma conquista “regada” a sangue, que tirou do nosso convívio importantes lutadores. Entretanto, a luta diante da violenta realidade que emanava da ampliação do capital na Amazônia acriana mostrou mais uma vez ao mundo a possibilidade de transformações sociais através da resistência e da ação organizada dos trabalhadores.



### **3 DESENVOLVIMENTO, “SUSTENTABILIDADE” E SERINGUEIROS**

#### **3.1 AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM E PARA QUÊ?**

Historicamente, a Amazônia se apresentou como um grande obstáculo a ser superado. Portugueses na Amazônia brasileira e hispânicos nas demais regiões da floresta tropical viam a imensa floresta e seus nativos (indígenas), ante os anseios de dominação e exploração, e o vislumbre econômico, como empecilhos a serem superados.

No Brasil, esse processo de dominação e expansão, que estava germinando no solo amazônico, provocou consequências terríveis aos indígenas. No início, a escravização dos nativos, amparada pelas ações missionárias jesuíticas através da catequização e, conseqüentemente, o seu extermínio, por resistirem às investidas impetuosas dos invasores, foram as ações centrais da expansão portuguesa na região. Posteriormente, mais especificamente a partir do século XIX, a intervenção na Amazônia foi condicionada por um processo de vinculação da grande floresta às economias capitalistas hegemônicas mundiais. Um novo processo que teve, no decorrer dos tempos, variações de intensidade e de expansão, tanto nas práticas exploratórias quanto nos efeitos socioambientais.

É através do modelo de exploração colonial português que temos o primeiro grande processo de intervenção estrangeira na região. Convergingo à ordem econômica do mercantilismo, a primeira prática econômica dos lusitanos estava direcionada na busca por ouro ou prata. Uma prática logo abandonada devido à ausência, num primeiro momento, desses metais. Ante a fracassada tentativa de extração mineral, a atenção dos exploradores dirige-se agora para a exploração de outros bens naturais, incluindo, neste caso, o índio. Iniciada a prática extrativista na região, temos um processo de formação social na Amazônia centrado na exploração humana dos nativos amazônicos. Neste caso, mesmo sob o olhar vigilante do explorador, a relação entre o dominante e seu subjogado nunca teve por característica a harmonia positivista, ou seja, a resistência sempre foi o guia central dos índios diante dos anseios de dominação dos colonizadores. Uma resistência que, ao dificultar as pretensões dos portugueses, provocou uma violenta ação de extermínio, que não se processava apenas no genocídio sistemático dos nativos, mas na “domesticação” destes povos

originários, através da interferência dos jesuítas via catequização indígena.

A ação missionária era um estágio e complemento próprio do processo militar de usurpação e ocupação do território nativo, e se desdobrou, ao longo disso, em uma disputa entre colonos religiosos e civis por trás da qual estava uma coisa só – o uso do índio como força [sic] de trabalho e mercadoria – o que justificava, em nome disso, a sua escravização e o seu extermínio (LEAL, 1991, p.05).

No século XVIII, o desenvolvimento do capitalismo industrial em sociedades como a inglesa e a francesa, gerando riquezas sob a forma de capital acumulado, proporcionou que países como, por exemplo, a Inglaterra, se postassem na dianteira da condução política hegemônica mundial. Ante o exemplo inglês, Portugal, capitaneado pelo Marques de Pombal, tenta modernizar sua estrutura produtiva colonial no intuito de superar sua inferioridade em relação aos países industriais. Esse projeto modernizador português atinge diretamente a região amazônica, estabelecendo um reordenamento nas divisões políticas e um ataque ostensivo aos privilégios dos jesuítas. No sistema de trabalho é estabelecido o *Diretório* como ato regulatório, na tentativa de disciplinar/domesticar a mão de obra indígena. Na lógica produtiva de eficiência, havia a necessidade de uma mão de obra indígena convergente com a estrutura organizacional do sistema de trabalho, o que impôs aos indígenas “seguir” o “modo de vida europeu”, levando-os a um intenso processo de descaracterização cultural.

O Diretório é um marco na busca do Estado português em promover no domínio colonial, uma reforma dos costumes que prescindisse da violência física, e acentuasse o uso de métodos *suaves e brandos* com os indígenas, a fim de que a mesma não se degenerasse em desespero e horror que dificultasse a inserção dos mesmos nos cálculos políticos, econômicos, e administrativos propostos no escopo da reforma pombalina (SANTOS, L., 2007, p. 392, grifo do autor).

A partir do século XIX, com a consolidação e fortalecimento da produção industrial na Europa, a Amazônia se apresenta como espaço de interesse para a ciência. A convergência entre progresso econômico e conhecimento científico para acumulação de capital terá na Amazônia um enorme manancial em potencial de bens naturais para a produção industrial. Uma potencialidade em matéria-prima que, na ótica capitalista, não poderia estar fechada à produção e ao comércio de mercadorias. Nesse contexto, iniciam-se na região pesquisas em busca de elementos que poderiam ser utilizadas no processo produtivo industrial. Nesta ânsia econômica, a borracha se fixa como uma matéria-prima imprescindível e de grande valor na ordem produtiva internacional capitalista.

Assim, a borracha que o próprio Colombo conhecera, por ver, no Haiti [sic], os índios jogando com ela, e com a qual, portanto, a colonização ibérica convivera por duzentos e cinquenta [sic] anos sem aproveitar como matéria prima, após revelada à sociedade capitalista por La Condamine<sup>32</sup> tornou-se, rapidamente [sic], objeto de ensaio com vistas ao seu aproveitamento produtivo. A sequência [sic] das descobertas que se obtiveram sobre [sic] ela tem como marcos a de Macintosh, em 1823, que patenteou tecidos impermeáveis, e Charles Goodyear, em 1839, que descobriu e patenteou o seu tratamento térmico à base de enxôfre [sic] – a vulcanização – que ampliava as propriedades que tinha *in natura*, tornando-a mais forte, mais resistente e mais elástica. A borracha, como recurso da Natureza, dava uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento e ao avanço das forças [sic] produtivas. Essa sua contribuição ainda seria ampliada, mais tarde, em 1888, por Dunlop, um veterinário escocês, que descobre a câmara de ar, objeto que tornava os rodados da época muito mais macios, e que iria se popularizar, logo

---

<sup>32</sup> La Condamine é matemático por formação e foi o chefe expedicionário da primeira visita científica moderna na Amazônia no século XVIII. A expedição de La Condamine contribui de maneira sistemática para o conhecimento da biologia regional (LEAL, 1991).

depois, com o advento das bicicletas e automóveis (LEAL, 1991, p. 13, grifo do autor).

O ciclo comercial da borracha natural na Amazônia fez gerar transformações na estrutura socioeconômica da região. Por um lado, observa-se a existência de uma camada de pequenos e grandes comerciantes e proprietários, além de empresários extrativistas e funcionários de toda esfera pública; e, por outro lado, trabalhadores seringueiros. Já os indígenas que ainda restavam foram forçados a migrar e se isolar em áreas de fronteira nos países que constituem a Amazônia continental. Esta foi a única opção que restou a estes povos, visto que nestas regiões de fronteira, os efeitos do poder colonial e, posteriormente, da expansão capitalista, ainda não havia chegado até aquele momento.

Com o fim do primeiro grande ciclo da borracha na Amazônia devido à entrada da produção gomífera asiática no mercado mundial, a região amazônica perde “por completo a aura aparental de prosperidade que havia travestido” (LEAL, 1991, p. 18), ficando à mercê de sua própria condição até meados do século XX, quando há, mesmo efêmero, o reavivamento da produção de borracha na região em virtude do fechamento da produção asiática pelos japoneses no período correspondente à Segunda Guerra Mundial.

A necessidade de ampliação produtiva em nível mundial do capitalismo no pós-guerra, devido, principalmente, à expansão do socialismo real na Europa oriental, condicionou os países capitalistas, sobretudo os Estados Unidos, a adotarem, ante países sequazes, estratégias voltadas ao fortalecimento e ao direcionamento ideológico e produtivo do capital, bem como uma postura de contraposição ao inimigo vermelho. Neste processo, o ideal desenvolvimentista se apresenta como caminho propício para os direcionamentos de acumulação de capital. Nessa linha de argumentação, conforme nos coloca Aluizio Leal,

[...] tornava necessário pro-duzir [sic] um chamariz ideológico que convidasse as sociedades subordinadas a aderirem ao projeto capitalista, e que surgiu sob a forma do convite ao *Desenvolvimento* (LEAL, 1991, p. 19, grifo do autor).



A inclusão do Brasil nesta matriz ideológica desenvolvimentista burguesa promove diversas mudanças estruturais para viabilizar a apropriação e a exploração das riquezas nacionais, sobretudo na Amazônia. Com a chancela do Estado brasileiro, grandes “investimentos” agroflorestais, pecuários, minerais, energéticos e industriais, são implantados na região. A partir de então, a imensa floresta, que até a década de 1960 possuía algo em torno de 1% de sua área florestal modificada, passará os próximos 40 anos por um intenso processo de intervenção e destruição, alcançando na década de 1990 algo em torno de 17% de área devastada.

No que tange a seus moradores, sobretudo os extrativistas, a expulsão de suas terras se apresenta como cartão de visita deste modelo de desenvolvimento, obrigando muitos, isto quando a resistência não se apresentava como uma alternativa real como ocorreu, por exemplo, no Acre, a migrarem intensamente para a última fronteira de sobrevivência, ou seja, as periferias das grandes cidades da Amazônia.

### 3.2 AMAZÔNIA: SUSTENTABILIDADE PARA QUEM?

Antes de iniciarmos a discutir a aplicabilidade do modelo de “desenvolvimento sustentável” na Amazônia, consideramos importante trabalhar o processo de construção deste conceito e sua relação direta com o mercado capitalista. Procuraremos demonstrar como a aplicabilidade do ideal de “desenvolvimento sustentável” tem por caráter a sustentabilidade do modelo produtivo hegemônico, amparado pelo falseamento de um discurso ambiental que não tem por característica a sustentabilidade natural e humana.

#### 3.2.1 A nova ordem mundial e a “sustentabilidade”

Com o novo avanço global do capital, a partir do fim do socialismo real, é disposta uma “nova ordem” mundial, pautada na consolidação de uma unicidade global da economia capitalista e na mundialização do seu modo de vida. Quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) anuncia a necessidade de termos vários mundos num só mundo, observamos que esta eloquente e instigante declaração em nada converge com as diretrizes da “nova ordem mundial”, pois a “ordem” anunciada tem apenas o capital como centro norteador de tudo.

A União Soviética, a mais poderosa fundação de um Estado neste século [XX], desintegrou-se. O século XX entra na história como o século “breve”: durou de 1917 a 1989. Deixa de existir um dos pólos de atração, um centro dotado de poder de atração e de irradiação na caótica dinâmica da política mundial. O outro pólo adquire, então, mais poder; nasce uma “ordem mundial unipolar”, uma ordem com possivelmente uma única potência hegemônica [...] (ALTVATER, 1995, p. 15).

Na década de 1990, quando essa nova investida de mundialização do modo de produção capitalista se apresenta de maneira enfática, a preocupação com o meio ambiente, que vinha se propagando gradativamente nas últimas duas décadas, se apresenta de maneira hegemônica. Um contexto favorecido, principalmente, em virtude do notável aumento produtivo da indústria capitalista e do impressionante avanço tecnológico, o que fez gerar ainda mais degradantes problemas ambientais.

Sendo o homem e a natureza vistos pelo capitalismo como insumos fundamentais para a acumulação de capital, estes paladinos da bem-aventurança do lucro não se preocupam em impor limites ao uso “intensivo da matéria-prima, [quanto ao] seu ritmo de renovação ou recomposição, e muito menos respeitam os limites humanos e sua capacidade de trabalho [...]” (CORRÊA, 2010, p. 246). Nessa lógica produtiva, as questões humanas e principalmente ambientais, ao tomarem dimensão global, são fortemente colocadas na agenda política mundial.

Tomando por base os debates referentes à questão ambiental, e não deixando de lado o progresso econômico, surge um “grande enigma”: como garantir o desenvolvimento com proteção ambiental? Como possível solução deste “enigma”, apesar da luta ambiental sempre ter sido taxada de inimiga do desenvolvimento burguês e a ideia de desenvolvimento sempre esteve voltada ao progresso do capital e seu avanço técnico-científico, centrado numa plataforma acumulativa de capital, temos como proposta hegemônica uma intrigante e paradoxal alquimia: a convergência entre a temática ambiental, principalmente no que se refere à defesa dos bens naturais, e a produtividade capitalista. Toma-se então como central a ideia de que há

[...] a possibilidade de solução da problemática ambiental e do desenvolvimento através do uso da ciência e da tecnologia na gestão dos recursos naturais, de modo a garantir a satisfação das gerações presentes e futuras da humanidade (SOUZA, J., 2008, p. 17).

O debate em torno da proposta de um desenvolvimento com sustentabilidade não é algo novo. Este alvitre tem origem na década de 1970 com o conceito ecodesenvolvimento, tendo Maurice Strong, primeiro diretor do programa de meio ambiente das Nações Unidas, como um dos principais defensores e propagadores da ideia de uma “[...] unidade possível entre meio ambiente e desenvolvimento” (ALTVATER, 1995, p. 12). A expressão “desenvolvimento sustentável” só é empregada pela primeira vez na Conferência Mundial sobre Conservação e Desenvolvimento, organizada pela ONG IUCN (sigla em inglês, que na tradução para o português significa União Internacional pela Conservação da Natureza), na cidade de Ottawa, no Canadá, no ano de 1986. Mas sua difusão só ocorre a partir do ano posterior com a finalização do Relatório de Brundtland<sup>33</sup>, cujo nome oficial é Relatório Nosso Futuro Comum, encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e feito pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

As recomendações do Relatório [de Brundtland], em síntese, se expressam na busca de um desenvolvimento econômico que garanta melhoria das condições sociais, uma melhor qualidade de vida e defesa ambiental, através de uma exploração sustentável, combinado com a mais ampla participação dos cidadãos no processo decisório, sem que, com isso, seja mudada a noção que o sustenta, em especial, desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, qual seja: desenvolvimento como instrumento de manutenção do sistema capitalista (MACHADO, 2005 apud SOUZA, J., 2008, p. 48).

---

<sup>33</sup> O nome Brundtland refere-se ao sobrenome da presidenta da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e também Primeira Ministra da Noruega, a Sr.<sup>a</sup> Gro Harlem Brundtland.

Nesta síntese de recomendações do Relatório de Brundtland, observa-se claramente que é o econômico que “dá as cartas”. O desenvolvimento segue o racionalismo econômico de apropriação dos bens naturais para acumulação de capital. O discurso de desenvolvimento econômico com sustentação ambiental dá o tom amenizador diante das pressões sociais em relação ao crescimento econômico e seus efeitos ambientais devastadores, sendo camuflados, através da ideia de participação popular nos processos decisórios, a sustentação do modo de produção capitalista e seus degradantes efeitos.

É na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92 ou Eco-92), realizada no Rio de Janeiro, que o “desenvolvimento sustentável” é celebrado, e se afirma como modelo hegemônico de desenvolvimento. Ante a fase reorganizativa do capital no âmbito mundial e a implantação intensiva da liberalização da economia, principalmente nos países “em desenvolvimento”, através de um modelo político-econômico neoliberal, a noção de sustentabilidade, nas palavras de Enrique Leff (2001, p. 24 apud SOUZA, J., 2008, p. 49), veio

[...] significar, na verdade, uma desconstrução do conceito ambiente, desativando-o, diluindo-o e deturpando-o, de modo a converter o seu sentido crítico numa pauta de políticas neoliberais que promete equilíbrio ecológico e justiça social sob os auspícios do crescimento econômico com a orientação do livre mercado.

Uma demonstração bastante enfática de inserção da lógica do livre mercado na problemática ambiental encontra-se no documento mais importante produzido na Conferência Rio-92, a Agenda 21. O texto dispõe claramente sobre a necessidade da liberalização de mercado para a viabilidade de um projeto desenvolvimentista sustentável:

Cabe à economia internacional oferecer um clima internacional propício à realização das metas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, das seguintes maneiras: a) promoção do desenvolvimento sustentável por meio da liberação do comércio; b) estabelecimento de um apoio recíproco entre comércio e meio ambiente; c) oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento e iniciativas concretas diante do problema da dívida internacional; d)

estímulo à política macroeconômica favoráveis ao meio ambiente e ao desenvolvimento (AGENDA 21, 2003, p. 14).

Neste mesmo intento, apresentam-se medidas econômicas a serem implantadas pelas nações, principalmente as de economia “em desenvolvimento”, para que haja condições favoráveis para a aplicação de um modelo de “desenvolvimento sustentável”, entre as quais estão dispostos:

a) eliminar as barreiras ao progresso decorrentes de ineficiências burocráticas, os freios administrativos, os controles desnecessários e o descuido das condições de mercado; b) abrir espaços para a atuação de instrumentos econômicos adequados, inclusive mecanismos de mercado, em conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável e da satisfação das necessidades básicas; c) eliminar as atitudes contrárias às exportações e favoráveis à substituição ineficiente de importações e estabelecer políticas que permitam um pleno aproveitamento dos fluxos de investimento externo, no quadro dos objetivos nacionais, sociais, econômicos e do desenvolvimento; d) promover um ambiente econômico interno e a produção para exportação (AGENDA 21, 2003, p. 25).

Em linhas gerais, é interessante observar que, de todos os eventos oficiais de teor político relacionado à temática ambiental que vêm sendo realizados mundialmente desde o período do pós-Guerra (veja quadro 01), em nenhum deles foram apresentadas soluções concretas para conter os problemas ambientais. Ao contrário do discurso de várias organizações relacionadas aos problemas e impactos ambientais, todos os eventos oficiais realizados não colocaram em “xeque” o processo produtivista de reprodução do capital. O máximo que se chegou de crítica ao modelo econômico, pelo menos no que se refere aos níveis de produção e não à sua estrutura produtiva, como se observa nos objetivos destacados no quadro 01, foi em Roma, na Itália, em 1972. Através de estudos encomendados pelo Clube de Roma, que resultou no Relatório de Meadows, os cientistas e técnicos chegaram à conclusão de que

estávamos fadados a um colapso ambiental, caso os índices de crescimento econômico constatados no momento se mantivessem.

Na verdade, o que observamos nestes fóruns e protocolos oficiais é uma demonstração clara que via Estado há uma sintomática inviabilidade em conter a degradação ambiental. Primeiro, porque o Estado não desempenha o papel de restringir a produção capitalista, pelo contrário, cumpre o papel de viabilizar a acumulação de capital e manter sua ordem hegemônica, ou seja, o Estado

[...] contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto (MÉSZÁROS, 2002, p. 125).

Segundo, porque na acumulação capitalista está intrínseca a expansão de mercado e o aumento produtivo industrial, o que gera, diretamente, maior necessidade de uso dos bens naturais.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continua*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1947 / Suíça	Por uma iniciativa de diversos governos foi criada a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, em inglês). Reuni atualmente 84 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de especialistas e cientistas de 181 países.	Organização internacional comprometida pela conservação dos recursos naturais.
1962 / USA	Rachel Carson (1907-1964), bióloga marinha e escritora americana, publica o livro “Primavera Silenciosa”.	Apontou os perigos dos agrotóxicos na produção de alimentos e seus impactos ambientais. Questionou a confiança cega da humanidade no progresso tecnológico.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1965 / Grã- bretanha	Conferência de Educação da Universidade de Keele.	Surge pela primeira vez o conceito de “Educação Ambiental”.
1968 / França	Conferência sobre a Biosfera promovida pela UNESCO.	
1968 / Roma (Itália)	Fundação do Clube de Roma por iniciativa de Aurelio Peccei, Industrial e acadêmico italiano e, por Alexander King, cientista escocês. Constitui-se de economistas, industriais, banqueiros, chefes-de- estado, líderes políticos e cientistas de vários países.	Discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1972 / Roma (Itália)	O Clube de Roma encomenda estudos a cientistas e técnicos do (Massachusetts Institute of Technology) sobre os impactos da expansão humana e o impacto do desenvolvimento econômico sobre os recursos naturais. Esses estudos liderados por Dennis L. Meadows, foi publicado no Relatório “Os Limites do Crescimento” e ficou conhecido como o Relatório de Meadows.	O relatório alertou para a impossibilidade de o desenvolvimento econômico continuar nos patamares de crescimento, sob pena de um drástico esgotamento dos recursos naturais. Apontou-se que, para atingir a estabilidade econômica e respeitar a finitude dos recursos naturais é necessário parar o crescimento da população global e do capital industrial para evitar o colapso ecológico.
1972 / Estocolmo (Suécia)	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – CNUMAH organizada pela ONU. I Conferência sobre Meio Ambiente Humano. Estiveram presentes representantes de 113 países, 19 agências multilaterais e mais de 400 organizações não governamentais e organizações intergovernamentais.	Declaração de uma série de princípios comuns para oferecer aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano.



Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1972 / Nairóbi (Quênia)	Criação do PNUMA - Primeira Agência Ambiental Global da ONU. Rede de escritórios regionais para apoiar instituições.	Manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente.
1973	Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Mais tarde foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável, com seis princípios: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação.	Produção econômica com os princípios do desenvolvimento sustentável.
1974 / Jammi (Finlândia)	Seminário de Educação Ambiental – Reconhece a Educação Ambiental como educação integral permanente.	Discutir a natureza da Educação Ambiental.
1974 / Cocoyoc (México)	PNUMA e UNCTAD - Simpósio de Cocoyoc.	Documento resultou de um marcante debate sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1975 / Belgrado (ex- Iugoslávia, atual Sérvia)	UNESCO - Congresso de Belgrado – contou com a participação de 65 países.	Propõe a discussão de nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humanas.
1977 / Tbilisi (Geórgia)	UNESCO/PNUMA - Conferência de Tbilisi.	Estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.
1983	ONU - Cria a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. Presidida pela então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.	Analisar a interface entre a questão ambiental e o desenvolvimento e propor um plano de ações.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1987 / Moscou (Rússia)	UNESCO- Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental com a participação de 300 educadores de 100 países.	Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirma os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da pesquisa e da formação em Educação Ambiental.
1987	PNUMA - Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento/CMMAD. Esta comissão divulga Relatório de Brundtland com o título “Nosso Futuro Comum”. Ficou definido que o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”	O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.
1988 / Caracas (Venezuela)	Declaração de Caracas, sobre Gestão Ambiental nas Américas.	Chama atenção para a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1988 / Toronto (Canadá)	Primeira Conferência Mundial sobre o Clima. Contou com a participação de 300 cientistas do mundo.	Alertou para a necessidade de reduzir os gases do Efeito Estufa.
1989 / Haia (Holanda)	Declaração de Haia, preparatório da RIO 92.	Aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.
1990	A ONU declarou o ano 1990 o Ano Internacional do Meio Ambiente.	Desenvolver a consciência sobre o meio ambiente.
1990 / Jomtien (Tailândia)	UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Participaram 155 representantes de governos, agências internacionais, organismos não governamentais, associações profissionais e personalidades de destaque no âmbito educacional, provenientes de todo o mundo.	Destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental.
1992 / Rio de Janeiro (Brasil)	Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92 – Conferência da Terra, promovida pela ONU. Contou com 178 estados representados nas negociações e 118 chefes de Estado participando do “Tratado da Cúpula da Terra”. Como deliberação, saiu a Agenda 21; Tratado da biodiversidade e o Tratado sobre as mudanças climáticas.	Tratou de problemas urgentes referentes à proteção ambiental e ao desenvolvimento sócioeconômico.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1995 / Copenha- gue (Dinamar- ca)	Conferência para o Desenvolvimento Social, promovida pela ONU. Contou com a participação de 150 representantes de organizações da sociedade civil.	Criação de um ambiente econômico-político-social cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social.
1995 / Berlim (Alemanha)	Conferência Mundial do Clima. Berlim – Primeira Conferência das Partes (COP 1), promovida pela UNCCC - Líderes Mundiais – países membros da do Tratado Cúpula da Terra.	Ficou definido os compromissos legais de redução de emissões de gases poluentes que fariam parte do Protocolo de Kyoto.
1997 / Thessaloni- ki (Grécia)	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade. Contou com a participação de 90 países.	Tratou da Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1997 / Kyoto (Japão)	UNCCC - Protocolo de Kyoto (COP-3). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado da Cúpula da Terra, acordo internacional promovido pela ONU, firmado em 1997, por 59 países.	Regular os níveis de concentração de gases de Efeito Estufa, de modo a evitar a ocorrência de mudanças climáticas a um nível que impediria o desenvolvimento econômico sustentável, ou comprometeria as iniciativas de produção de alimentos. A meta seria a de reduzir 5% da média de 1990 e o estabelecimento de desenvolvimento limpo para as nações emergentes. O Protocolo entrou em vigor em 15 de fevereiro de 2005, após adesão da Rússia e, atualmente, conta com o apoio de 189 países. Os EUA não aderiram ao Acordo.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1997 / Rio de Janeiro (Brasil)	ONU - Rio+5 - Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas.	Foi realizada para revisar a implementação da Agenda 21.
2000 / Haia (Holanda)	UNCCC - Conferência das Partes/COP-6 Líderes Mundiais – Contou com a participação dos países membros da do Tratado Cúpula da Terra.	EUA abandonam o Protocolo de Kyoto. A tensão entre a União Europeia e o grupo liderado pelos Estados Unidos aumenta levando a impasse as negociações.
2001 / Bonn (Alemanha) e Marrakesh (Marrocos)	IPCC. COP extraordinária. Líderes Mundiais – países membros do Tratado Cúpula da Terra.	Divulgar o terceiro relatório em que fica cada vez mais evidente a interferência do homem nas mudanças climáticas. Assim como, a Implementação do Certificado de Redução de Emissão (CRE) e dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
2002 / Joanesburg o (África do Sul)	ONU - A Cúpula Mundial Sobre o desenvolvimento sustentável (CMDs). Representantes de governos de mais de 150 países.	<p>Rever as metas propostas pela Agenda 21 e direcionar as realizações às áreas que requerem um esforço adicional para sua implementação, assim como refletir sobre outros acordos e tratados da Rio-92.</p> <p>A meta da Cúpula foi estabelecer novas prioridades para o século 21, após a realização de um levantamento sobre a implementação deste plano de ação ao redor do mundo. Estas novas prioridades deverão reduzir a pobreza e também proteger o meio ambiente.</p> <p>A Cúpula também teve a função definir como alcançar estas prioridades. As novas prioridades</p>



		foram baseadas nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, concordadas pelos líderes mundiais no ano 2000. Conhecida RIO+10.
--	--	---

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
2003 Milão (Itália)	UNCCC (COP-9), o que é cobrado pelas ONGs. O assunto "florestas" entra em pauta. Contou com a participação de líderes mundiais dos países membros do Tratado Cúpula da Terra.	Aprofundam-se as diferenças entre os países industrializados e o resto do mundo. Fica clara a falta de lideranças comprometidas para costurar acordos.
2006 / Nairóbi (Quênia)	UNCCC (COP-12). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado Cúpula da Terra.	A vulnerabilidade dos países mais pobres fica evidente.
2007 / Bali (Indonésia)	UNCCC (COP-13). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado Cúpula da Terra.	Ficou acertado que seria criado um fundo de recursos para os países em desenvolvimento e as Namás (Ações de Mitigação Nacionalmente Adequadas).

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*continuação*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
2008 / Polônia	UNCCC (COP- 14). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado Cúpula da Terra.	A divergência de posições políticas e econômicas entre as nações impediu que a conferência cumprisse o seu principal objetivo: elaborar o rascunho de um novo acordo climático global, com a definição de cortes severos no total das emissões. A falta de consenso, alimentada pela crise financeira mundial, coloca em xeque o estabelecimento de um compromisso articulado pelo combate às mudanças climáticas até o final de 2009.

Quadro 01 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente –  
*conclusão*

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
2009 / Copenhague (Dinamarca)	UNCCC (COP-15) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado Cúpula da Terra.	Como reagir às mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global atuais? Seria esse o objetivo que trataria da operacionalização do Protocolo de Kyoto. A convenção foi um fracasso, não se efetivando nenhum acordo.

Fonte: CORRÊA, 2010, p. 273-278<sup>34</sup>.

Para efeito de atualização do quadro elaborado por Corrêa (2010), houve nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, a 16<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. A COP-16 ocorreu em Cancún, México, e contou com mais de 190 países participantes. Devido ao fracasso da última COP-15, esta Conferência foi realizada sob desconfiança. O documento resultante do encontro foi o “Acordo de Cancún” que, sem caráter obrigatório, estabeleceu a manutenção da meta de 2° C como limite para o aumento da temperatura média terrestre em relação aos níveis pré-industriais. Outro acordo foi a criação do Fundo Verde do Clima, com intuito de administrar os recursos financeiros destinados a conter as mudanças climáticas. O valor previsto pelo Fundo gera em torno de US\$ 100 bilhões por ano. O único país a não subscrever o pacto foi a Bolívia, por discordar da efetividade do acordo.

<sup>34</sup> As falhas gramaticais encontradas no quadro estão em conformidade com o original.

A COP-17 foi realizada em Durban, na África do Sul, com a participação de 193 países. Neste evento, foi firmado um complexo de documentos intitulado “Plataforma de Durban” que, segundo Josep Maria Antentas e Esther Vivas (2011), beneficia o mercado e não o clima, tendendo a ampliar o capitalismo verde. Esse processo de mercantilização da natureza, como se tem observado, é uma continuidade das últimas Cúpulas, onde

[...] os interesses das grandes multinacionais, das instituições internacionais e das elites financeiras, tanto do Norte quanto do Sul se antepõem às necessidades coletivas dos povos e ao futuro do planeta (ANTENTAS; VIVAS, 2010).

Os textos acordados em Durban têm como ponto central a continuidade do Protocolo de Kyoto, entretanto propõe-se que até 2015 seja acordado um novo tratado mundial de redução de emissões de gases. Essa manobra de tentar se criar um novo tratado foi feito por países como os Estados Unidos, no intuito de tentar estabelecer uma proposta de ação voluntária e não legalmente obrigatória na meta de redução de gases causadores do efeito estufa.

Outro ponto importante definido na COP-17 foi o ajuste do Fundo Verde para o Clima, sendo definido um “plano de trabalho” para a mobilização dos recursos financeiros. Na verdade, o que se observa desta proposta de mobilização financeira é mais um benefício para a produção capitalista. Esse recurso angariado, ao destinar-se à contenção de carbono das florestas, entre estas, a floresta Amazônica, viabiliza, por outro lado, a continuidade da enorme emissão de gases produzidos pelos países industriais desenvolvidos. Para não comprometer suas metas produtivas e de mercado almejado, estes países estabelecem um mercado de carbono, mantendo, assim, seus níveis de emissão de gases em quantidades enormes e “compensam” a poluição comprando, em outras regiões do planeta, créditos de carbono correspondente ao que foi emitido por sua produção industrial.

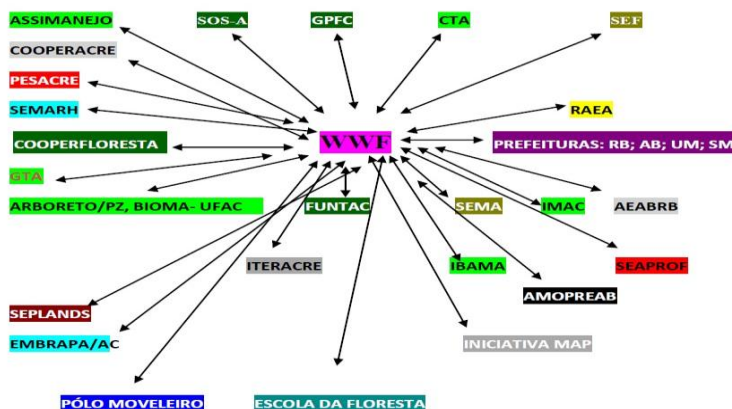
Para garantir a contenção de carbono, restringindo a queima da floresta e o desflorestamento ilegal, temos no REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) o seu mecanismo financeiro. É através do REDD que o pequeno produtor é “compensado” financeiramente por não poder usar os bens florestais que são fixadores de carbono. Entretanto, o que se observa é que, com o REDD, o *modus vivendi* do amazônida e sua autodeterminação como indivíduo da

floresta estão sendo ameaçados, pois há uma restrição a qualquer atividade do seringueiro que esteja relacionada à não-contenção de carbono. Nesse caso, podemos citar o uso do fogo para a formação de seus roçados de subsistência, uma cultura de fundamental importância para a sobrevivência alimentar do seringueiro, como um dos exemplos mais emblemáticos de sua atividade tradicional e essencial que é negado pelo REED.

Entretanto, é interessante destacar que, embora o mercado de carbono apresente um discurso de manutenção das florestas naturais remanescentes, restringindo a queima da floresta e a prática de desflorestamento que consideram ilegal, sua lógica, centrada no capital, garante o comércio de madeira certificada via manejo “sustentável”. Além disso, apenas para efeito ilustrativo, voltando ao aspecto central do mercado de carbono, que é de beneficiar a produção industrial em grande escala, vimos que essa prática desrespeita qualquer acordo mundial para limitar a emissão de gases, como o que foi acordado no Protocolo de Kyoto.

A correlação entre desenvolvimento econômico e discurso ambiental, ao ganhar força hegemônica com o “desenvolvimento sustentável”, proporciona um aumento de financiamento aos centros de pesquisas e às organizações governamentais e não governamentais para desenvolverem pesquisas e viabilizarem a aplicabilidade deste modelo de desenvolvimento. Para Zhou (2006, p. 140), vários movimentos ambientalistas, dispostos em Organizações Não Governamentais (ONGs), abandonam, a partir da década de 1990, uma perspectiva política mais crítica e passam a exercer um “ambientalismo de resultados”, voltado ao tecnicismo e ao pragmatismo. ONGs como Greenpeace, WWF (Worldwide Fund for Nature) e FoE (Friends of the Earth), por exemplo, passam a se associar a empresários, governos estaduais e federais, para viabilizar projetos de “desenvolvimento sustentável”, entre eles o manejo florestal, os quais veremos posteriormente. O discurso contrário a políticas desenvolvimentistas que antes predominava nestas organizações é abandonado. Estas ONGs agora se apresentam como parceiras e partícipes de governos que operam numa linha desenvolvimentista pautados num discurso ambiental e social (veja na figura 02 as parcerias já firmadas pela ONG WWF no estado do Acre). Passam a se organizar em torno da construção de um “consenso” ao “desenvolvimento sustentável”, o que contribui para a obtenção de vários benefícios através de financiamentos junto ao Banco Mundial e a governos nacionais para a viabilização de políticas estratégicas para o modelo de desenvolvimento proposto.

Figura 02 – Parcerias já firmadas pela WWF no estado do Acre desde a década de 1990



Fonte: ASSIS, 2012, p. 78.

A implantação de programas de “desenvolvimento sustentável” em áreas florestais, como no Acre, incorpora um plano de ação que envolve a criação de planos de manejo madeireiro voltados a integrar a floresta à lógica de mercado capitalista. Através das práticas de manejo florestal “sustentável” direcionado à venda de madeira certificada, utilizando o selo do FSC<sup>35</sup> (Forest Stewardship Council, em português Conselho de Manejo Florestal), políticas de governo são implantadas e direcionadas à execução deste plano de exploração que, amparado pelo incentivo financeiro dado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial, e “salvaguardado” pelo discurso de viabilidade ambiental e social, apresenta-se como a “melhor alternativa” para a proteção ambiental.

O Banco também apóia os esforços governamentais para criar manejos de *florestas de produção* que sejam social, ecológica e economicamente viáveis. Nesse sentido, o Banco também encorajará os esquemas independentes de

<sup>35</sup> Selo estabelecido e reconhecido mundialmente como certificado de procedência da madeira de áreas que utilizam como técnica de extração o manejo madeireiro florestal.

monitoramento e certificação de *operações florestais* – uma abordagem crescentemente aceita para assegurar um bom manejo florestal. *O monitoramento e a certificação independentes serão adicionais aos procedimentos de implementação e salvaguarda regulares do Banco*. Isso ajudará a assegurar que qualquer investimento direto do Banco em *florestas de produção* ou apoio indireto através de *intermediários financeiros* ou *indústrias florestais* estarão contribuindo para melhorar o manejo florestal e obter resultados mais sustentáveis, incluindo a proteção da biodiversidade e áreas ecológica e culturalmente sensíveis (WORLD BANK, 2002, p. 5 apud ZHOURI, 2006, p. 158, tradução e grifo do autor que cita).

As ONGs, no que diz respeito a esta questão do manejo madeireiro, desempenham um papel fundamental. Campanhas publicitárias com apoio ativo de organizações como: WWF, FoE, Greenpeace e Woodland Trust; foram lançadas em defesa do comércio de madeira certificada. Freris e Laschefski (2011) citam, como exemplo, uma propaganda protagonizada por Pierce Brosman, ator que interpreta atualmente nos cinemas o agente britânico 007. Na peça publicitária, Brosman aparece defendendo o consumo de madeira certificada como a salvação das florestas. Sua fala é bastante enfática neste sentido:

Você não precisa ser uma estrela de cinema para ser um herói de ação. Ajude a preservar as florestas do mundo. Procure e compre os produtos com o selo do FSC (BROSMAN apud FRERIS; LASCHEFSKI, 2011, p. 01).

Outro aspecto interessante desta propaganda, além do apoio de ONGs ao comércio de madeiras, é a demonstração sintomática da mudança de ação de setores ligados ao movimento ambientalista. Observa-se que a preservação não está mais centrada no ativismo político, mas no consumo “consciente” dos cidadãos.

[...] o consumo, e não mais o boicote, transformou-se numa ferramenta central para o combate aos problemas ambientais. Aqueles que desejam contribuir para a preservação das



florestas tropicais são incentivados a comprar madeira tropical, porém, com a restrição de que o produto carregue o carimbo do FSC (FRERIS; LASCHEFSKI, 2011, p. 01).

### **3.2.2 A mercantilização da natureza**

Na condução de uma política neoliberal no Brasil a partir década de 1990 e a partir da ascensão política do Partido dos Trabalhadores ao governo estadual no final desta mesma década, junto com os partidos que compõem a coligação denominada de Frente Popular do Acre (FPA), a nova política de governo no estado do Acre passa a se estabelecer no esteio daquilo que vão chamar de “sonho de Chico Mendes”. Tentando estabelecer uma proposta “consensual” de desenvolvimento com sustentabilidade, voltado ao mercado de bens naturais, os defensores deste modelo, que se apresentam como seguidores e concretizadores do “sonho” do mais famoso líder seringueiro, tentam dar um novo significado ao sonho e à proposta original de Chico Mendes em relação à utilização da floresta pelos seringueiros.

Sob a égide do mercado global e da intensificação do capital privado, sem a interferência estatal, segundo discurso neoliberal, o Brasil passa por reformas estruturais no período correspondente aos dois mandatos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) e, também, por uma manutenção incontestada desta política neoliberal no governo de Luis Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos (2003-2006 e 2007-2010). Nesse contexto, foi orquestrado um processo de convencimento e de valorização das “regras de mercado” na condução econômica do país, como único caminho possível para a consolidação e sustentação do Brasil no mercado global.

Na Amazônia, essa primazia do econômico sobre o ambiental, centrada num discurso de sustentabilidade, começou a ser constituída de maneira concreta a partir da criação, em 1992, do PPG7 (Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil) pelos países mais ricos do mundo. Um programa que vinha gradativamente se constituindo a partir do início desta década, uma vez que a relação entre a cúpula dos países mais ricos do mundo e os movimentos ambientalistas, e setores voltados à conservação ambiental entram em sintonia (RETRATOS..., 2007, p. 447). É com o PPG7 que as experiências de exploração “sustentável” passam a ser aplicadas constantemente na Amazônia.

Em face do exposto, segundo Paula (2005), é neste contexto geral que a natureza passa a ser contingenciada pelos interesses de mercado, estando subordinada aos interesses de capitais privados transnacionais. Neste aspecto, para Paula (2005), a relação antagonista entre exploração econômica e preservação, que se configurou no Acre nos conflitos das décadas de 1970 e 1980, não mais se apresentava à realidade. Para o pesquisador, a definição hegemônica que se processava agora era em torno das escolhas entre “alternativas de desenvolvimento” que consigam conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A aplicação do modelo de “desenvolvimento sustentável” na Amazônia, especificamente no Acre, sustentado pelo discurso de que a proteção só é possível quando atribuímos valor, neste caso econômico, à natureza, tem na exploração madeireira o produto central e potencialmente viável para fins de mercado. É a partir da vitória eleitoral em 1998 da FPA para o governo estadual que a centralidade das lutas existentes nas décadas de 1970 e 1980 contra a expansão do capital na Amazônia acriana e em defesa da floresta, e dos povos que a habitam, é inflexionada com intensidade para uma política de governo centrada na comercialização daquilo que outrora os seringueiros lutavam para preservar, ou seja, a própria floresta.

No âmbito jurídico, o processo de mercantilização da floresta no Acre é iniciado com a Lei 1.426/2001, que instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas e a Concessão Florestal. Em época de hegemonia neoliberal, a lei se manifesta propícia ao uso privado de florestas públicas. Concedidas pelo Estado, as florestas destinadas à prática de manejo madeireiro são transformadas em florestas públicas para em seguida serem privatizadas e destinadas à extração privada de madeira. Outro ponto interessante é que estas florestas públicas não estabelecem critérios diferentes em relação à existência ou não de moradores. O que determina a exploração é o potencial madeireiro.

No que diz respeito à aplicação do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no estado do Acre, este é implantado a partir de um Contrato de Empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de número 1399/OC-BR, em 23 de julho de 2003, cujo valor estimado girava em torno de US\$ 108.000.000,00. Um contrato que, para ser viabilizado, foi precedido de várias outras leis no intento de melhor condicionar o que seria acordado:

[...] Lei 1.361/00, que institui a Política de Incentivo Tributário para Empresas Cooperativas

e Associações de Produtores dos Setores Industrial, Agroindustrial, Florestal, Extrativo Vegetal e Industrial Turística; Lei 1.359, que autoriza o Poder Executivo a dispor de bens móveis e imóveis, de sua propriedade, de forma vinculada à aplicabilidade de sua Política de incentivo às atividades industriais, visando o desenvolvimento sustentável do Estado, e a Lei 1.351/00, que autoriza a criação da Agência e Negócios do Estado do Acre-ANAC [...] (SOUZA, J., 2008, p. 122).

A aplicação do PDS potencializa a exploração madeireira. Com um patrimônio natural de “6 milhões de hectares com aptidão e acessibilidade para a produção florestal sustentada, o que representa, [...] uma economia florestal de 1 bilhão de dólares/ano [...]” (SOUZA, J., 2008, p. 135), a madeira das florestas acrianas tem no PDS a proeminência de serem apropriadas como bens de capital direcionadas ao mercado. Para João José Veras de Souza (2008), embora a proposta síntese do PDS coloque o conceito de sustentabilidade voltado à sustentabilidade econômica, à sustentabilidade social, à sustentabilidade ambiental e à sustentabilidade cultural, o que realmente se verifica é uma notória ausência de como estabelecer objetivos comuns entres as diferentes sustentabilidades, visto que há uma supremacia do viés econômico sobre as demais.

Como se observa, a aplicação do PDS no Acre tem um processo sistemático de leis que viabilizaram sua aplicação. Na verdade, tanto em âmbito internacional, quanto nacional, vinham se constituindo diversos direcionamentos que favoreciam a aplicabilidade desse modelo exploratório de madeiras. Um desses direcionamentos corresponde à orientação aprovada pela ONU em 1997, em que concede terras públicas para o uso “sustentável” de exploração madeireira (RETRATOS..., 2007, p. 448). No Brasil, os direcionamentos políticos correspondentes a este processo iniciam-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e continuam no governo de Lula. Um exemplo desta continuidade é quando Lula sanciona a Lei 11.284, no dia 02 de março de 2006, que regulamenta a concessão de terras públicas num período estimado de 40 anos. Uma Lei que em 2002, por pressão do Grupo de Assessoria do PPG7, foi enviada por FHC ao Congresso Nacional e no decorrer de seu processo legislativo foi reformulada. Uma das mudanças foi em relação ao tempo de concessão das florestas (no projeto original, o tempo estipulado era de 60 anos), e outra foi o veto feito por Lula

numa emenda aprovada pelo Congresso, que “exigia que qualquer concessão de áreas superior a 2.500 hectares teria que ter aprovação do Congresso Nacional” (RETRATOS..., 2007, p. 448).

No caso do Acre, quando defendemos que a sustentabilidade econômica e não a ambiental é que determina a atual política desenvolvimentista, estabelecendo um processo de mercantilização da natureza, queremos deixar claro que não é a partir deste contexto que se introduz a lógica de mercado aos bens naturais da Amazônia. Neste caso, consideramos importante apresentar, de maneira bastante concisa, que todo o processo de ocupação e formação da Amazônia, incluindo o Acre, esteve centrado nos interesses econômicos e na atuação do Estado. Assim, de início, para diferenciar os contextos a serem apresentados, cabe ressaltar que a lógica de mercado que se configura atualmente é de novo tipo, muito mais destrutivo que as anteriores. Visto que, além de colocar em “xeque” a destruição da Amazônia, consegue estabelecer uma hegemonia (no sentido gramsciano) em torno deste modelo desenvolvimentista, bem diferente do que ocorreu com o projeto do regime militar. Temos então um desígnio desenvolvimentista totalmente capitaneado pelo Estado, o que não ocorreu durante o período militar, devido à inexistência de um consenso ativo.

Nos tempos áureos de exploração gomífera, a exemplo dos preceitos do liberalismo, a exploração centrava-se numa ordem internacional de mercado, estabelecendo uma rede de intermediação fundada nas relações mercantis de produção, com as casas aviadoras, que abasteciam toda a cadeia produtiva da borracha, sendo financiadas por empresas que se localizavam em Londres, na Inglaterra. Neste período, a atuação do Estado centrava-se na arrecadação de tributos da produção gomífera, colocando-se “à parte” no que tange à questão produtiva. No segundo ciclo da borracha, as necessidades de guerra e o abastecimento das indústrias estadunidenses se constituíam como fontes propulsoras na reativação dos seringais e no comércio de borracha na Amazônia. Neste contexto, o Estado passa a desempenhar um papel de “dirigente”, na qualidade de viabilizar a mão de obra produtiva, e o mercado estadunidense, via governo, estabelecia os incentivos produtivos. Por fim, na época correspondente ao regime militar, período de expansão e intensificação do capital na Amazônia, o Estado passa a atuar de maneira direta, incentivando uma exploração mercantil pautada na exportação industrial de base agrícola e negando o extrativismo.

Pelo exposto, ao relacionarmos os dois primeiros ciclos da exploração gomífera com a realidade amazônica no que tange às questões ambientais, observamos que “estes ciclos, [...] não devastaram

a Amazônia pelo desflorestamento devido a suas características extrativistas, não-predatórias” (GUIMARÃES, 2011). Ou seja, sua organização produtiva não ameaçava a floresta e seus moradores, dado que havia a necessidade de manter as árvores de seringueiras vivas, o que levava à não-destruição da área verde e de seus moradores, embora suas condições de trabalho e de vida fossem degradantes, como já foi colocado no capítulo II deste trabalho. Já no período militar, com a aplicação na Amazônia de uma lógica de exploração pautada no progresso a qualquer custo para a expansão do capital, o contexto se modifica substancialmente. A destruição da floresta e a expulsão dos seringueiros de suas terras passam a ser práticas recorrentes. Entretanto, no Acre, esse processo de expropriação dos seringueiros e destruição ambiental, como já foi colocado no capítulo anterior, é freado. A organização e a forte resistência dos seringueiros, ao proporcionar a preservação da floresta através das reservas extrativistas, apresenta ao mundo um exemplo emblemático, que nega o progresso econômico para a Amazônia pela via destrutiva.

Ao compararmos o período correspondente a este modelo de desenvolvimento pautado no progresso a qualquer custo com o atual modelo de desenvolvimento, o “sustentável”, no que tange ao papel central do seringueiro em relação à floresta amazônica, observamos diferenças anacrônicas. Enquanto, num primeiro momento, os seringueiros organizados em sindicatos no estado do Acre negavam a destruição e a mercantilização da natureza, tendo a consciência de que a preservação da floresta garantia sua sobrevivência, observamos, na atualidade, uma inflexão substancial em relação a esta questão. Agora, vários setores do sindicalismo rural defendem a extração comercial privada de madeira como garantia de conservação ambiental (ponto que trabalharemos pormenorizadamente no próximo capítulo).

Uma das grandes questões em torno do manejo “sustentável” de florestas refere-se a sua real eficácia. Um debate que, para os seus grandes defensores, os engenheiros florestais, se apresenta de maneira insignificante. Afinal, é na engenharia florestal que encontramos profissionais “treinados” para a defesa do manejo, segundo nos destaca Freris e Laschefski (2011, p. 04):

A engenharia florestal é considerada uma ciência que justifica a interferência nos ecossistemas florestais, representando agora a base da política florestal de institutos de pesquisa, ONGs ambientais e agências de financiamento

internacionais. Contudo, engenheiros florestais são treinados principalmente para a produção madeireira, o que significa, na prática, a derrubada de árvores. Assim, acabam sendo a justificativa técnica e científica para as atividades da indústria madeireira.

Essa análise de Freris e Laschefski é mais um dos exemplos sintomáticos que podemos tomar em relação à guinada comercial dos bens naturais. Não é por simples coincidência que a implantação do PDS no Acre teve como principal agente condutor o governo estadual na gestão do engenheiro florestal Jorge Viana, em seus dois mandatos (1999-2002 e 2003-2006). O ex-governador se apresentou – e ainda se apresenta<sup>36</sup> – como o grande defensor e um dos porta-vozes mundiais da “viabilidade” e “eficácia” do “desenvolvimento sustentável”. À custa de gastos com campanhas publicitárias e aparições midiáticas bem orquestradas, o Acre é apresentado por Viana e seus seguidores como um estado modelo, resultante de um desenvolvimento economicamente viável e ambientalmente sustentável.

[...] o Governo, que assinou o contrato de empréstimo e executou o Programa [de Desenvolvimento Sustentável], passou, nos seus primeiros 4 anos de execução, 8 anos sob a fachada de “Governo da Floresta”, do desenvolvimento sustentável e da Florestania, seu plano de mídia diária, seu grito de guerra para abafar o canto do verdadeiro intento: “Governo do Desenvolvimento Econômico”, ou melhor, Governo da Sustentabilidade Econômica (SOUZA, J., 2008, p. 134).

Outro aspecto bastante curioso desse incessante trabalho midiático de persuasão é a taxação estabelecida a qualquer crítica conduzida a este modelo de desenvolvimento. Para seus defensores, discordar da “sustentabilidade” por eles defendida é estar a favor do “atraso” do Acre, é estar, de certo modo, à margem da compreensão da nova realidade político-econômica proveniente da nova ordem mundial.

A despeito de toda tentativa de mostrar, ou melhor, de convencer que o modelo de desenvolvimento aplicado é o mais eficiente para a

---

<sup>36</sup> Atualmente, Jorge Viana é senador pelo estado do Acre.

preservação da floresta Amazônia, a realidade concreta, quando revelada, demonstrou dados divergentes com o discurso. Numa pesquisa encomendada pelo próprio governo do Acre ao IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), foi constatado que houve um aumento significativo na média anual de desmatamento no estado do Acre a partir do ano 2000, segundo ano de governo da FPA, liderado pelo PT.

O desmatamento bruto no Acre passou de 6.149 km<sup>2</sup> em 1988 para 16.618 km<sup>2</sup> até 2004, representando um aumento de 10.469 km<sup>2</sup> de áreas desmatadas em 16 anos. Isso significa uma perda anual média de 650 km<sup>2</sup> de florestas por ano neste período. No período de 1994 a 1999 o incremento anual de desmatamento ficou em torno da média desde período [sic] (654 km<sup>2</sup>/ano). **A partir do ano 2000 observa-se um aumento de 34% no incremento anual médio do desmatamento (878 km<sup>2</sup>/ano)** (SOUZA JR. et al., 2006, p. 19, grifo nosso).

Neste estudo, observa-se que entre os anos de 1994 e 2004 a média de incremento anual de desmatamento ficou em torno de 766 Km<sup>2</sup>. Nesse período houve variações na média anual em relação ao incremento de desmatamento. O menor incremento foi estabelecido entre os anos de 1994 e 1998, com uma média anual de 340 Km<sup>2</sup>. Já o “último incremento registrado de 2003 a 2004 chegou a quase 1.000 km<sup>2</sup> de florestas desmatadas” (SOUZA JR. et al., 2006, p. 22).

Cabe destacar que parte do período referente à pesquisa do IMAZON corresponde a 6 anos do governo de Jorge Viana, a 3 anos da Lei 1.426 que instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas e a Concessão Florestal e a 1 ano e meio do contrato de empréstimo com o BID para a aplicação do PDS. Sendo constatado que no período posterior ao ano 2000 todos esses fatores não proporcionaram a diminuição do desmatamento.

A reação do governo do estado foi bastante incisiva em defesa do manejo madeireiro. Jorge Viana direciona um ataque ao pequeno produtor na tentativa de inocentar a prática comercial de madeira sob a insígnia do manejo. Segundo nos apresenta Israel Souza (2012, p. 15), “quando os números desse estudo vieram à luz, [...] Jorge Viana se apressou em defender o manejo e culpar pequenos agricultores”. Em defesa, Viana esbraveja: “O manejo não pode pagar essa conta. O que

ocorreu foi um grande financiamento para pequenos agricultores, que investiram em seus roçados” (SOUZA, I., 2012, p. 15).

O relatório do IMAZON não foi a primeira constatação empírica divulgada referente ao aumento do desmatamento no Acre. Em 2003, com base em fotos de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foi verificado que o desmatamento no Acre havia aumentado, alcançando um ritmo de devastação em torno de dezesseis campos de futebol por hora. Um aumento bastante significativo para um governo cujo *slogan* era “Governo da Floresta”.

O aumento do desmatamento observado pelo INPE virou notícia na revista “Veja”, edição 1821, de 24 de setembro de 2003. A revista produz uma matéria intitulada “O crime da motosserra”, na qual tecia fortes denúncias ao aumento do desmatamento na Amazônia acriana a partir da gestão de Jorge Viana. Ante as repercussões da matéria, o governo do estado passa a negar veementemente os resultados constatados pelo INPE e solicita uma auditoria dos dados. O resultado obtido desta auditoria é, no mínimo, curioso. O que, de início, acreditava-se ser em áreas devastadas, após pedido de auditoria, é propalado que os satélites haviam confundido bambuzais nativos com áreas devastadas (resultado divulgado na Revista Veja, edição 1850, seção Holofote, de 21 de abril de 2004). Neste caso, o resmungo de Viana surtiu efeito, e o desmatamento “virou” bambuzal.

A revista *Veja* também noticiou os resultados obtidos pela pesquisa do IMAZON. Sob o título “E agora, Viana?” (*Veja*, edição 2003, de 11 de abril de 2007), o jornalista Leonardo Coutinho (o mesmo que assinou a matéria “O crime da motosserra”) informa os resultados referentes ao aumento do desmatamento durante os primeiros seis anos de mandato de Jorge Viana (veja figura 3), enfatizando que, de todo o desmatamento que ocorreu até aquele momento no Acre, a gestão de Viana foi a responsável por um terço. Agora, a reação do governo é tímida. O governo estadual, sob a gestão do sucessor e partidário de Viana, o Sr. “Binho” Marques, divulga apenas uma nota na imprensa local, manifestando que há a necessidade de uma avaliação mais precisa dos dados. O interessante dessa vez é que os dados sobre o desmatamento não tiveram nenhuma metamorfose súbita.



Figura 3 – Tabela do IMAZON apresentada pela revista Veja referente à área total desmatada entre os anos de 1996 e 2004



Fonte: COUTINHO, L., 2011.

Apesar das constatações no aumento do desmatamento, o “Governo da Floresta” e aqueles que o sucederam, sempre tiveram uma estratégia bem definida em relação ao modelo de desenvolvimento proposto. No entanto, a eficácia do manejo florestal sempre se apresentou, até para seus defensores, como uma grande incógnita. Um exemplo bastante expressivo é a fala do Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Sr. Anselmo Forneck, que ao ser questionado sobre a viabilidade do manejo, responde, conforme nos apresenta Israel Souza (2012, p. 15): “[...] o manejo, eu sempre digo: é uma incógnita, ainda. É uma atividade econômica em curso há muito pouco tempo e eu acho que é muito prematura uma opinião fechada em relação a este assunto”.

As incertezas em torno do “sustentável” é uma demonstração emblemática de que a preservação ambiental não está garantida. Na verdade, não há como harmonizar preservação ambiental e apropriação de bens naturais para fins de mercado. O meio ambiente sempre sai derrotado nesta relação, pois a prioridade está do outro lado. A supremacia do mercado é o que predomina neste modelo. Assim, podemos considerar que, enquanto houver a lógica do modo de produção capitalista imperando, os moradores da floresta e todo o ecossistema que o circunscreve estão ameaçados.

Pelo exposto, se colocarmos o “desenvolvimento sustentável” como o salvador da Amazônia, estaremos negando a verdadeira sustentabilidade que há tempos é praticada pelos povos da floresta, estaremos excluindo as potencialidades não degradantes realmente possíveis.

Em contraste ao conceito ideológico atual da “vocação florestal”, os sistemas de uso da terra pelos povos indígenas, ribeirinhos e povos tradicionais em geral, valorizam uma floresta intacta, que precisa ser preservada para continuar a render uma diversidade enorme de produtos e serviços. Representam uma eficiência e uma sustentabilidade que a indústria madeireira nunca conseguirá alcançar. O “desenvolvimento sustentável” não requer a transforma o de povos tradicionais em trabalhadores florestais, mas requer que pessoas com a inten o de criar economias sustentáveis para a região, aprendam a partir do vasto conhecimento dos povos da floresta e comecem a entender suas necessidades. Existe uma diversidade enorme de produtos não madeireiros que podem formar parte de economias justas e sustentáveis, incluindo castanhas, óleos essenciais, guaran , plantas medicinais, babaçu, mel, artesanato, frutas e legumes com mercados já estabelecidos. A diversidade dessas alternativas cria menos dependência de monopólios econômicos e as vicissitudes dos mercados globais. Essas economias locais são de uma escala que facilmente supera o retorno econômico da indústria madeireira. Se os investimentos dedicados ao “manejo sustentado” de madeira fossem direcionados, por exemplo,   apicultura, o mel logo viraria a “voca o” da região. Na verdade, não existem inevitabilidades para uma certa atividade na Amazônia (FRERIS; LASCHEFSKI, 2011, p. 04).

A crítica ao modelo de “desenvolvimento sustentável” aplicado na Amazônia não é um simples devaneio de pessoas contrárias à gestão governamental ou ao desenvolvimento proposto. Várias pesquisas são feitas questionando a viabilidade ambiental e humana deste modelo

desenvolvimentista. No estado do Acre, por exemplo, um estudo pioneiro sobre esta temática é o livro “(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental”, do professor Dr. Elder Andrade de Paula, da Universidade Federal do Acre. Em suma, a obra, que é fruto de sua tese de doutorado, retrata uma nova fase de apropriação econômica do patrimônio amazônico pelo capital, mas agora, como expressa o professor, “convertido” em um discurso ambientalista.

Para Paula (2005), o “desenvolvimento sustentável” aplicado na Amazônia, especificamente no Acre, tem por referência as determinações adotadas pelo Grupo Banco Mundial inspirados nas conclusões do Relatório de Brundtland. Um conceito que tira de questão as preocupações relativas à conservação ambiental e coloca como prioridade questões voltadas à sustentação do crescimento. Paula, ao destacar esta primazia do econômico em detrimento ao ambiental, recorre a Wolfgang Sachs para demonstrar o sentido de sustentável e de desenvolvimento adotado pelo Banco Mundial. Para Sanches, o conceito de “desenvolvimento sustentável”

[...] mudou sutilmente o *locus* da sustentabilidade da natureza para o desenvolvimento. Antes, ‘sustentável’ se referia à produção da natureza, agora se refere ao desenvolvimento (SANCHES, 1997, p. 17-18 apud PAULA, 2005, p. 278).

Em rigor, a necessidade de alguns estados da federação, como é o caso do Acre, que precisam recorrer constantemente aos repasses financeiros do Governo Federal, devido a sua economia dependente, os deixa mais propícios aos efeitos das determinações políticas adotadas pelas instituições financeiras internacionais. A mudança na forma de disponibilizar os financiamentos a partir da década de 1990 pelo Grupo Banco Mundial, em que os governos estaduais e municipais passam a receber diretamente os recursos do financiamento, sem a necessidade de haver a mediação do Governo Federal, deixa as federações mais suscetíveis às determinações do grupo financiador. Na necessidade de garantirem os recursos financeiros, federações firmam acordos de financiamento e se submetem às imposições destes “agiotas” internacionais. No Acre, por exemplo, uma das determinações tem como exigência a aplicação de medidas necessárias para a implantação do projeto de “desenvolvimento sustentável”, segundo descreve Paula (2005, p. 285):

Extremamente dependente de subvenções públicas e sem perspectivas de atração de investimentos privados relevantes (pelo menos a curto e médio prazos), não sobra outra alternativa [sic] à sociedade política em nível estadual que não seja seguir os caminhos trilhados por diversos segmentos sociais da sociedade civil: captar recursos financeiros no exterior. Ora, para o governo estadual, as fontes promissoras apontam para os BMDs [Grupo Banco Mundial e Corporação Financeira Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento]. Como dito anteriormente, essas agências passaram a financiar diretamente os governos estaduais e locais a partir dos anos 90, desde que, naturalmente, demonstrassem que estavam cumprindo o seu “dever de casa”, que, no caso do Acre, passa obrigatoriamente tanto pelas “reformas do setor público” quanto pela adoção de políticas voltadas para “proteção de florestas” como uma das premissas para a implementação do “desenvolvimento sustentável” no Estado.

A implantação dessas medidas foi conduzida por um intenso processo de “desmanche” de qualquer contraposição ao modelo de “desenvolvimento sustentável”. Consegue-se estabelecer um “esvaziamento” crítico em torno deste projeto desenvolvimentista e uma “degradação” de políticas de ação direta em espaços públicos. Um “vazio” crítico e político resultante também de fatores exógenos à política governamental local.

Com base em Maria Célia Paoli (2007), técnicas sociais de controle e violência, que “encarregam-se de produzir a figuração da incompetência política da população, especialmente quando essa se organiza, se movimenta, aparece autonomamente” (PAOLI, 2007, p. 224); e o predomínio das regras de mercado em detrimento dos valores de cidadania e de participação política e econômica, operam como questões centrais para o esvaziamento da política como ação organizada e de participação popular. Somado a este contexto, temos no Acre a cooptação das principais lideranças de oposição, aquilo que Gramsci chama de “transformismo”, e a constituição de uma hegemonia em torno do “sustentável”, através do estabelecimento de um “consenso/pacto” em relação à política de “desenvolvimento sustentável” contingenciada pelo mercado, na qual se apresenta como a “única alternativa” viável

para a Amazônia, os elementos determinantes da estratégia de controle e consenso traçado pelo governo do estado do Acre sob a gestão do PT.

Politicamente, esse pacto começou a ser viabilizado com a vitória do candidato do PT (Jorge Viana) nas eleições para a Prefeitura de Rio Branco em 1992. A partir daí houve uma inversão no direcionamento do MSTR [Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais] e de outros movimentos sociais, que até então tentavam democratizar a sociedade regional “de baixo para cima”. Como o núcleo orientador da estratégia política do PT definiu como objetivo a conquista do governo estadual nas eleições de 1998, o foco passa a ser outro, isto é, “transformar” a sociedade de “cima para baixo”. A rigor, essa estratégia resultou num tipo de “transformismo” de maior alcance na história recente do Acre [...] (PAULA, 2005, p. 291).

Em face do exposto, podemos considerar que, em suma, tanto a política de entrega do patrimônio amazônico ao capital privado através da concessão de uso, quanto a construção hegemônica deste modelo de desenvolvimento aplicado, têm na restrição da ação política direta dos seringueiros da Amazônia acriana um ponto de fundamental relevância para sua viabilidade. Nesse sentido, observamos que o direcionamento crítico que orientava estas bases sociais do campo nas décadas de 1970 e 1980, como foi colocado no capítulo anterior, passou por uma transformação substancial, condicionando-se a uma política propositiva nos limites do Estado. Diante desse quadro, a cooptação das lideranças sindicais e o controle sindical efetuado pela FPA também são fatores imprescindíveis para esta nova conjuntura política de esvaziamento crítico.

Por fim, a mudança de perfil de várias ONGs também se apresenta como ponto importante para esta análise política dos sindicatos rurais. Afinal, articuladas com governos e organizações financeiras internacionais, como o BIRD e BID, muitas ONGs existentes no estado do Acre contribuíram para o estabelecimento de um “pacto” em torno da nova orientação ambiental “sustentável”, além de terem mudado sua postura em relação aos sindicatos. Antes, as ONGs se apresentavam como “assessoras” dos sindicatos rurais, agora se colocam como concorrentes e passam “a projetar-se numa posição de mediadoras

dos interesses das diversas ‘comunidades’” [...] (PAULA, 2006, p. 131). Assim, ao viabilizarem seus projetos nestas “comunidades” rurais, facilitados pelos benefícios financeiros que elas possuem, as ONGs contribuem para que haja uma debilidade nas relações entre os sindicatos rurais e sua base. Por seu lado, outras mudanças na base social do sindicalismo rural também se apresentam como fatores de incremento para esta nova relação entre ONGs e sindicatos e sindicato e base. Entre estas mudanças, de acordo com Paula (2004), podemos elencar:

a) ampliação do acesso à terra e do número de assentados; b) maior diferenciação social no seio desse campesinato; c) recuo da Igreja Católica no processo de “formação política” junto às comunidades, seguida de um crescimento acelerado da presença das igrejas evangélicas no mundo rural e urbano; d) multiplicação das associações de agricultores e cooperativas – afim [sic] de obterem acesso às linhas de crédito oficiais; e) criação de agroindústrias etc (PAULA *et al.*, 2004 apud PAULA, 2006, p. 131).

### 3.3 OS TRABALHADORES SERINGUEIROS E A INSUSTENTABILIDADE DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

A ideia de sustentabilidade ou o termo “desenvolvimento sustentável” não aparecia nos debates e assembleias dos seringueiros na época dos grandes conflitos de terra no Acre. A defesa da terra e os embates gerados não eram orientados por nenhum tipo de sustentabilidade, seja econômica ou ecológica. Os seringueiros tinham como objetivo central a defesa de suas posses e sua autodeterminação (SILVA, 2011). A ideia de desenvolvimento para eles não possuía a conotação imposta pelo capitalismo, voltado ao progresso econômico e ao tecnicismo. A noção de desenvolvimento estava pautado, segundo Silva, na “construção de um projeto de autonomia de classe no âmbito integral da luta” (SILVA, 2011, p. 222), ou seja, como melhor especifica o próprio autor, num modelo alternativo de desenvolvimento que incorpora:

[...] a conquista do território seringueiro; a viabilização de uma produção a partir dos

recursos naturais do lugar; a busca por maior participação política no âmbito geral da sociedade; a conquista de direitos que sempre foram negados, tais como educação e saúde; a organização da classe camponesa (em sindicatos e associações e cooperativas); pela revalorização do ambiente e do saber local. Enfim, [...] propósitos que apontavam para objetivos práticos de quem queria apenas *viver melhor e ser respeitado* (SILVA, 2011, p. 222, grifo do autor).

A partir da incorporação do “sustentável” ao projeto de desenvolvimento para a Amazônia, no intuito de redimensionar o viés ambiental para uma proposta economicamente viável e prontamente aceitável, não apenas pelos segmentos ecológicos e ambientais, mas pela sociedade civil como um todo, intensificou-se e recolocou-se a Amazônia, hegemonicamente, voltada aos imperativos do capital, e não mais aos interesses de sua comunidade e seu ambiente natural, como se configurou na época da peleja pela terra, quando os seringueiros se posicionaram organicamente contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar. O que se vê hoje é um direcionamento desenvolvimentista que deixa a floresta e seus moradores à mercê dos danos e impactos maléficis causados pela primazia dos interesses econômicos revestidos de um discurso “sustentável”. Principalmente através da prática do manejo madeireiro de impacto reduzido, que induz o seringueiro a aceitar como sustentável a destruição de seu maior bem, ou seja, a própria floresta.

[...] quando a floresta em seu estado natural é convertida em base de suprimentos de matéria-prima para a industrial madeireira – sob qualquer regime de manejo – parte significativa de sua dinâmica estará sujeita aos impactos, nada naturais, do planejamento e execução da extração das árvores de interesse comercial (CARVALHO, 2009, p. 70).

Na tentativa de estabelecer convergência entre a ideia de “*viver bem*”, ou como coloca Silva (2011), do “*viver melhor*”, do seringueiro com o “desenvolvimento sustentável”, os defensores do manejo madeireiro florestal de base comunitária (prática que envolve os moradores da floresta que se encontram em áreas que foram

incorporadas ao manejo madeireiro), propagam que esta forma de extração tem por finalidade a conservação florestal e melhoria de sua condição de vida. Dessa maneira, buscam internalizar a ideia de sustentabilidade sob os moldes econômicos, correlacionados com outros fatores já especificados anteriormente, como proposta viável ao seringueiro na finalidade de “*viver bem*”. Para melhor compreensão desse processo, analisaremos mais especificamente seus condicionantes.

A conquista da terra pelos seringueiros, ou seja, a conquista das RESEXs, e os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs)<sup>37</sup>, garantiram ao seringueiro não apenas a regularização fundiária no âmbito jurídico, mas a possibilidade de continuidade da prática extrativista, isto devido à assinatura de um contrato de concessão de uso firmado entre as associações de moradores destas localidades e o poder público. Assim, tanto as RESEXs (idealizadas pelos seringueiros) quanto os PAEs (idealizados pelo INCRA, mas com assessoria do Conselho Nacional dos Seringueiros), segundo Silva (2011, p. 137), “representam, acima de tudo, uma conquista socioambiental e territorial, graças à resistência e à luta pela terra”.

No Acre, as atividades extrativistas até o início da década de 1990 estavam organizadas em Cooperativas. Uma das mais importantes e significativas era a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), localizada no município de mesmo nome. Idealizada por Chico Mendes, a CAEX tinha como perspectiva a autogestão dos seringueiros. Com usinas de processamentos de borracha e castanha, os cooperados buscavam um melhor preço no mercado para estes produtos. Nesse intento, estabeleciam negociações comerciais livres de atravessadores ou, como é denominado por estes trabalhadores, livres de marreteiros. No entanto, após esse período inicial de usufruto e beneficiamento comercial, a CAEX entra em crise.

Neste contexto, com a crise no mercado de castanha e a supremacia do mercado internacional de borracha em relação à

---

<sup>37</sup> Os Projetos de Assentamentos Extrativistas foram desenvolvidos pelo INCRA através do Plano Nacional de Reforma Agrária como uma alternativa aos seringueiros ante a questão fundiária na Amazônia. Estes projetos têm por objetivo legalizar a terra do seringueiro de acordo com a lógica de apropriação fundiária centrada em “colocações” e “estradas” de seringas, e beneficiar a atividade extrativista das populações tradicionais da Amazônia. Para mais informações sobre os PAEs, recomendo a obra “Resistência camponesa e desenvolvimento agrário: uma análise a partir da realidade Amazônico-acreana” (2011), do professor Dr. Silvio Simione da Silva (ver referências).



produção ínfima da Cooperativa, além do fim do subsídio ao produto, houve um total desmantelamento da atividade extrativista referente a estes produtos na região. Uma situação que levou vários trabalhadores da Reserva Extrativista Chico Mendes a adotarem como fonte de sobrevivência a pecuária, principalmente aqueles que residiam perto das sedes dos municípios, pois sua localização geográfica facilitava as relações comerciais, sobretudo com os grandes fazendeiros. Já os seringueiros residiam distantes dos centros urbanos, tinham como única alternativa a venda da borracha e da castanha a preços baixíssimos. Para estes não “agraciados” pela localização geográfica, a caça e a agricultura de subsistência eram sua válvula de escape, ou melhor, sua válvula de sobrevivência.

A falta de alternativas para a comercialização de produtos originários da atividade extrativista e a propensão à pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes foram um chamariz para que os defensores da proposta de manejo florestal madeireiro se apresentassem com avidez. Contudo, a atividade de manejo madeireiro de impacto reduzido não era algo inédito no Acre. Entre os anos de 1995 e 1996 ocorreram as primeiras experiências de manejo, numa área que posteriormente tornou-se o PAE Porto Dias, localizado a 70 km do município de Acrelândia. Uma região, por curiosidade, de grande intensidade da atividade agropecuária. Neste comenos, no que concerne a nossa explicação em relação ao funcionamento estrutural do manejo madeireiro comunitário no Acre, especificamos que, por questões metodológicas, delimitaremos apenas o funcionamento nos PAE Cachoeira e PAE Equador, localizado dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.

O processo de implantação do manejo madeireiro, tanto no PAE Cachoeira quanto no PAE Equador, inicia-se na década de 1990, como tentativa de restringir o avanço da pecuária nestas áreas. Uma proposta que, de início, enfrentou bastante resistência por parte dos seringueiros, mas com a chegada da FPA, liderada pelo PT, ao governo do estado em 1999, estas reações adversas se enfraqueceram significativamente. Primeiro, porque o comércio de madeira de uso “sustentável” passa a ser uma política pública, tendo total investimento do governo estadual. Segundo, porque a relação histórica entre o Partido dos Trabalhadores e o movimento sindical dos seringueiros facilitou não apenas a aplicação deste modelo de extração madeireira, mas também a firmação de um pacto consensual, conforme já esboçamos. Nesse sentido, vários sindicatos de trabalhadores rurais passam a renegar qualquer crítica relacionada à política de governo da FPA para a floresta.

Nestes PAEs, a organização comunitária responsável pela negociação madeireira é a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (COOPERFLORESTA). Todas as famílias extrativistas que estão envolvidas no manejo madeireiro comunitário desta região estão associadas a esta Cooperativa. A organização em torno de uma cooperativa é algo estratégico, não apenas pelo caráter de cooperação, mas pelos benefícios em relação à ausência de custos com impostos. O manejo madeireiro, por ser uma prática incentivada pelo poder público, envolve subsídios governamentais em sua logística. Um Plano de Operação Anual (POA) é traçado para a viabilidade do corte e do escoamento das “toras” de madeira, envolvendo, segundo Carvalho (2009): a abertura de ramais e de pátios internos (local de depósito provisório da madeira dentro da área de manejo), o pagamento dos trabalhadores que efetuam o corte, o arraste das “toras” para o pátio interno e do pátio interno para a esplanada (pátio às margens da rodovia). Nestes PAEs, conforme Carvalho (2009), há também a existência de subsídios não governamentais, pago pela ONG WWF, que responde à auditoria feita pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA).

O interessante a se observar é que tradicionalmente esse sistema de silvicultura de corte madeireiro não é uma cultura destes trabalhadores da floresta. A sua relação com a floresta sempre foi fundada na garantia de sua sobrevivência, sem destruí-la, e centrada num estilo de vida em que o importante era viver *com* e *da* floresta e não viver *sem* a floresta. O corte de árvores só era feito basicamente quando havia necessidade de construir sua moradia, ou um pequeno barco para pesca e transporte nos rios e igarapés da Amazônia. Em suma, o *modus vivendi* do seringueiro nunca esteve centrado no corte de árvores. A inflexão valorativa dos seringueiros em relação à ótica comercial de madeira tem, além dos fatores já mencionados, o *benefício econômico* proporcionado àqueles que a aderem. Em relação a essa “metamorfose conceitual” do seringueiro, Carvalho é bem taxativo quando demonstra que sua participação no manejo madeireiro é

[...] fruto de ações de convencimento que utilizam de expedientes como o pagamento de diárias e a elaboração de cenários futuros irreais, dotados de extremo conforto material que adviria pela renda proporcionada pela venda da madeira (CARVALHO, 2009, p. 153).

Além disso, muitos trabalhadores também rompem com a concepção que tinham em relação à importância da floresta para sua sobrevivência, e justificam o manejo madeireiro com base numa retórica, não comprovada, de que há uma autorregeneração da floresta após algumas décadas.

No âmbito do sindicalismo rural do Acre, o ideal de “desenvolvimento sustentável”, ainda que esteja estruturado num intenso processo de cooptação de lideranças sindicais conduzido pelo governo estadual e na capitulação de diversos trabalhadores rurais a este modelo de desenvolvimento, não se apresenta de maneira hegemônica. Com base em Gramsci, esclarecemos que

[...] os efeitos da hegemonia são mais que contraditórios. Quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica, mais ela deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de se constituírem em força política autônoma (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 81).

Neste caso, embora tenhamos um forte controle hegemônico, conforme aceção gramsciana, em que o consenso se apresenta como o principal constituidor da hegemonia<sup>38</sup>, verificam-se, neste processo, vozes dissonantes a esta forma de mercantilizar a natureza, ou seja, nos moldes do chamado capitalismo verde. Assim, observa-se que a contradição se faz sempre presente ao se manifestarem dentro do sindicalismo rural setores, ainda que minoritários, que são contra o “desenvolvimento sustentável” e denunciam os discursos falaciosos de preservação ambiental. São lideranças e trabalhadores rurais que resistem a uma política repressora, que tenta não apenas desqualificá-los, mas criminalizá-los publicamente, na tentativa de “empurrar para frente” as contradições existentes entre o modo de vida dos trabalhadores rurais da Amazônia e o desenvolvimento econômico do capital.

---

<sup>38</sup> Conforme nos coloca Carlos Nelson Coutinho, “hegemonia é consenso, e não coerção. Existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores” (COUTINHO, Carlos Nelson. *A hegemonia da pequena política*. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.



## **4 SINDICALISMO RURAL EM TEMPOS DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”**

### **4.1 “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NO ACRE: UMA HEGEMONIA EM DECLÍNIO?**

Ao se buscar estabelecer um falacioso maniqueísmo, imposto pelos “senhores da sustentabilidade mercantilizada”, em que aqueles que defendem o “desenvolvimento sustentável” são os defensores do “bem”, e os que divergem desse modelo são, conseqüentemente, os defensores do “mal”, pois defendem um modelo de desenvolvimento destrutivo, temos um clamor, muito proclamado por esses senhores, de que unir-se às “forças do bem” é adotar uma postura em defesa da Amazônia. Na verdade, unir-se a “forças do bem” e restringir qualquer perspectiva de emancipação, conforme nos afirma Paula (2011). Em linhas gerais, convergir a essas “forças do bem” e seu sofisma é ratificar o capitalismo verde que, em suma, não favorece as populações tradicionais da Amazônia.

[...] o principal desafio das lutas de resistência em perspectiva emancipatória, reside em escapar desse enganoso dualismo e conquistar espaços de autonomia para pensar e agir ‘mirando’ a construção de “outros mundos” capazes de superar os legados da civilização capitalista e construir modos de “viver bem” para todos (PAULA, 2011).

Nesse pensar e agir diferente, em que se busca romper com as amarras do capital, tendo como perspectiva um “bem viver” coletivo, é que a resistência de setores do campesinato acriano e organizações sociais ao “desenvolvimento sustentável” se apresentam atualmente. Ao resistirem gradativamente às propostas de apropriação e valorização econômica dos bens naturais regidas por essa conotação esverdeada de capitalismo, denominado pela ONU de economia verde, podemos considerar que temos nessas organizações críticas a esse modelo de desenvolvimento uma postura contra-hegemônica, pois são passíveis de engendrar, de acordo com Gramsci, um “equilíbrio instável”, ameaçando o equilíbrio constituído. Em suma, esses setores são constituidores, em potencial, de uma possível ruptura hegemônica no que concerne à imposição do PPG7 em relação ao capitalismo verde, tão

propagado como sendo a “única saída” para a Amazônia, segundo nos destaca Paula:

[...] o PPG7 concorreu efetivamente não só para orientar as políticas e estratégias voltadas consubstanciar a re-territorialização do capital, mas também, para pautar o modo de pensar a Amazônia brasileira. Esse logro pode ser explicado graças ao monumental aparato de construção de hegemonia que mobilizou desde a sociedade política as mais diversas representações da sociedade civil (de organizações indígenas e camponesas até grandes grupos empresariais) para formar um consenso em torno do capitalismo verde como “única alternativa” (PAULA, 2011).

Pelo exposto, centrado num processo de análise desses grupos contra-hegemônicos, podemos destacar, de início<sup>39</sup>, como ato simbólico da germinação de uma resistência ativa e direta contra os efeitos desta política desenvolvimentista, a insurgência de alguns trabalhadores rurais da região que abrange a Floresta Estadual do Antimary<sup>40</sup>, localizada no município de Bujari, estado do Acre.

No ano de 2005, apoiados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que naquele momento era liderado pelo seringueiro e histórico sindicalista Osmarino Amâncio, que outrora participou junto com Chico Mendes dos embates contra os “paulistas” nas décadas de 1970 e 1980, tivemos uma manifestação de repulsa de alguns moradores da floresta pública do Antimary à extração de madeira sob a égide do manejo madeireiro sustentável. Um momento importante, não apenas pela demonstração de insatisfação de uma atividade que há tempos

---

<sup>39</sup> Nossa proposta metodológica nesta seção, a partir de então, será direcionada por uma análise histórica não linear, ou seja, os contextos históricos em estudo não serão analisados de maneira sistemática, seguindo uma rigorosa passagem temporal e sucessiva dos fatos.

<sup>40</sup> Segundo sítio da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC (Disponível em: <<http://www.funtac.ac.gov.br/index.php/fea?showall=1>> Acesso em: 24 abr. 2012), a Floresta Estadual do Antimary foi criada em 1988 para fins de Projeto de Manejo Sustentável de Uso Múltiplo no Estado do Acre, financiada pela International Tropical Timber Organization (ITTO). Situada no município do Bujari (AC), possui uma área total de 76.832 ha, composta pelos seringais Limoeiro e parte dos seringais Arapixi, Pacatuba e Mapinguari.

vinha sendo propagada como sendo a melhor maneira de comercializar racionalmente a floresta, garantindo sua preservação e melhorando a vida de seus moradores, mas pelo questionamento feito por esses trabalhadores rurais em relação às possíveis melhorias provenientes dessa atividade comercial, conforme podemos constatar na fala de Osmarino Amâncio:

[...] eu fiz uma visita ao Antimary com algumas pessoas pra conhecer a questão lá, e pude ouvir das pessoas que o manejo madeireiro do Antimary é um manejo totalmente destrutivo, e tava só [...] regulamentando a política do governo sem trazer resultados positivos, nem econômico. Não trazia resultado social, muito menos ambiental e ecológico [...] (informação verbal)<sup>41</sup>

Ao se organizarem contra o manejo madeireiro implantado nessa região, esses camponeses ocuparam a sede da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), localizada dentro da floresta estadual. A estratégia de ocupar uma instituição estatal parte do entendimento dos moradores em considerar que a luta deveria ser diretamente contra o governo do estado e não contra a madeireira, pois era o governo que viabilizava o manejo madeireiro. Suas reivindicações centravam-se tanto em melhorias estruturais como, por exemplo, o funcionamento de um posto de saúde, quanto em melhorias econômicas, principalmente em relação à disparidade de preço entre a madeira extraída da floresta e o seu valor de mercado.

No que concerne à disparidade entre o valor que é pago ao morador e o valor de mercado da árvore, é de fundamental importância destacar o relato de um morador da região nesse período. Segundo o senhor José Pedro, residente no PAE Limoeiro<sup>42</sup>, o valor pago por

---

<sup>41</sup> Osmarino Amâncio em entrevista concedida ao autor em 31 de maio de 2012 na cidade de Rio Branco.

<sup>42</sup> Segundo matérias publicadas em jornais locais (O Rio Branco, de 23 de outubro de 2011, e Página 20, de 18 de outubro de 2011), o atual governo do estado não considera o PAE Limoeiro como pertencente à Floresta Estadual do Antimary, mas ao INCRA, visto que ela foi desmembrada no ano de 2001 e repassada à instituição federal. No entanto, no sítio oficial da FUNTAC, como vimos na nota de rodapé anterior, o PAE Limoeiro pertencente à Floresta Estadual do Antimary, sendo área de responsabilidade da FUNTAC, através de um convênio firmado com o INCRA.

árvore extraída de sua localidade fica em torno de R\$ 55,00, não importando suas dimensões. Já o metro cúbico da madeira serrada, em consonância com os valores de mercado, varia de R\$ 11,00 a R\$ 22,00 (informação verbal<sup>43</sup>). O senhor José Pedro também enfatiza que há dificuldades em receber o valor devido. Ele afirma que foram retiradas de sua colocação 120 árvores desde o ano de 2003, e até a presente data – 02 de novembro de 2005 – não havia recebido o valor correspondente. Algo estipulado, segundo o morador, em R\$ 6.000,00. É necessário ressaltar que essa quantidade de árvores não é exata, haja vista que não existe nenhuma organização por parte dos moradores na fiscalização correspondente à extração de madeira. Sobre essa disparidade entre o valor da madeira que é pago ao trabalhador rural e seu valor de mercado, Osmarino Amâncio tece algumas críticas:

[...] eu pude observar lá [na Floresta Estadual do Antimary], recibo onde uma árvore era vendida a R\$ 20,00 (vinte reais) naquela época, e pudemos observar que eles estavam derrubando árvores com mais de 1.000 anos de existência. Então árvore menor, mais nova que estavam tirando era a sumaúma e isso, quando eu fui ver o valor econômico e o tanto de anos que o pessoal estava sem receber da madeira que tinham entregado (informação verbal)<sup>44</sup>

É com o “levante”, ainda que pontual, dos moradores da Floresta Estadual do Antimary que, pela primeira vez, de maneira bastante expressiva e incisiva, o projeto de desenvolvimento em voga é criticado pelos trabalhadores rurais. Assim, podemos considerar este episódio como o início de um gradativo processo de ascensão crítica desta importantíssima categoria social contra o “desenvolvimento sustentável”, como destaca Osmarino Amâncio:

Eu acho que foi um movimento que abriu a discussão e a partir daí isso se estendeu pra todo o estado que o manejo era uma devastação criminosa organizada pelo estado e que tava

---

<sup>43</sup> Relato proferido em conversa com o autor em 02 de novembro de 2005, na Floresta Estadual do Antimary (Bujari-AC).

<sup>44</sup> Osmarino Amâncio, em entrevista concedida ao autor em 31 de maio de 2012, na cidade de Rio Branco.



colocando em risco tanto a fonte de renda quanto as gerações futuras (informação verbal)<sup>45</sup>.

Ou seja, o início de um processo de graduais fissuras neste, até então, quase irrefragável “caminho” para a Amazônia.

Nesse processo ascendente de crítica ao “desenvolvimento sustentável”, a reeleição da seringueira Dercy Teles<sup>46</sup> no ano de 2009 à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri se constituiu numa das mais emblemáticas manifestações de uma afirmação crítica e de um real obstáculo ao cumprimento dos acordos firmados pelo governo estadual com o BID para a aplicação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável. No seu primeiro mandato – junho de 2006 até junho de 2009 – a direção sindical liderada por Dercy Teles já demonstrava uma postura autônoma ao se posicionar veementemente contrário ao controle exercido pelo governo estadual nos sindicatos rurais do estado do Acre. A nova diretoria também se destaca pela crítica ao comércio de madeira capitaneada pelo governo do estado através do manejo madeireiro “sustentável”, conforme denuncia Dercy Teles a um sítio de notícias:

[...] a prática do governo está sendo contrário [sic] daquilo que o Chico Mendes pregava. A gente ver [sic] muito, por exemplo, investimentos na área da exploração madeireira, [...] nada na exploração de produtos extrativistas sustentáveis. A madeira, a exploração madeireira no Acre não é sustentável. Ela só seria sustentável se a madeira estivesse sendo retirada e sendo reflorestada nas áreas de exploração. Por enquanto, não está sendo feito isso (O EXTRATIVISMO..., 2009).

---

<sup>45</sup> Osmarino Amâncio, em entrevista concedida ao autor em 31 de maio de 2012, na cidade de Rio Branco.

<sup>46</sup> Militante histórica do movimento sindical rural no Acre, Dercy Teles de Carvalho Cunha foi a primeira mulher a presidir um sindicato de trabalhadores rurais no Brasil. Iniciou sua militância através das Comunidades Eclesiais de Base, assumindo em 1981 a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, antes mesmo de Chico Mendes, cumprindo um mandato de 1 ano devido ao afastamento, por acusações de corrupção e desvio de conduta, do então presidente do sindicato.

A postura autônoma e o posicionamento crítico desses seringueiros de Xapuri fizeram com que o governo do estado instituisse uma verdadeira força tarefa para impedir sua reeleição ao sindicato. Destinado a impedir a qualquer custo a permanência da diretoria encabeçada por Dercy Teles, o governo do estado dá total apoio à chapa de oposição. O empenho para impedir a reeleição era tão demorado, que no dia da eleição havia secretários de estado sendo “cabos eleitorais” da chapa opositora. No entanto, não só de ações no âmbito eleitoral se enveredaram os opositores para impedir a vitória da atual diretoria. Manobras jurídicas, interferência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Acre (FETACRE) e censura na rádio local, num espaço da programação que o sindicato mantinha, através de um acordo financeiro firmado para divulgar semanalmente suas ações, foram medidas extraeleitorais tomadas para impedir a continuidade da atual gestão sindical.

Tendo como candidato a presidente do sindicato o Sr. Francisco de Assiz Monteiro de Oliveira, filiado ao PT, a chapa de oposição “Unidos na Luta”, impetrou na justiça uma liminar garantindo o direito de voto aos associados inadimplentes com o sindicato. Apoiado pelo governo do estado, a chapa opositora consegue no judiciário o direito ao voto àqueles que não estavam com as contribuições sindicais em dia. Essa ida ao judiciário tem como estratégia ampliar a possibilidade de vitória através da inclusão de trabalhadores rurais inadimplentes com o sindicato. Contudo, a despeito da execução da liminar concedida pelo Juiz Federal do Trabalho do município de Epitaciolândia, o Sr. Fábio Lucas Telles de Menezes Andrade Sandim, a chapa de oposição não vence as eleições. Com uma diferença de apenas 6 (seis) votos, a chapa encabeçada por Dercy Teles é reeleita para mais um mandato de 3 anos.

Neste ínterim, na busca de cumprir harmonicamente e a qualquer custo os acordos internacionais de comercialização de madeira, o governo do estado do Acre não deixaria facilmente o sindicato de Xapuri fora de seu controle. Não obstante as últimas derrotas, os setores contrários ao posicionamento político da diretoria reeleita buscam impedir sua posse. Nesse processo, a estrutura do sindicalismo de oficial entra em cena através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre. A Federação, nesse período, é formada basicamente por membros do Partido dos Trabalhadores cooptados pelo governo do estado. Sua atuação se caracteriza na defesa dos interesses do governo do estado. Uma postura sintomática que faz referência à verdadeira essência das Federações, ou seja, a de ser órgão pertencente à estrutura

sindical de Estado que contribui para a restrição da autonomia sindical, conforme destacamos no primeiro capítulo deste trabalho.

A FETACRE tenta intervir no Sindicato sob a alegação de que é “obrigação da Federação zelar pela lisura do pleito eleitoral de seus sindicatos”, segundo relato de Dercy Teles em carta aberta destinada ao blog do jornalista Altino Machado (2009). Na incumbência de assumir todas as prerrogativas da diretoria sindical, a Federação institui um período de 120 dias de intervenção ao sindicato. Designam uma junta diretora para assumir o sindicato, tendo como objetivo a convocação e a realização de uma nova eleição. No entanto, a tentativa de controle não atinge o efeito desejado. A diretoria reeleita não confirma a ata da entidade federativa, e com base no estatuto da própria Federação, encontram no capítulo XI, que trata da Comissão Estadual de Ética, aportes que demonstram ilegitimidade na tentativa de intervenção da FETACRE. Sobre esse recusa, Dercy Teles apresenta numa carta aberta destinada ao blog de Altino Machado (2009), alguns parágrafos e incisos do capítulo XI, bem como o estatuto do sindicato, que sustentam a posição da diretoria reeleita em negar a tentativa de intervenção da Federação:

I – Nas denúncias [sic] contra um sindicato ou seus Dirigentes, devem ser apresentada por no mínimo 15% (quinze por cento) de seus filiados que estejam em dia com suas obrigações sindicais.

No Art. 44º Recebida a Denúncia, a Comissão procederá a [sic] investigação da procedência ou não da mesma, elaborando um parecer no qual deverá indicar, se for o caso, a punição a ser aplicada, para posterior deliberação do Conselho Deliberativo da Fetacre. No § 1º desse mesmo Art. diz que a Comissão no exercício de suas atribuições poderá solicitar informações e apresentação de documentos da Fetacre e do Sindicato.

Também no § 3º do mesmo Art. nos diz que cópia do parecer da Comissão de Ética será encaminhada ao dirigente ou entidade que esteja sendo investigado, bem como a data em que o Conselho Deliberativo apreciará a matéria, para que este, [sic] possa, querendo, apresentar sua defesa.

Um outro fator que comprova o desconhecimento da Diretoria da Federação, não só de seu próprio estatuto, mas também com relação ao estatuto de nosso sindicato, é que o Art. 61 do Estatuto do STR [Sindicato dos Trabalhadores Rurais] de Xapuri nos diz : Caso não sejam realizadas as eleições ou em caso de vacância da Diretoria, caberá à Federação dos Trabalhadores na Agricultura [sic] do Estado do Acre a convocação de uma assembléia geral para escolha da Junta Diretora, composta por três membros. O §2º diz que a referida Junta terá um mandato de 6 (seis) meses [sic] não de 4 (quatro) conforme consta em ata da Federação (TELES apud MACHADO, 2009).

Indignados com a tentativa de intervenção, a direção sindical, ao repudiar publicamente a conduta da Federação, reafirma a necessidade de um sindicalismo autônomo e de ampla democracia interna: “Reafirmamos nossa luta por um movimento sindical autêntico, sem que interferências tendenciosas tentem desprezitar a decisão da maioria dos trabalhadores” (TELES apud MACHADO, 2009). Apesar do malogro inicial, a FETACRE mantém a estratégia de intervenção, tentando ocupar o sindicato através da convocação de uma assembleia geral, conforme determina o estatuto. Contudo, os trabalhadores rurais ratificam em assembleia a vitória de Dercy Teles. Como último recurso, a Federação aciona o judiciário na perspectiva de anular as eleições, alegando que havia ocorrido irregularidades no processo eleitoral. A FETACRE afirma que havia fazendeiros, ou seja, pessoas que não tinham o “perfil” de trabalhadores rurais, filiados ao sindicato e que participaram diretamente do pleito como votantes. O curioso é que esses fazendeiros, essas pessoas sem o “perfil” de trabalhador rural, foram, em sua maior parte, filiados no período anterior à posse da atual diretoria, quando o sindicato estava sendo gerido por trabalhadores que mantinham uma postura de resignação ante a política imposta pelo governo do estado, sob a liderança do PT. Por fim, o recurso não procede, e a atual diretoria assume sem nenhum litígio jurídico o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

Essa mesma diretoria da FETACRE que articulou um golpe contra a atual diretoria do sindicato de Xapuri é, após dois anos, mais especificamente em 3 de julho de 2011, afastada do cargo. Acusações de inoperância na condução diária da Federação, classificada como

abandono de cargo, e a ausência constante de prestações de contas, tanto políticas quanto financeiras, incitam a votação a favor da dissolução da atual gestão, que tem como presidente a Sr.<sup>a</sup> Maria Sebastiana Oliveira Miranda. Após a dissolução, é estabelecida uma Junta Governativa para conduzir a Federação até a realização de uma nova eleição. Decorrente desse processo, é realizado nos dias 09 de 10 de dezembro de 2011, coordenado pela CONTAG, conforme decisão tomada em assembleia, o III Congresso Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Acre, tendo as seguintes temáticas centrais: a alteração do Estatuto Social da FETACRE e a eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal da Federação para o quadriênio 2011-2015. Em rigor, consideramos que o II Congresso Extraordinário merece um rápido destaque devido à instigante configuração política no que tange às relações entre Estado, governo, partidos políticos, confederação, federação, centrais sindicais e sindicatos.

Duas frentes concorrentes se apresentam como candidatas a ocupar a diretoria da Federação. Uma é inscrita sob a perspectiva de manter convergente a relação existente entre a FETACRE e o governo do estado, seguindo as diretrizes impostas pela cartilha governamental em relação às políticas públicas para o campo, e a continuidade da filiação da Federação à CUT. Nessa frente temos nomes como Sr. Rosildo Rodrigues de Freitas, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia e militante histórico do PT, como o candidato à presidência, e o Sr. Heliton Silva Freire, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco e também filiado ao PT, como candidato a vice-presidente. Já a outra frente, que é apoiada pelo sindicato de Xapuri, tem Manoel José dos Santos Bezerra, vulgo “Cumarú”, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tarauacá e, segundo ele, ex-filiado do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como candidato à presidência. Essa frente é conduzida pelo discurso da autonomia, mas não de enfrentamento da Federação em relação ao governo. Nesse sentido, podemos considerar que é a partir da categoria autonomia que se estabelece uma unidade discursiva na chapa encabeçada por “Cumarú”.

A despeito de um discurso centrado na autonomia, o que observamos em relação à frente opositora à política de controle do governo aos sindicatos e federações, é que havia na maioria de seus membros um forte intento político voltado apenas ao mero controle de poder da Federação. Sob este ângulo, temos uma clara demonstração de que o controle da Federação por essa frente tinha como objetivo central a inclusão de segmentos do sindicalismo que estavam ausentes do

controle de uma estrutura hierárquica superior aos sindicatos. Mediante análise, observa-se a influência e o interesse de centrais sindicais como a CUT e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) no resultado das eleições. Afinal, desde a saída da Corrente Sindical Classista da CUT e sua transformação em central sindical no ano de 2007, criando a CTB, vêm ocorrendo disputas pelas Federações entre as duas centrais. Nesta disputa, tínhamos, já no ano de 2009, 17 FETAGs de Trabalhadores Rurais filiadas à CUT e 6 FETAGs de Trabalhadores Rurais filiadas à CTB (ANAIS..., 2009).

É importante ressaltar que a atual legislação permite que haja a filiação de qualquer entidade representativa, sejam Sindicatos, Federações ou Confederações, às Centrais Sindicais. Nesse comenos, tínhamos tanto a CONTAG, quanto a FETACRE, filiadas à CUT. No entanto, no 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (10º CNTTR), realizado entre os dias 10 e 14 de março de 2009, foi aprovada a desfiliação da CONTAG à CUT devido a divergências em relação à estrutura sindical, no que tange à unicidade sindical, e o apoio de alguns setores da CUT em organizar outras estruturas sindicais no campo.

207. A relação da CONTAG com a CUT tem enfrentado dois problemas básicos. O primeiro é a divergência existente em torno da concepção da estrutura sindical. Historicamente a CUT sempre defendeu a ampla liberdade de organização sindical, com a possibilidade da criação de mais de uma entidade representante da categoria em uma mesma base. O MSTTR, por outro lado, tem reiterado em todos os seus foros de deliberação a manutenção do princípio da unicidade sindical como fundamental para assegurar o fortalecimento da estrutura sindical (ANAIS..., 2009, p. 59).

208. O segundo ponto é a insistência de alguns setores cutistas em apoiarem e incentivarem a constituição de outras estruturas sindicais no campo, a exemplo da Feraesp e, especialmente, da Fetraf. Esses setores desrespeitam a deliberação do 6º Congresso da CUT, em 2.000, que reafirmou a CONTAG como a entidade que representa os rurais. Estes dois problemas têm provocado permanentes conflitos entre as

entidades do MSTTR e a Central (ANAIS..., 2009, p. 60).

Ainda que a frente liderada por “Cumaru” não se apresentasse como uma frente pró-CTB, havia interesses notórios da Central na vitória desta chapa. Isto sucedia não apenas pela aproximação do candidato à presidência com o PCdoB, partido que constituiu e fomentou a Central, mas pela grande possibilidade de filiação da FETACRE à CTB, visto que a outra frente expressava a continuidade de filiação da Federação à CUT. Para exemplificar esse interesse, foi observada no dia da eleição a existência de militantes da CTB e do PCdoB na sede da Federação apoiando a chapa de Manoel “Cumaru”. Ao vencer facilmente as eleições após a retirada da frente liderada por Rosildo Rodrigues, devido a discordâncias nas deliberações tomadas em assembleia pela comissão eleitoral, principalmente com a impugnação da delegação do município acriano de Rodrigues Alves, “Cumaru” e outros membros da chapa comemoram junto com a nova Central o resultado.

Neste mesmo ano do III Congresso Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Acre, mais especificamente no dia 16 de maio, ocorreu o Grito da Terra Brasil 2011 na capital Rio Branco. Centenas de trabalhadores, mobilizados pela CUT-Acre e diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais se reuniram em frente ao palácio do governo do estado para exigirem melhores políticas públicas para a produção e a comercialização de produtos agrícolas, incluindo a melhoria de ramais e a facilitação ao crédito. No que concerne ao crédito agrícola, o movimento exigia a facilitação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para o pequeno produtor, pois, segundo denúncias de trabalhadores, o PRONAF, que foi uma conquista dos trabalhadores do campo, atualmente, não os beneficia.

Em rigor, o Grito da Terra 2011 na capital acriana, embora exprima uma luta legítima dos trabalhadores rurais, merece uma análise rápida de dois destaques. O primeiro é o apoio dado tanto por prefeituras vinculadas ao governo da FPA, quanto pelo gabinete do deputado federal pelo PT do Acre, o Sr. Sibá Machado (veja foto). O “paradoxo” desse destaque é que o movimento reivindica melhorias em ramais que são de responsabilidade dessas prefeituras, sendo estas apoiadas pelo referido deputado, seja em virtude da afinidade partidária, seja devido à constituição de alianças eleitorais. O segundo destaque refere-se ao posicionamento da CUT-Acre no Grito da Terra 2011. O histórico ex-

mantenedor da cadeira de presidente da Central no estado e atual secretário geral da entidade, o Sr. Manoel Lima, incansavelmente exaltava o governo da presidenta Dilma, mas por outro lado, constantemente, direcionava suas críticas à dificuldade de obter crédito rural nos bancos estatais, como o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia. Uma retórica patentemente demagógica, como se os bancos estatais não tivessem nenhuma relação direta com o governo federal.

Figura 04 – Cartaz do Grito da Terra Brasil 2011 no estado do Acre



Fonte: Elaborada pelo autor.

Vale destacar também o visível controle burocrático da Central no que tange ao diálogo entre a base e o governo do estado. O secretário geral da CUT-Acre, ajudado pelo deputado federal Sibá Machado, consegue centralizar e deliberar todas as decisões e reivindicações que implicam possíveis posicionamentos contrários aos interesses do governo, impedindo qualquer tentativa de consulta ou participação popular. Um controle facilmente orquestrado em consequência de uma atuação muito mais característica de uma plateia que aprecia as decisões, aguardando os acordos e as deliberações que são tomadas pelos “de cima”, do que de agentes sociais que interferem diretamente na realidade social. Uma característica bastante forte nos movimentos



sociais da atualidade, muito em virtude da atual conjuntura de esvaziamento de uma política de ação direta e do intenso e sucessivo processo de cooptação dos movimentos, tanto no Acre, quanto no Brasil, pelo governo estadual e federal, respectivamente.

Nestas circunstâncias, podemos considerar como sintomática a presença do governador Tião Viana no Grito da Terra 2011, em meio à aglomeração de trabalhadores rurais em praça pública. Para dar uma demonstração de compromisso e de preocupação com as reivindicações que emanam do campo, o governador, sem preocupação de qualquer incidente político, se faz presente ao Grito da Terra 2011. Articulada pelos cutistas, que constantemente exaltavam as atuais políticas públicas para o campo e as promessas de melhorias por parte do executivo acriano, a proposital e bem articulada visita caracterizou-se pelo direcionamento das reivindicações campestinas aos imperativos da atual política governamental. De maneira unilateral e sem provir da plateia vozes dissonantes que pudessem tecer críticas ou constranger o representante político, o governador exalta algumas necessidades para a produção rural e reafirma o compromisso com outras, como podemos perceber nesse trecho de seu discurso:

[...] quando a gente fala em produção rural, a gente não pode [deixar de] entender o desafio de 12.000 km de ramais que precisam ser trabalhados. A gente não pode deixar de entender o significado da política de saúde para os trabalhadores rurais, quer seja na hora que chegam à cidade em busca de um hospital, de uma consulta rápida a um exame, a uma cirurgia até a hora que o pai precisa garantir que o filho possa estudar... E ao mesmo tempo eu olho o Lula ter colocado luz para todos e ter viabilizado já, o “Luz para Todos”, para 37.000 famílias de trabalhadores rurais neste estado [...]. Mas ainda têm 13.000 famílias que precisam de “Luz para todos”, que precisam de energia na sua área de produção. Quando eu olho aqui os meus amigos da Transacreaana falando da produção das toneladas de farinha, pelo programa de “Casa de Farinha”, é o respeito que nós temos que chegar a pelo menos mais mil casas de farinha nesse estado para garantir uma produção [...]. Eu tenho o valor da história do feijão, da história do milho, da história do arroz, da história das hortaliças; pra

gente fortalecer trabalhador rural. Hoje o governo está entregando 8.000 ovelhas. A cada dia quinze dias estão chegando 400 ovelhas, [...] eu sei que quando forem entregues as 8.000, os trabalhadores vão querer mais 8.000 e mais 8.000 para atender a todo o mundo [...]. Hoje o governo está investindo 53 milhões de reais para a produção de coco e na industrialização do peixe no Acre. Eu sei que é um novo amanhã para os trabalhadores rurais [...] (informação verbal)<sup>47</sup>.

Ao pontuar essas importantes necessidades para o campo, o governo não apresenta nenhuma objeção às diversas exigências dos camponeses acrianos. A despeito de uma retórica convergente com as necessidades imprescindíveis para o trabalhador do campo, o problema real centra-se na efetivação prática. O seringueiro Osmarino Amâncio, ao tomar conhecimento dessas políticas públicas para o campo apresentadas pelo governador, questiona vários pontos, pois desconhece sua aplicação:

Esse governo tem se mantido pela retórica [...]. Eu não sei onde estão sendo entregues essas ovelhas. [...] Moro na reserva extrativista e lá não chegou energia, não chegou 'luz para todos'. Lá não chegaram essas ovelhas, pelo menos até agora (informação verbal)<sup>48</sup>.

Outro aspecto interessante a se destacar, não apenas em relação ao discurso do governador, mas também em relação às reivindicações dos camponeses, é que durante o Grito da Terra 2011 não foi feita nenhuma menção à questão da terra. Atualmente, o conflito de terra no Acre é considerado, principalmente por segmentos ligados à atual política desenvolvimentista, como um problema “resolvido”. Um exemplo bastante sintomático é a fala do ex-seringueiro Raimundo Barros, uma das principais lideranças do período de intenso conflito com os “paulistas”. Ele considera que a criação das reservas extrativistas solucionou todos os males no que concerne à posse da terra no estado do

---

<sup>47</sup> Tião Viana, em discurso proferido no Grito da Terra Brasil 2011 em 16 de maio de 2011, na cidade de Rio Branco.

<sup>48</sup> Osmarino Amâncio, em entrevista concedida ao autor em 31 de maio de 2012, na cidade de Rio Branco.

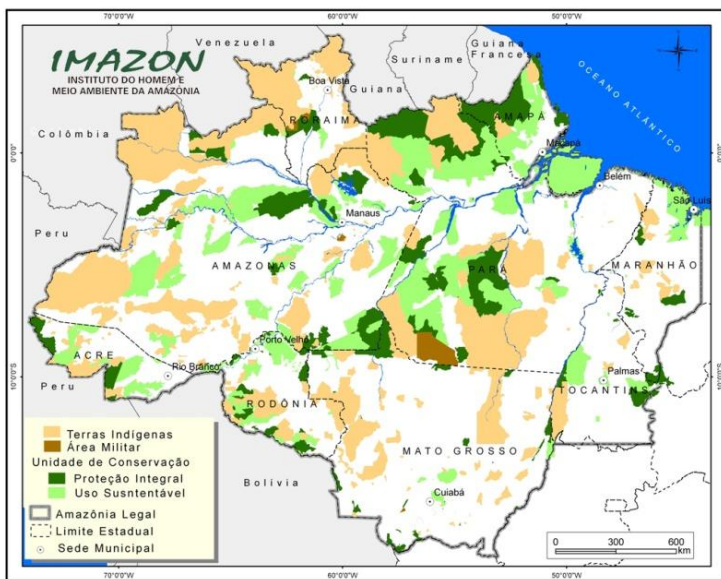
Acre: [...] eu tenho a dizer que a partir daí [criação da Reserva Extrativista Chico Mendes] acabou-se o conflito pela terra graças a Deus, hoje não só Xapuri, mas nessa região do Vale do Acre. Eu também não ouço nenhum comentário da região do Juruá que ainda haja conflito de terra (informação verbal)<sup>49</sup>.

A despeito da afirmação taxativa do senhor Raimundo Barros, consideramos que apresentar como solucionados os problemas relacionados à posse da terra, até por causa do histórico e eloquente estorvo referente a este tópico na história do Brasil, é uma estratégia para conter possíveis sublevações relacionadas a esta questão, bem como contrapor posicionamentos contrários a determinadas atividades produtivas degradantes que necessitam de grandes áreas de terra para sua viabilidade como, por exemplo, a exploração madeireira, o monocultivo de cana-de-açúcar e a manutenção e ampliação da pecuária; como ocorre hoje no estado. Numa perspectiva mais ampla sobre a questão, abrangendo toda a Amazônia Legal, podemos examinar que a demarcação da propriedade da terra através de áreas protegidas como a solução para a questão agrária, abriu caminho para a exploração de terras remanescentes, como podemos observar no mapa produzido pelo IMAZON e pelo Instituto Socioambiental (ISA). Nesse caso, o interessante a se destacar não são apenas as áreas protegidas, mas também as áreas não protegidas (cor branca), pois atenta-se para o livre usufruto a partir de atividades degradantes que, por consequência, possam futuramente ameaçar as regiões que são atualmente regidas pela proteção legal. No mapa, também podemos destacar as áreas que estão diretamente submetidas ao comércio de madeira pelo prisma do capitalismo verde, ou seja, as regiões de uso sustentável (cor verde-claro), a qual, segundo nossas análises, não corrobora com a preservação ambiental.

---

<sup>49</sup> Raimundo Barros, em entrevista concedida a Silvio Simione da Silva em 15 de outubro de 2003, na cidade de Xapuri.

Figura 05 – Áreas protegidas da Amazônia Legal em dezembro de 2010



Fonte: VERÍSSIMO, Adalberto et al., 2011, p. 15.

Ao analisarmos a inexorável ação do governo do estado contra as demandas contrárias a sua política econômica para o campo, observamos práticas que discorrem para a negação de garantias constitucionais como, por exemplo, a liberdade de expressão, conforme é proclamado pela Constituição Federal de 1988: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (CONSTITUIÇÃO..., 2007, p. 15). Em linhas gerais, apesar da liberdade de expressão ser uma garantia constitucional, observa-se no Acre o veto a sindicalistas, a oposições sindicais e a qualquer cidadão que busca utilizar os espaços das grades de programação de rádios locais, mesmo pagando pelo espaço, para tecer críticas à atual política governamental.

No município de Xapuri, a direção sindical reeleita, que tem uma gestão pautada na bandeira da autonomia sindical e na negação veemente de uma política de mercantilização da floresta sob os preceitos do capitalismo verde, como já falamos anteriormente, apresenta-se para o governo do estado não apenas como um incômodo, mas como uma possível ameaça aos acordos firmados com o mercado externo e ao seu

controle social no campo. Ao fracassarem as tentativas de controle do sindicato via eleições, justiça e federação, o governo, através da Secretaria de Comunicação do Estado, secretariado pelo Sr. Aníbal Diniz, determina a suspensão imediata do programa de rádio semanal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (ver ANEXO F).

O programa que desde o ano de 2006 ocupava a grade de programação da Rádio Educadora 6 de Agosto de Xapuri, organismo pertencente ao Sistema Público de Comunicação do Estado, não era uma concessão gratuita. Suas inserções iam ao ar conforme pagamento mensal no valor de R\$ 100,00. O governo, sabedor do poder e da importância que as rádios exercem sobre os seringueiros, pois é o principal mecanismo de comunicação e informação daqueles que vivem na floresta, intransigentemente, utilizou-se de seu poder de estado e optou pela censura ao sindicato. Ante o fato, a direção sindical de Xapuri recorre novamente ao blog de Altino Machado para tornar pública a censura. Em tom de repúdio, o sindicato expressa sua indignação: “[...] nós do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, repudiamos veemente essa ação antidemocrática e desrespeitosa do Secretário de Estado de Comunicação do Governo do Acre” (GOVERNO..., 2009). A direção sindical também criticou a apropriação indevida de um patrimônio público por grupos políticos:

Entendemos que a Rádio Educadora 6 de Agosto é um patrimônio público, portanto, [sic] deve estar a serviço da comunidade e não a serviço de grupos ou de pessoas que se dizem democráticos, mas não conseguem conviver com as adversidades (GOVERNO..., 2009).

A censura do governo às vozes dissonantes à sua política desenvolvimentista não se restringiu aos insubordinados de Xapuri. Em Epitaciolândia, município a 60 km de Xapuri, o líder seringueiro e sindicalista Osmarino Amâncio, que hoje se apresenta como oposição sindical à atual direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia<sup>50</sup>, teve seu programa “Resistência” retirado da grade de programação da rádio ECO FM logo após sua primeira edição. Na sua estreia, em outubro de 2011, o programa, que se propôs ser um espaço de denúncia da atual situação dos seringueiros na Amazônia acriana,

---

<sup>50</sup> Brasileia e Epitaciolândia são cidades vizinhas. Seu perímetro urbano é separado apenas pelo Rio Acre.

direcionou severas críticas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao plano de manejo privado praticado na Floresta Estadual do Antimary pela empresa Triunfo Laminados (analisaremos posteriormente os fatores que condicionaram as críticas feitas a esta empresa). Finalizada a primeira edição, o programa é retirado do ar sem nenhuma justificativa plausível, segundo relato de Osmarino Amâncio (CENSURA..., 2011). Sobre o ocorrido, o líder seringueiro faz a seguinte análise:

O governo se assustou, o ICMBio se assustou. A nossa proposta é de informar aos seringueiros o que vem acontecendo com os planos de manejo e o programa seria umas das ferramentas desse embate [impedimento] [...] (CENSURA..., 2011).

O que nos leva a entender que o cancelamento do programa “Resistência” foi um ato de censura decorre do controle que o atual governo do estado exerce sobre os meios de comunicação local. Com uma economia quase que exclusivamente dependente de recursos públicos, o governo apresenta-se como o principal empregador do estado e o principal ocupante dos espaços publicitários de várias mídias. Decorrente de seu poder econômico, ele consegue estabelecer um controle político sobre diversos rádios, sob a ameaça de não ocupar seus espaços publicitários. Uma condição que levou vários meios de comunicação, entre elas todas as TVs locais, a seguirem as imposições do atual “grupo” político que governa o estado do Acre e se constituírem como verdadeiros paladinos do “chefe supremo”. Assim, o programa “Resistência”, ao tecer críticas ao plano de manejo madeireiro e ao ICMBio, fez com que o governo utilizasse de seu poder sobre os meios de comunicação e retirasse o programa do ar.

Em rigor, o uso da censura para “calar” as opiniões contrárias à condução política- econômica do governo apresenta-se como uma das características de um estado de exceção. Segundo Giorgio Agamben (2004), o estado de exceção se apresenta como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Nesse sentido, no que concerne a essas censuras do governo do estado, ao se sucederem sob a perspectiva de eliminar – não no sentido físico, mas no teor verbal – esses sujeitos que se colocaram contrários ao atual direcionamento político, temos, em todos os aspectos, uma conjuntura pautada num estado de exceção.

O totalitarismo moderno pode ser definido [...] como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).

No mesmo mês em que transcorreu a suspensão do programa “Resistência”, ocorreu na Universidade Federal do Acre, mais especificamente entre os dias 03 e 07, a oficina “Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES: Salvação da Amazônia ou Armadilha do Capitalismo Verde?”. Por meio de uma proposta metodológica que não circunscrevia apenas eloquentes debates acadêmicos, mas também atividades *in loco* onde o capitalismo verde é implantado, o evento primou por uma análise da realidade a partir dos “de baixo”, ou seja, a partir dos trabalhadores rurais e contra o atual processo de mercantilização da natureza. Mediante este olhar, as diversas organizações sociais participantes, entre as quais destacamos alguns sindicatos rurais, organizações socioambientais e indígenas, bem como organizações de RESEXs e de Assentamentos Extrativistas; produziram a incômoda “Carta do Acre” (ver ANEXO G).

O seu texto apresenta uma patente análise crítica e um direcionamento delator dos reais efeitos da atual política desenvolvimentista e seus complementos legais. Uma de suas denúncias recai sobre Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (Lei nº 2.308, de 22 de outubro de 2010), na qual é manifestada a seguinte questão:

Pela lei, a beleza natural, a polinização de insetos, a regulação de chuvas, a cultura, os valores espirituais, os saberes tradicionais, a água, as plantas e até o próprio imaginário popular, tudo passa a ser mercadoria (CARTA..., 2011).

A Carta também denuncia a manipulação da figura de Chico Mendes como patrono de um capitalismo verde e a “intoxicação” existente no Acre em torno de um discurso ambiental sob a égide deste capitalismo esverdeado. Uma categorização provocada pela inserção do estado do Acre num laboratório do BID e do Banco Mundial desde o final da década de 1990 para “experimentos de mercantilização e privatização da natureza” (CARTA..., 2011). Por esse prisma, a Carta é finalizada de maneira enfática e sintomática: “Talvez em nenhum outro momento os pecuaristas e madeireiros tenham encontrado cenário mais favorável” (CARTA..., 2011). A “Carta do Acre” é assinada por diversas organizações sociais<sup>51</sup>, entre elas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e à oposição sindical a atual direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, na qual se destacam, conforme colocamos alhures, Dercy Teles e Osmarino Amâncio, respectivamente.

Nessa mesma época, moradores do seringal São Bernardo – colocação Centrinho, Catuaba e Cambito –, região próxima à capital acriana, denunciaram publicamente os efeitos danosos provocados pelo manejo madeireiro privado feito pela empresa Laminados Triunfo<sup>52</sup> em

---

<sup>51</sup> Assinam a “Carta do Acre”: Assentamento de Produção Agro-Extrativista Limoeiro-Floresta; Pública do Antimary (APAEPL); Amazonlink; Cáritas – Manaus; Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre (CDDHEP/AC); Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES); Comissão Pastoral da Terra – CPT Acre; Conselho Indigenista Missionário – CIMI Regional Amazônia Ocidental; Conselho de Missão entre Índios – COMIN Assessoria Acre e Sul do Amazonas; Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso – CUNPIR; FERN; Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC); Global Justice Ecology Project; Grupo de Estudo sobre Fronteira e Identidade - Universidade Federal do Acre; Instituto Madeira Vivo (IMV-Rondônia); Instituto Mais Democracia; Movimento Anticapitalista Amazônico – MACA; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC – Roraima); Nós Existimos – Roraima; Núcleo Amigos da Terra Brasil; Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental - Universidade Federal do Acre; Oposição Sindical do STTR de Brasileia; Rede Acreana de Mulheres e Homens; Rede Alerta Contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bujari (STTR - Bujari); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STTR- Xapuri); Terra de Direitos; União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira e World Rainforest Movement (WRM).

<sup>52</sup> A empresa Laminados Triunfo se instalou no Acre no ano de 2004, incentivada pelo então governador Jorge Viana, para exercer atividades no ramo madeireiro “sustentável”.



sua região. Os moradores divulgaram por escrito e através de fotos (veja, anexas, as fotos divulgadas pelos denunciante) os efeitos danosos do manejo, destacando os seguintes problemas: a) a obstrução dos igarapés, como o Vai-se-Ver e o Riozinho do Rola, que ocasiona a mortalidade de peixes, comprometendo uma das bases alimentares do seringueiro; b) o abandono, às margens de ramais, de entulhos de árvores e de terra que foram retiradas na abertura de estradas para o escoamento da madeira extraída. Um aglomerado que impede o deslocamento do seringueiro para suas estradas de seringa e castanha; c) o barulho de máquinas como, por exemplo, a motosserra, que afugenta a caça e implica a perda de uma de suas principais fonte de sobrevivência alimentar; d) o aumento de doenças respiratórias causadas pela poeira levantada pelo fluxo constante de caminhões que transportam a madeira (CRIME..., 2011). Os moradores também denunciaram o desrespeito da empresa Laminados Triunfo aos acordos firmados. Um exemplo bastante enfático em relação a esta questão é o caso do posseiro Manuel Careca que, mesmo acertado que não consentia a abertura de ramal dentro de sua colocação, não teve sua determinação acatada pela empresa (CRIME..., 2011).

Todas essas denúncias são apresentadas ao Ministério Público Estadual (MPE), na perspectiva de cancelar o contrato com a empresa madeireira. Ao constatar *in loco* o procedimento das denúncias, a promotora de Justiça e Meio Ambiente, Meri Cristina, requisita a solução dos problemas. No entanto, a promotora aceita apenas as denúncias que estão sob a jurisprudência ambiental, requisitando que os posseiros se dirijam à promotoria de conflitos agrários e de direitos humanos do MPE para tratar das questões referentes aos impasses entre eles e a empresa. Ao analisar o caso, O MPE adota a seguinte medida: recomenda ao Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) que suspenda de imediato as licenças expedidas à empresa Triunfo para a prática de manejo madeireiro “sustentável” na área em litígio (MORADORES..., 2011). Decorrente desse processo, o Ministério Público Federal do Acre (MPF/AC) entra em cena, e através de seu procurador, o Sr. Anselmo Henrique Cordeiro, recomenda ao ICMBio que na área em conflito seja criada a Reserva Extrativista do Riozinho do Rôla, estabelecendo o final do ano de 2012 como prazo limite para a finalização do processo. Mediante recomendação, o procurador entende que há uma deferência a favor dos direitos das populações tradicionais, dado que a Reserva Extrativista é um meio de proteger sua cultura e seus meios de vida.

A Resex [Reserva Extrativista] teria como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, além de contemplar dispositivos previstos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que prevê proteção aos direitos humanos das populações tradicionais e o direito de receberem apoio governamental para desenvolvimento de suas atividades (MPF/AC..., 2011).

As denúncias contra a empresa Laminados Triunfo não se restringe à região que abrange o seringal São Bernardo. No mesmo período em que os moradores das colocações Centrinho, Catuaba e Cambito lutavam contra os efeitos devastadores causados pela Laminados Triunfo, na Floresta Estadual do Antimary denúncias de crimes ambientais também ecoavam contra a empresa. Essas denúncias e a investigação feita pelo Ministério Público repercutem além da Amazônia. A revista Istoé (edição 2188, de 14 de outubro de 2011) publica uma matéria intitulada “O Golpe Verde”, assinada pelos jornalistas Isabelle Torres e Vasconcelo Quadros, que relatam as denúncias de crime ambiental praticado pela empresa<sup>53</sup>. Nessa reportagem há uma fala do trabalhador rural Arnôr Nascimento Barreto, morador da Floresta Estadual do Antimary, que descreve a atual realidade das áreas em que o manejo madeireiro foi colocado em prática: “Eles disseram que em 25 anos dá para tirar de novo árvores do mesmo porte. Duvido. Já faz sete e as que ficaram, de tão finas, só servem para cabo de vassoura e palito de dente” (BARRETO apud TORRES; QUADROS, 2011). Esse relato é bastante significativo, pois diverge do discurso oficial propagado pelos defensores do manejo madeireiro “sustentável” de que num prazo de 30 anos as áreas exploradas estarão propícias para uma nova extração, em virtude da autorregeneração da floresta nesse período.

Ante as diversas denúncias e incisivas críticas a sua política desenvolvimentista, o governo do estado não tarda a reagir. Primeiramente, ele pressiona as organizações que mantêm convênios com o governo para retirarem suas assinaturas da “Carta do Acre”, na

---

<sup>53</sup> É interessante destacar que essa edição da revista não foi encontrada nas bancas de jornal do estado do Acre. Segundo relato dos vendedores, assessores do governo do estado compraram todos os exemplares disponíveis.

tentativa de deslegitimar a amplitude das críticas e reduzir os juízos contrários a sua política. Em seguida, o governo mobiliza diversos sindicatos rurais e urbanos, a FETACRE, e as centrais sindicais CUT e CTB, a assinarem um manifesto intitulado “Em defesa do Acre: para não voltar ao passado”<sup>54</sup> (ver ANEXO H), que defende a prática do manejo madeireiro e a política de “desenvolvimento sustentável”. Além

---

<sup>54</sup> Assinam o manifesto: Central Única dos Trabalhadores – CUT; Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado do Acre – FETACRE; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Assis Brasil – STR ASSIS BRASIL; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rio Branco – STR RIO BRANCO; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município do Bujari – STR BUJARI; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Brasileia – STR BRASILEIA; Oposição Sindical da Atual Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – OPDSTR – XAPURI; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Mâncio Lima – STR MANCIO LIMA; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Plácido de Castro – STR PLÁCIDO DE CASTRO; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rodrigues Alves - STR RODRIGUES ALVES; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Porto Walter – STR PORTO WALTER; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Acrelândia – STR ACRELÂNDIA; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Senador Guimard – STR SENADOR GUIOMARD; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Acre – SINJAC; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos do Estado do Acre – SINDOMESTICO; Sindicato dos Fiscais do Município de Rio Branco – SINFISMURB; Sindicato dos Servidores Municipais – SSEMURB; Sindicato dos Mototaxistas do Município de Rio Branco – SINDMOTO; Sindicato dos Profissionais de Máquinas Pesadas e Terraplanagem do Estado do Acre – SINTRATERRA; Sindicato dos Agentes de Endemias e Saúde do Estado do Acre – SINDACS; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre – SINTEAC; Sindicato dos Industriários do Estado do Acre – SINTIACRE; Sindicato dos Frentistas e Trabalhadores no Comércio de Derivados de Petróleo no Estado do Acre – SINFTDPAC; Cooperativa dos Produtores Rurais da Transacreaana – COOPERMATE; Organização da Economia Solidária – UNISOL; Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – SEÇÃO SINDICAL – CPAF/AC; Sindicato Nacional dos Aeroviários do Brasil – SEÇÃO SINDICAL/AC; Sindicato dos Servidores Municipais de Bujari – SINDSMUB; Oposição à Direção dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Acre – SINTSAC – OPDSINTESAC; Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Particular do Acre – SINTERPAC; Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Capixaba – SINFUNPM e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capixaba - STR-CAPIXABA.

disso, o governo se utiliza de seu controle sobre a imprensa local e incita a publicação de diversas matérias que apresentam uma realidade contrária às denúncias, principalmente aquelas relacionadas à Floresta Estadual do Antimary.

Em relação ao manifesto “Em defesa do Acre: para não voltar ao passado”, constata-se um texto que busca renegar a conotação popular em que emergem as críticas, direcionando-as a setores oposicionistas ao governo que aspiram apenas alcançar o poder institucional. O documento não apresenta nenhuma referência negativa à prática exploratória da floresta centrada na mercantilização dos bens naturais. As recentes denúncias que proporcionaram a extensão das críticas ao manejo madeireiro, ultrapassando os limites do solo amazônico, são consideradas pelo manifesto como imperfeições pontuais, existentes em alguns casos de manejo madeireiro privado. Seus signatários exaltam o manejo madeireiro comunitário como uma prática de grande benefício aos trabalhadores rurais acrianos (VERGONHA..., 2011). São enfáticos ao afirmar que a exploração madeireira é o caminho propício para ganhos socioeconômicos e ambientais para o Acre:

A floresta é um grande potencial econômico do estado e como tal deve ser explorada, garantindo a floresta em pé, manejada com sustentabilidade e com retorno social para as comunidades (VERGONHA..., 2011).

Como se observa com justeza, a posição em defesa do governo e sua política de desenvolvimento por entidades representativas de classe, na qual destacamos os STRs de Brasileia e de Rio Branco, corrobora com as análises de cooptação de sindicatos, centrais sindicais e outras organizações sociais ao governo. Pelo exposto, não existe nenhum direcionamento dessas entidades em defesa daqueles que tecem, legitimamente, críticas ao manejo madeireiro e padecem com as consequências aviltantes dessa atividade. O que há, notoriamente, é uma defesa incontestada destes organismos de classe ao projeto a extração de madeira certificada das florestas do estado e, conseqüentemente, ao seu viabilizador, o governo do estado, e seu executor, a empresa Laminados Triunfo.

Do que foi exposto, consideramos interessante pormenorizar duas questões. A Primeira corresponde à empresa Triunfo e sua postura em relação às acusações. Por seu lado, através de seu proprietário, o Sr. Jandir Santin, a empresa presta por escrito esclarecimentos e se coloca à

disposição para averiguação *in loco* das denúncias. O empresário tenta restringir as críticas a pequenos grupos insatisfeitos, garantindo que a maioria dos moradores não converge com as denúncias, principalmente os da Floresta Estadual do Antimary, entendendo que “as famílias estão na sua maioria satisfeitas com o retorno que a floresta está lhe proporcionando” (SANTIN..., 2011). Em sua defesa, o madeireiro busca submeter as denúncias na dicotomia estabelecida, mediante concepção liberal, entre esfera socioeconômica (sociedade civil) e esfera política (Estado). Santin exprime que as acusações são oriundas de ações políticas e não sociais, principalmente quando a Assembleia Legislativa do Estado do Acre se insere nos debates em torno das denúncias. Neste caso, em estilo irônico, ele declara:

Temos a impressão que neste caso em especial, é mais político do que social. Portanto, pedimos aos “nobres deputados” que, por favor, não é saudável e bem visto para a sociedade, envolver o setor privado para assuntos políticos e até sugerimos que se for falta de “bons Projetos para se debater na Assembléia”, nós nos colocamos a [sic] disposição para até humildemente auxiliá-los em ‘projetos’ com causas mais nobres e importantes, que sem dúvida é o que o Estado mais esta precisando neste momento (SANTIN..., 2011).

Nestas implicações, o empresário tende a recorrer ao valor trabalho, como *imperativo da necessidade*, requerendo “encarecidamente” que os deixem trabalhar. Afinal, segundo Santin, além de ser essa a função do empresário, isto é o que eles sabem e querem fazer (SANTIN..., 2011). O “apelo” do madeireiro é uma tentativa desesperada de ocultar os efeitos negativos, tanto humano quanto socioambiental, que sua atividade empresarial provoca. Por fim, ele recorre à importância da sua empresa enquanto geradora de emprego, nem que seja, como ele mesmo afirma, dos “modestos” 600 empregados diretos (SANTIN..., 2011). Decorrente dos fatos, Santin exige que seus empregados se manifestem contra as críticas que se propagavam, fato que ocorreu em 20 de outubro de 2011 nas galerias da Assembleia Legislativa do Estado e em seu entorno<sup>55</sup>, sob a ameaça de

---

<sup>55</sup> Sobre a manifestação, consultar: GUERRA do Manejo: Madeireiros e seringueiros lotam a galeria Marina Silva. **AC24horas**. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2011/10/20/guerra-do-manejo-madeireiros-e->

que a proibição de sua licença para exploração florestal nas regiões em contenda forçaria a demissão de seus trabalhadores.

A segunda questão provém das matérias jornalísticas acerca da “real” situação da Floresta Estadual do Antimary. Na perspectiva de deslegitimar as denúncias e promover o manejo madeireiro, tanto o privado, quanto o comunitário e o público, a imprensa local, convergente com o governo estadual, produz duas reportagens de capa. Uma é publicada no jornal O Rio Branco (O Rio Branco, edição nº 10.138, de 23 de outubro de 2011), intitulada “A Polêmica sobre o Antimary – mitos, verdades e mentiras de uma reserva extrativista<sup>56</sup> nos tempos da florestania” e assinada por Stalin Melo. Já a outra reportagem é impressa no jornal Página 20 (Página 20, ano XVII, nº 4.555, de 18 de outubro de 2011), com o título: “A Verdade sobre o Antimary”. Embora o teor da reportagem atente fundamentalmente para os benefícios da atividade madeireira na região, um ponto importantíssimo merece nosso destaque. Nas duas matérias é notório encontrar conteúdos intimidadores destinados aos moradores da região para que aceitem o manejo madeireiro. Uma das intimidações pauta-se em possíveis prejuízos financeiros aos moradores caso a atividade madeireira na região seja suspensa, visto que perderiam a renda garantida pelo manejo. A outra intimidação refere-se à posse da terra. É informado aos moradores da Floresta Estadual do Antimary que eles não têm a propriedade legal sobre a terra em razão de ser uma área pública. Nesse caso, sua permanência no local só é possível em virtude da condescendência do governo estadual.

A exploração é feita em uma área pública que não pertence aos moradores da reserva do Antimary, que são beneficiados pelo caráter social que o governo do Estado dá à exploração na área. E pela

---

seringueiros-lotam-a-galeria-marina-silva/>. Acesso em: 20 out.2011.; DIAS, Joelson. Governo do Acre se articula com empresários madeireiros para preservar manejo predatório na Floresta Estadual do Antimary. **AC24horas**. Disponível em: <<http://insurgente coletivo.blogspot.com/2011/10/governo-do-acre-se-articula-com.html>>. Acesso em: 21 out. 2011. e SOUZA, Israel. Defesa do manejo: peleguismo em larga escala, ameaças e apologia ao crime. **Insurgente Coletivo**. Disponível em: <<http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2011/10/defesa-do-manejo-peleguismo-em-larga.html>>. Acesso em: 22 out. 2011.

<sup>56</sup> O jornalista que assina a matéria do jornal O Rio Branco errou em classificar a Floresta Estadual do Antimary como Reserva Extrativista.

celeuma política causada com a exploração da madeira na área, corre à boca miúda que a Triunfo não estaria mais interessada em continuar explorando a reserva. Nem ela e nem outra empresa. Se verdade, os moradores correm o risco de ficar sem a renda garantida para o ano que vem (MELO, 2011, p. 4-A)

Na prática, o governo do Estado está cedendo o seu patrimônio florestal para benefício direto das famílias, sendo essa uma das suas fontes de renda, pois, além disso, as famílias obtêm renda do extrativismo, agricultura familiar e criação de animais (A VERDADE..., 2011, p. 10-11).

Não obstante a crise e as denúncias geradas em torno do modelo de desenvolvimento pautado numa economia verde, o governo do estado renova a licença da empresa Laminados Triunfo e amplia a extração madeireira manejada. É autorizada através do IMAC uma Licença de Operação – LO Nº 425/2011 – para que a empresa possa explorar uma área florestal equivalente a 461,7231 hectares por um período de dois anos (MATOS, 2011). Mediante iniciativa, podemos considerar que essa postura presunçosa do governo do estado, além de ser um aviso tranquilizador aos acordos firmados com o BID para a aplicação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, também objetiva mostrar aos setores críticos que seus questionamentos são irrelevantes ante o seu “acertado” modelo de desenvolvimento. Essa altiva postura é bem enfatizada na fala do Sr. Edvaldo Magalhães, atual secretário de Indústria, Ciências e Tecnologia do estado, numa reportagem para um sítio de notícias:

O debate [sobre o manejo madeireiro] ficou muito distorcido, todo mundo sabe que a riqueza que o Acre tem é sua floresta. Só tem três formas de tratar: ou cortando raso – e nós fugimos desse aspecto – ou protegendo de forma total. A terceira e única saída econômica e sustentável é o manejo [...] (EXPLORAÇÃO..., 2011).

A emergência nos últimos anos de diversas vertentes críticas ao modelo de “desenvolvimento sustentável”, ratificando nossas análises iniciais, demonstra claramente uma configuração contra-hegemônica.

Tomando por base Gramsci, é notório observar uma configuração ascendente do poder coercitivo quando os intelectuais orgânicos do Estado não conseguem manter um direcionamento hegemônico estável. Assim, decorrente do crescimento dessas forças críticas, observa-se também a ascensão de ações coercitivas. No Acre, essa ascensão coercitiva por parte do Estado é facilmente constatada, conforme apresentamos. Nela podemos destacar: a) no despacho do magistrado que altera a regra eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri; b) na tentativa de intervenção da FETACRE (órgão outorgado pelo Estado) no mesmo sindicato; e c) no controle do governo do estado sobre a imprensa e os seus atos de censura aos sindicalistas contrários às suas diretrizes políticas. Em suma, a despeito da taxativa reafirmação do governo estadual de que a atual política de desenvolvimento para a Amazônia acriana mantém-se inalterada, é inegável que há um gradativo processo de declínio hegemônico em torno desta sustentabilidade fundada nos pilares de um capitalismo verde, ainda que, no momento, seus críticos não consigam estabelecer resultados superiores a denúncias e questionamentos sem efeitos imediatos que garantam sua rejeição social de maneira hegemônica.

#### 4.2 A (IN)SUSTENTABILIDADE E OS SINDICATOS

O sindicalismo rural no Acre não se caracteriza apenas por uma restrição à autonomia em razão de uma estrutura sindical de estado, mas também em virtude de uma relação de subordinação aos imperativos políticos do atual governo. Contudo, como não analisamos os sindicatos como organizações totalmente entregues à estrutura sindical, bem como as imposições de um governo que consiga manter plenamente a cooptação de sindicatos, temos por perspectiva estudar a construção orgânica e contra-hegemônica, tanto de lideranças, quanto de categorias sociais e políticas que se colocam como agentes da história, mesmo sob uma configuração política que apresenta dificuldades em estabelecer um caráter organizativo e de mobilização social com autonomia.

Em face do exposto, ao ter como análise final o sindicalismo rural no estado do Acre no que tange a seu posicionamento político ao “desenvolvimento sustentável”, observamos a existência de uma contradição entre setores do sindicalismo rural acriano a este projeto desenvolvimentista. Sob este ângulo, com base em nossa delimitação metodológica, temos por um lado a direção sindical do município de Xapuri e a oposição sindical à atual direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, expressado em figuras históricas



como Dercy Teles e Osmarino Amâncio, os mantenedores de uma posição crítica a este modelo de desenvolvimento. Por outro lado, temos outras direções sindicais, mais especificamente as dos STRs de Rio Branco e Brasileira, os mantenedores de um posicionamento sindical. Já em relação aos camponeses sindicalizados, o que observamos é uma compreensão pouco estruturada sobre este modelo de desenvolvimento, mantendo um posicionamento tênue entre a aceitação e a crítica. Essa variação é bastante influenciada por alguns fatores, sendo que podemos destacar, como uma das principais, as benfeitorias estruturais e os ganhos econômicos.

Sobre as benfeitorias estruturais e os ganhos econômicos, é interessante compreender melhor como isto procede. O governo estadual, ao estabelecer políticas públicas para o campo sob a égide de um capitalismo verde como, por exemplo, a aplicação de um plano de manejo madeireiro “sustentável”, incorpora em seu projeto alguns benefícios estruturais e econômicos ao trabalhador rural, como: a abertura de ramais, a iluminação elétrica nas residências<sup>57</sup> e uma determinada renda procedente do corte das árvores. Agraciados pelas benfeitorias e “convencidos” pela retórica de que a extração da madeira é feita de forma racional, sem prejudicar a floresta, os seringueiros dessas regiões, em sua maioria, quando não tecem elogios ao manejo, apresentam uma comodidade pelo silêncio. Já as regiões em que existe uma resistência e uma veemente negação à implantação de um plano de manejo madeireiro, os benefícios associados ao plano não são aplicados, conforme relato de Dercy Teles:

[...] os benefícios [estruturais] são condicionados à aceitação [do manejo madeireiro] porque, segundo o governo, não tem como investir na abertura de ramal em área que não tem produção, e o produto ao qual ele se refere é a madeira (informação verbal)<sup>58</sup>.

Outro aspecto interessante a se destacar na relação seringueiro e “desenvolvimento sustentável”, é a dificuldade em compreender que o

---

<sup>57</sup> A expansão da iluminação elétrica nas áreas rurais é um projeto do governo federal, denominado “Luz para Todos”. O projeto foi facilmente implantado no Acre em virtude da aproximação entre o governo federal e o governo estadual, ambos do PT.

<sup>58</sup> Dercy Teles, em entrevista concedida ao autor em 15 de junho de 2012, na cidade de Rio Branco.

aparelho estatal, ao fomentar a mercantilização dos bens naturais, coloca-se como principal inimigo daqueles que necessitam da floresta para sobreviver. Uma compreensão bastante diferente da época em que os “paulistas” chegaram para implantar a pecuária. Nesse período, os seringueiros tinham clareza, muito em virtude das ações de expulsão de suas terras, que os fazendeiros que aqui chegavam eram os destruidores da floresta e, conseqüentemente, seu inimigo imediato, embora fosse o Estado brasileiro que viabilizasse, através de seu projeto de desenvolvimento de “economia aberta” e destruidora, a chegada desses inimigos, conforme vimos no capítulo II deste trabalho. Por meio dessa análise, Dercy Teles é bastante taxativa ao considerar o governo do estado como o atual inimigo dos trabalhadores no Acre, a despeito de ela não fazer referência à existência de uma relação direta entre o Estado brasileiro e os fazendeiros na época ditatorial:

[...] são poucas as pessoas que percebem quem é nosso inimigo de classe, porque antes isso era nitidamente claro. A nossa luta sindical aqui iniciou tendo como inimigo os novos donos da terra que eram os pecuaristas que vinham do sul e centro oeste que se instalaram aqui para desenvolver a pecuária intensiva de corte. Hoje, a gente tem um inimigo pior do que esses que passaram, que é o poder do Estado [sua compreensão, neste caso, restringe a concepção de Estado como sendo apenas governo]. Que é um poder esmagador. Detém todos os poderes e a gente fica sem saber lidar com essa situação. Porque os trabalhadores em si são poucos, a nível geral, que concebem esse novo inimigo (informação verbal)<sup>59</sup>.

Não diferente das considerações de Dercy Teles, Osmarino Amâncio ratifica o posicionamento da sindicalista ao afirmar ser o governo do estado o atual inimigo dos seringueiros. Em entrevista a um sítio de notícias local, o sindicalista afirma que a luta não é mais contra o madeireiro, mas contra o governo e sua política de manejo madeireiro (OSMARINO..., 2011). Sem titubear, o líder seringueiro declara que: “[...] o manejo tá expulsando o seringueiro de sua colocação, tirando a

---

<sup>59</sup> Dercy Teles, em entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2011, na cidade de Xapuri.

dignidade dos extrativistas, dos índios, tirando a biodiversidade. Isso vem acontecendo em Santa Quitéria, no Antimary” (OSMARINO..., 2011). Diante desse quadro, ele considera que as consequências da política voltada ao manejo madeireiro no Acre não difere da que ocorreu no período de intenso conflito entre os seringueiros e os “paulistas”, em que a expulsão para a Bolívia e para as periferias das cidades era um caminho quase que natural para aqueles que “aceitavam” as determinações de desocupação da terra reclamada pelos fazendeiros (OSMARINO..., 2011).

Nessa nossa linha de argumentação, a partir da existência de uma contradição sindical em torno do “desenvolvimento sustentável”, é necessário considerar que no universo que circunscreve os trabalhadores rurais, não existem apenas posições contrárias em relação a esta questão. Como podemos observar, quando a centralidade da questão envolve o manejo madeireiro “sustentável”, existem tanto opiniões dúbias quanto a inexistência de opinião. Um exemplo sintomático de posicionamento dúbio é a fala do presidente da Associação de Produtores Rurais Nossa Senhora de Fátima, o Sr. Francisco Carlos Withs de Lima, mais conhecido como Chiquinho do Moreno Maia, residente no Projeto de Assentamento Moreno Maia, no município de Rio Branco. Indagado sobre o manejo madeireiro “sustentável”, seu Francisco, a princípio, defende esta atividade, afirmando que: “É preciso [esse tipo de manejo madeireiro] senão acaba [a floresta]. É preciso fazer!” (informação verbal)<sup>60</sup>. No decorrer da entrevista, ele retoma sua análise, considerando o problema da fiscalização como uma questão que inviabiliza “corretamente” a atividade madeireira “sustentável”:

Na minha opinião, as pessoas que fazem esse tipo de manejo, trabalha esse tipo de manejo, não aplica corretamente a norma porque não tem fiscalização (informação verbal)<sup>61</sup>.

Por fim, sua posição muda espontaneamente, e seu Francisco Withs passa a condenar veementemente essa atividade: “Manejo é uma forma de se legalizar o que era ilegal. Era ou é! O manejo é uma forma de

---

<sup>60</sup> Francisco Carlos Withs de Lima (Chiquinho do Moreno Maia), em entrevista concedida ao autor em 11 de junho de 2011, na cidade de Rio Branco.

<sup>61</sup> Francisco Carlos Withs de Lima (Chiquinho do Moreno Maia), em entrevista concedida ao autor em 11 de junho de 2011, na cidade de Rio Branco.

extrair a madeira de forma legal, embora sendo uma grande agressão à natureza” (informação verbal)<sup>62</sup>.

A despeito da ascensão crítica ao modelo de desenvolvimento, principalmente ao manejo madeireiro “sustentável”, ainda se observa entre vários trabalhadores rurais uma postura em defesa dessa atividade, pautada no discurso de ser a única alternativa viável para a preservação da floresta e de ser uma fonte importante de renda para os seringueiros. Um exemplo bastante enfático dessa defesa é a posição dos moradores do PAE Cachoeira, reduto da família de Chico Mendes, e do PAE Equador, localizado dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes. Nessas regiões, os seringueiros são incisivos quanto ao benefício do manejo madeireiro. Para a maioria, esse método de extração de madeira é viável, pois não prejudica a vida na floresta, apesar de alguns atentarem para o distanciamento da caça no período de corte das árvores devido ao intenso barulho das motosserras. Contudo, segundo os moradores, ao finalizar o processo de corte, os animais retornam, viabilizando novamente a caça. Neste comenos, há de se observar que esses elogios não são gratuitos. Nesses PAEs há um grande investimento estrutural por parte do governo do estado. Há energia elétrica e o ramal de acesso, embora não seja asfaltado, está sempre em excelente estado. Afinal, a madeira precisa ser escoada.

Nos PAEs em questão, observa-se uma retórica bem articulada a favor do manejo madeireiro “sustentável”. Quando indagados sobre essa atividade, a resposta da maioria dos entrevistados converge com o discurso oficial, tão propagado pelo governo do estado. Afirmando que esse corte seletivo garante não apenas a conservação da floresta, mas sua autorregeneração, como podemos observar na fala de uma moradora do PAE Equador:

Se você chegar, andar, onde foi tirado o primeiro manejo, você não percebe que ali foi tirada aquela madeira, que derrubou tanta coisa. Ele tá quase normal. Nem parece que passou uma máquina ali, que foi derrubada árvore (informação verbal)<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Francisco Carlos Withs de Lima (Chiquinho do Moreno Maia), em entrevista concedida ao autor em 11 de junho de 2011, na cidade de Rio Branco.

<sup>63</sup> Maria José da Silva, moradora da RESEX Chico Mendes, no PAE-Ecuador, em entrevista concedida ao autor em 27 de agosto de 2011, no município de Xapuri.

O interessante dessa entrevista é que, ao ser perguntada sobre o local em que foi feito esse primeiro manejo, a moradora não conseguiu identificar, desconversando em seguida. Neste caso, observa-se um notório desconhecimento empírico, que dá a entender que há uma fácil aceitação dos dados produzidos e propagados por terceiros sobre os resultados do manejo; e que, posteriormente, é reproduzido pelos moradores de forma *ipsis litteris* como verdade absoluta. Não diferente da entrevistada, o Sr. Marivaldo Tavares Mendes, morador do PAE Equador e primo em 2º grau de Chico Mendes, também desconhece os locais em que a atividade do manejo obteve resultados positivos, apesar de ser um defensor da ideia de autorregeneração da floresta a partir da aplicação correta das técnicas de manejo. Nesse ínterim, ele nos informa que é a equipe da COOPERFLORESTA que explica aos moradores os benefícios do manejo madeireiro “sustentável”, destacando a não devastação ambiental e o processo de autorrecuperação da área explorada.

[...] daqueles 10 hectares eles selecionam a madeira, tiram só aquelas árvores maior [sic]. Tira a avó e a mãe, e fica a filha, que é aquelas árvores mais pequena [sic]. Aí, através dos anos, daqui a 10 anos, aquela área que tirou aqueles 10 hectares está quase toda no jeito de novo [...]. Eu já vi muito em palestras que a madeira chega [a ter dimensões iguais às extraídas anteriormente]. A equipe da COOPERFLORESTA de Xapuri é que tem essa base todinha (informação verbal)<sup>64</sup>.

Para o sindicalista Osmarino Amâncio, esse discurso hegemônico em defesa da manutenção da floresta através do manejo madeireiro não condiz com a realidade. Ele repudia qualquer afirmação que garanta, com esse método de corte, haver uma autorregeneração da floresta num período determinado, seja de 10, 20 ou 30 anos. Sua crítica toma por base seu conhecimento tradicional, utilizando, como exemplo, as observações feitas por ele em sua colocação, localizada dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes, no município de Brasileira: “Na minha colocação eu plantei cumaru e sumaúma e com vinte anos elas não engrossaram 20 cm de diâmetro” (OSMARINO..., 2011). Ele

---

<sup>64</sup> Marivaldo Tavares Mendes, morador da RESEX Chico Mendes, no PAE-Equador, em entrevista concedida ao autor em 27 de agosto de 2011, no município de Xapuri.

denuncia que esse tipo de discurso é apenas para adiar os efeitos concretos. Segundo o líder seringueiro, “estão destruindo árvores com 120 anos dizendo que ela se recompõe. Claro que daqui a 30 anos o estrago já estará feito” (OSMARINO..., 2011).

Ao denunciar os efeitos nefastos que o manejo madeireiro pode causar, Osmarino Amâncio recorre ao que vem ocorrendo na Floresta Estadual do Antimary para exemplificar. Segundo ele, a extração madeireira no Antimary não respeita o limite de árvores a serem cortadas de acordo com o que foi estabelecido em projeto, nem o tempo de existência das árvores, conforme entrevista abaixo. Uma prática, que a nosso ver, não é de se estranhar dentro da lógica do modo de produção capitalista, em que o valor de mercado sobressai a qualquer valor histórico ou natural na busca alucinada pelo lucro.

[...] o manejo madeireiro no Antimary já vão gastando quase 40 milhões de reais e o povo está mais pobre no Antimary, só que a diferença é que eles não têm mais caça porque os Skides [trator florestal] que entraram na floresta espantaram todas as caças e acabaram com as madeiras de lei. Eles dizem que cada projeto de manejo madeireiro vai tirar 8 espécies. Começa com o corte seletivo e termina com o corte raso. Diz que são 8 espécies e fazem 80 espécies, então vão tirando tudo e falam que essas árvores, essa região, se compõe em 30 anos. O carbono 14 já mostrou que a árvore mais nova que eles estão retirando é a samaúma que tem 200 anos de existência, mas nós exportamos árvores de 1.300 anos como é o caso do cumarurero e a cumarurana [...] (informação verbal)<sup>65</sup>.

Nos PAEs Cachoeira e Equador, região que circunscreve o perímetro de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, há uma enorme rejeição à política da atual direção sindical em razão de sua posição contra o manejo madeireiro “sustentável”. Não existe convergência política entre a maioria dos moradores dessa área, principalmente o clã dos Mendes<sup>66</sup>, com Dercy Teles e seus

---

<sup>65</sup> Osmarino Amâncio em entrevista concedida à Prof.<sup>a</sup> Maria de Jesus em 12 de julho de 2009.

<sup>66</sup> Há de se destacar que a maioria dos primos de Chico Mendes tem no manejo madeireiro comunitário uma de suas principais atividades econômicas, como foi

correligionários. Diferentemente do posicionamento político do sindicato de Xapuri, boa parte desses moradores se apresentam como defensores e porta-vozes do manejo madeireiro comunitário, afirmando que essa atividade não é contraditória às ideias de Chico Mendes. Para alguns primos de Chico Mendes, como o senhor Sebastião Teixeira Mendes, em virtude dessa técnica de corte seletivo de árvores, via manejo, não “destruir” a floresta, isso converge, segundo ele, ao que o seu primo falava, embora o manejo não fosse uma questão debatida na época em que Chico estava vivo:

Ele [Chico Mendes] dizia que o morador da floresta devia viver dela sem destruir, de uma forma legal [...]. Chico Mendes não falava em manejo, ele falava que o seringueiro deveria viver bem lá no lugar dele, sem destruir a floresta (informação verbal)<sup>67</sup>.

Segundo o senhor Nilson Mendes, outro primo de Chico Mendes, se o líder seringueiro estivesse vivo, ele estaria a favor da extração de madeira, pois sua luta não estava fundada numa ideia de reserva extrativista como santuário ecológico:

[...] se você assistisse aos filmes que Chico fez [o entrevistado está se referindo a documentários feitos sobre Chico Mendes], você ia lembrar uma frase que ele falou assim: a reserva extrativista não é aquele santuário que muitos estavam fazendo, as reservas biológicas [...], que mesmo sendo uma reserva biológica, havia gente lá dentro sobrevivendo. E as reservas extrativistas significavam uma reserva que fosse extrativa, mas de forma sustentável. Mas que, naquele momento, o grito dos sindicatos era exatamente pela existência do homem na terra, não pela questão produtiva. Porque quando Chico morreu em 88 [1988], a gente não tinha nada disso funcionando.

---

constatado em entrevista. Além disso, ao ser indagado sobre preferência ou filiação política, todos afirmaram que têm afinidade ou são filiados ao Partido dos Trabalhadores.

<sup>67</sup> Sebastião Teixeira Mendes, morador da RESEX Chico Mendes, no PAE-Cachoeira, em entrevista concedida ao autor em 27 de agosto de 2011, no município de Xapuri.

Não tinha plano de manejo, não tinha nada... E o que tínhamos eram os empates na questão do desmatamento da floresta e da troca da floresta pela pata do boi [...] (informação verbal)<sup>68</sup>.

Tomando por base a fala de Nilson Mendes, podemos observar que ele sustenta a tese de que Chico Mendes só não defendeu em sua época esse atual modelo de “desenvolvimento sustentável” (Nilson Mendes desconsidera que naquele período o debate sobre o “desenvolvimento sustentável” não se apresentava tão altivo) porque a luta naquele período estava direcionada à posse da terra, e o debate sobre a sustentabilidade, centrada no comércio de madeira, não estava em voga. Como podemos constatar na fala de Nilson Mendes, ele acredita que se seu primo estivesse vivo, ele estaria defendendo esse atual modelo de desenvolvimento como forma de sobrevivência do seringueiro.

Na nossa análise sindical em relação à contradição existente em torno do “desenvolvimento sustentável”, observam-se ataques ferrenhos aos indivíduos ou grupos que são contrários a este modelo de desenvolvimento. Um exemplo bastante enfático é a entrevista do senhor Antônio de Oliveira Silva, presidente da Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Seringal Equador, que ataca impetuosamente a atual direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Ele alega que essa direção se posiciona em defesa dos fazendeiros e contrário aos seringueiros, pois não defendem o extrativismo e a história de Chico Mendes (informação verbal)<sup>69</sup>. Na análise do senhor Antônio de Oliveira, estar contra o governo e o extrativismo é estar contra o seringueiro:

O sindicato de Xapuri, com a gestão que tem hoje, [...] não tá mais defendendo o extrativismo, como é o nosso pensamento, como era no passado [...]. E a gente tá preocupado com isso! [...] A gestão de hoje faz parte da oposição, é um povo da

---

<sup>68</sup> Nilson Mendes, em entrevista concedida ao autor em 12 de setembro de 2011, na cidade de Rio Branco.

<sup>69</sup> Antônio de Oliveira Silva, em entrevista concedida ao autor em 27 de agosto de 2011, na RESEX Chico Mendes, PAE-Ecuador, no município de Xapuri.



oposição à classe governista e ao extrativismo (informação verbal)<sup>70</sup>.

No que tange à atual posição da direção sindical de Xapuri ao extrativismo, realmente sua presidente apresenta diversos questionamentos a esta atividade, considerando-a inviável, pois não gera renda satisfatória para o seringueiro. Segundo Dercy, o extrativismo no Acre está falido (O EXTRATIVISMO..., 2009), pois não dá condições de sobrevivência ao seringueiro.

Eu desafio ex-seringueiros, que hoje defendem o extrativismo, a voltarem a vender um quilo de borracha para a fábrica de preservativos Natex, em Xapuri, por R\$ 4,10. A média que o seringueiro produz no decorrer de 30 dias é 100 quilos de borracha, que equivalem a R\$ 410,00. Isso é dinheiro? É inferior ao salário mínimo. Todo mundo sabe que o salário mínimo não é suficiente para uma família, em média, de quatro pessoas (O EXTRATIVISMO..., 2009).

Dercy também evidencia que a falência do extrativismo é proporcionada por uma política pública de mercantilização dos bens naturais que favorece a destruição ambiental. Nesse sentido, ela é enfática ao afirmar que “não existe extrativismo sem floresta” (informação verbal)<sup>71</sup>. Essa falência possibilitou, segundo Dercy, que a pecuária expandisse: “A verdade é que existem seringueiros que ampliaram a sua pecuária em função da falta de alternativa de geração de renda” (O EXTRATIVISMO..., 2009). Possivelmente, em virtude dessa afirmação, o senhor Antônio de Oliveira Silva tenha “deduzido” que Dercy Teles estivesse defendendo os fazendeiros. Contudo, reafirmamos que não constatamos nenhum posicionamento político do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri que fosse antagônico às necessidades de sobrevivência dos seringueiros. Em nossa análise, verificamos, principalmente na figura de sua presidente, uma direção sindical que luta pelo direito à vida dessas populações tradicionais, como podemos observar nessa entrevista em que Dercy Teles não coloca

---

<sup>70</sup> Antônio de Oliveira Silva, em entrevista concedida ao autor em 27 de agosto de 2011, na RESEX Chico Mendes, PAE-Ecuador, no município de Xapuri.

<sup>71</sup> Dercy Teles, em entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2011, na cidade de Xapuri.

em questionamento o avanço da pecuária, apesar de não agradá-la, pois essa atividade se apresenta atualmente para os seringueiros como uma “poupança” de segurança:

[...] para se viver da terra, não basta terra, tem que ter os componentes necessários como a viabilidade econômica, o escoamento da produção etc. Como isso não foi trabalhado, os seringueiros ficaram à mercê da vida, e a pecuária [...], por ser uma atividade que não tem muito segredo para se assimilar, foi a atividade que os seringueiros assimilaram. E também porque existe um mercado seguro, até hoje, [...] e de imediato retorno financeiro. Então, em função disso, é verdade a expansão da pecuária [...] pelo pequeno produtor. E a gente não tem muito como questionar porque eles perguntam: aí eu vou fazer o quê? Porque, quando chove, não tem ramal e o boi é um produto que se autotransporta, e como o mercado é quente, você nem precisa estar preocupado. Eu posso vender os bezerros mamando pra daqui a oito meses o comprador ir pegar. Então, do ponto de vista de agilidade financeiro [sic], não existe outro produto (informação verbal)<sup>72</sup>.

Nesses exemplos em defesa dos trabalhadores rurais, as críticas de Dercy Teles ao “desenvolvimento sustentável” também corroboram com essa posição. Afinal, a extração de madeira em escala comercial não ameaça apenas a floresta, mas também seus moradores. Nesse sentido, Dercy afirma que não existe nada de sustentável quando o mercado é que impõem as regras:

A gente sabe que tudo que vira grande escala comercial não se pode falar de sustentabilidade, porque nas ações do capital não existe essa garantia. [...] Esse projeto de exploração madeireira [...] não tem nada de sustentável

---

<sup>72</sup> Dercy Teles, em entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2011, na cidade de Xapuri.

quando se trata de escala comercial (informação verbal)<sup>73</sup>.

O posicionamento contrário da presidente do sindicato de Xapuri à política de mercantilização da natureza é condicionado por uma postura autônoma e independente em relação ao governo do estado. A despeito de sua conduta, ela não serve de referência para a maioria das lideranças rurais do estado. Muitas dessas lideranças estão submetidas às imposições do governo, mediante benefícios econômicos. Assim, submetem-se às determinações governamentais em relação à aplicação do “desenvolvimento sustentável”, mantendo-se, muitas vezes, não apenas como um mero líder resignado, mas como um difusor desse projeto. Quando essas lideranças passam a difundir beneficentemente a retórica hegemônica da sustentabilidade mercantilizada, há certa facilidade por parte do campesinato local em aceitar o discurso oficial. Uma porque muitas dessas lideranças são históricas. Outra porque esses líderes costumeiramente propagam, de maneira indevida e falaciosa, que o “desenvolvimento sustentável” é um sonho de Chico Mendes. Uma vinculação mentirosa que dificulta a ascensão crítica desses trabalhadores rurais a esse modelo de desenvolvimento, conforme comenta Dercy Teles:

Um outro fator que contribui para não se ter essa crítica [ao “desenvolvimento sustentável”] é porque existem as pessoas que são pagas, ou seja, as lideranças cooptadas que são pagas pra vender essa ideia. Então é assim uma coisa muito difícil de você fazer um discernimento quando você vê pessoas que contribuíram na construção da organização desse movimento [sindical rural] e fazer a defesa disso. Inclusive usando o nome do Chico Mendes. É difícil porque pouca gente tem condições de se manifestar e ter argumento para rebater essas pessoas. Porque são pessoas que já fazem mais de 20 anos que vivem de elaborar discurso nessa defesa e usando o nome do Chico Mendes, que era uma pessoa que tinha o respeito dos trabalhadores aqui no município [de Xapuri]. Então é constrangedor você se contrapor a determinadas pessoas que colaboram muito,

---

<sup>73</sup> Dercy Teles, em entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2011, na cidade de Xapuri.

ajudaram a construir, e hoje chamam o governo de companheiro [...] (informação verbal)<sup>74</sup>.

Quando os defensores da sustentabilidade mercantilizada buscam legitimar esse projeto como sendo um sonho de Chico Mendes, eles dão um novo significado em toda a história do líder seringueiro. Divergentes a essa vinculação, Dercy Teles e Osmarino Amâncio rebatem veementemente essa fábula. Pela propriedade histórica que lhes é imputada, pois ambos foram amigos de Chico Mendes e participaram organicamente das lutas dos seringueiros contra os pecuaristas, esses sindicalistas garantem que não existe nenhuma relação entre a sustentabilidade sob a égide de um capitalismo verde e o sonho de Chico para a Amazônia e os seringueiros.

Do meu conhecimento, em nenhum momento tem nada registrado aonde Chico Mendes tenha registrado essa questão da exploração madeireira. Algumas pessoas sempre sonhava que houvesse essa possibilidade de aproveitar as árvores que caem e as árvores de roçado, mas de uma forma bem resumida. Por que não cai árvore todo dia. E o roçado de subsistência... Ele é feito apenas uma vez por ano e em um hectare. Então as pessoas sempre sonharam que pudesse ter um meio de aproveitar essas madeiras transformando-as em produtos que agregassem valor, não em escala industrial e para exportação (informação verbal)<sup>75</sup>.

[...] eu acho que o Chico está dando pinote de todo jeito lá no túmulo onde ele tá. Eu acho que ele tá muito revoltado. Eu acho que se ele estivesse aqui hoje ele tava propondo de novo a greve de fome. Tava propondo os empates. Ele tava organizando, assim como a gente tá organizando, os enfiamentos com o estado hoje [...] (informação verbal)<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> Dercy Teles, em entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2011, na cidade de Xapuri.

<sup>75</sup> Dercy Teles, em entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2011, na cidade de Xapuri.

<sup>76</sup> Osmarino Amâncio, em entrevista concedida ao autor em 31 de maio de 2012, na cidade de Rio Branco.

Ao correlacionarmos essa fala de Osmarino Amâncio e de Dercy Teles com a de Nilson Mendes, colocada alhures, observamos uma notória contraposição no que tange à compreensão de Chico Mendes sobre a sustentabilidade. Enquanto o senhor Nilson Mendes busca dar um novo significado à palavra sustentabilidade defendida por seu primo, introduzindo uma espécie “vale tudo” pela sobrevivência, incluindo, nesse caso, de maneira contraditória, a extração de árvores, Osmarino Amâncio e Dercy Teles mantêm um caráter inalienável em relação à ideia de sustentabilidade defendida pelo sindicalista histórico, segundo a qual a sobrevivência do seringueiro, de acordo com seu modo tradicional de vida e sua relação com a floresta, deve ser mantida na perspectiva de garantir a existência de ambos.

Por fim, no que se refere àquelas lideranças cooptadas que se apresentam como defensores e propagadores do “desenvolvimento sustentável”, conduzidos pela insígnia de serem, segundo eles, os portadores da verdade, Dercy Teles tem uma sugestão bastante provocativa e elucidativa. Ela sugere que nos locais em que a extração madeireira, sob a égide da “sustentabilidade”, é aplicada, as pessoas que são remuneradas pelo governo do estado não deveriam ser os porta-vozes dos resultados do manejo, mas os moradores comuns dessa região.

Por enquanto eu ouço esse discurso de pessoas que são remuneradas pelo governo para vender essa ideia [de que o manejo madeireiro “sustentável” não ameaça a destruição da floresta, pois essa técnica permite que haja uma autorregeneração da floresta]. É tanto que eu faço esse questionamento: por que é que não pega o cidadão comum lá do meio da floresta que está vendendo a sua madeira pra falar dessa experiência em público? Sempre são umas pessoas que estão marcadas, já são carimbadas, inclusive remuneradas pra vender essa ideia (informação verbal)<sup>77</sup>.

Nesse contexto em que a crítica de setores do sindicalismo rural do Acre ao “desenvolvimento sustentável” se amplia, Osmarino Amâncio denuncia que há, por parte do governo do estado, um processo

---

<sup>77</sup> Dercy Teles, em entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2011, na cidade de Xapuri.

de criminalização desses setores divergentes, como tática de controle social. Essa tática é favorecida pelo enfraquecimento do movimento sindical, em que um dos fatores foi a saída de importantes lideranças rurais das atividades sindicais, passando a atuar como tecnocratas dentro do poder institucional estatal, a partir do momento em que o Partido dos Trabalhadores assume a gestão do estado. Essas lideranças, ao serem cooptadas e agraciadas com pomposos salários, cujos valores são abissais em relação a sua renda como trabalhador rural, passam não apenas a propagar as políticas de governo, mas a ser contra todos aqueles que discordam da atual política, mesmo que esses divergentes fossem trabalhadores do movimento do qual ele se originou, como nos destaca Amâncio:

A criminalização é tática para o governo do estado. Ele atrelou “todo” o movimento. Levou os parentes do Chico Mendes, por exemplo, que receberam cargos comissionados e salários do governo para fazer o comercial do manejo madeireiro, ficar contra o movimento e defender o governo (OSMARINO..., 2012).

Vale destacar ainda que a tática do governo em cooptar lideranças do movimento sindical rural não é algo inédito na história local. Em uma entrevista ao professor Pedro Vicente Costa Sobrinho, Chico Mendes relata a existência de um processo de cooptação de diversas lideranças sindicais pelo governo do estado em meados da década de 1980. Numa época em que o Acre era governado pelo PMDB, e Xapuri era o principal foco de resistência da luta dos seringueiros, o governo do estado tentou esvaziar o movimento sindical rural cooptando várias lideranças, segundo relato do histórico líder seringueiro:

Se em Xapuri eles [os fazendeiros] encontravam resistência, no resto do Acre não acontecia o mesmo. O governo do PMDB, instalado no Acre a partir de 1983, conseguiu cooptar a maioria das lideranças sindicais. Lideranças antes combativas se atrelaram ao esquema do PMDB. Esvaziaram o movimento. O sindicato de Xapuri não fez acordos espúrios, não traiu os seus compromissos com os trabalhadores e ficou isolado (COSTA SOBRINHO, 2006, p. 42).

Tomando por base esse relato de Chico Mendes, é interessante destacar dois aspectos. O primeiro é que o que outrora era feito por outro partido e repudiado pelos militantes do PT (Chico Mendes e diversos seringueiros eram filiados ao Partido dos Trabalhadores), hoje se configura de outra forma: é o próprio PT que coopta os trabalhadores rurais. O segundo é que o posicionamento de Chico Mendes está fundado na defesa dos trabalhadores rurais mediante uma postura autônoma em relação ao governo. Um posicionamento que nos dá uma base, não apenas para entender, mas para ratificar que o posicionamento da atual direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri se mantém convergente com as origens históricas desse importante sindicato, principalmente quando eles não se sujeitam às imposições governamentais e se mantêm contrários e resistentes às políticas públicas que ameaçam a sobrevivência do trabalhador da floresta.

Em face da contradição existente no sindicalismo rural do Acre em relação ao “desenvolvimento sustentável”, afirmamos que as diretorias dos STRs de Rio Branco e Brasileia têm um posicionamento a favor desse projeto de desenvolvimento. Uma conduta confirmada através da assinatura da carta “Em defesa do Acre: para não voltar ao passado”, conforme já demonstramos neste trabalho. No entanto, a despeito desses sindicatos expressarem publicamente, através da carta, suas posições políticas em defesa das diretrizes fixadas pelo “desenvolvimento sustentável”, observamos a existência de um pragmatismo de conveniência, pelo menos em relação aos seus presidentes, o Sr. Rosildo Rodrigues, do sindicato de Brasileia, e o Sr. Heliton Silva, do sindicato de Rio Branco, quando estes facilmente mudam seus discursos, flutuando entre a crítica e a aceitação, e vice-versa, quando lhes convém. Como exemplo, temos a entrevista de ambos os presidentes criticando o manejo madeireiro “sustentável”, em que se observa colocando-se eles como defensores da floresta e seus moradores, e contra o manejo. Um posicionamento que, pelo menos em retórica, tenta dar um caráter autônomo aos “seus” sindicatos em relação ao governo do estado, no intuito de não se caracterizarem como sindicatos pelegos.

Eu [Heliton Silva] sou totalmente contra a questão do manejo [madeireiro] florestal. Eu acho que foi uma maneira legal que acharam para continuar devastando a floresta. Boa parte [...], em torno de 80% dessa madeira, não fica aqui no estado do Acre, vai toda pra fora, pra São Paulo e de São

Paulo pra China [...]. E não tá, de certa forma, agregando valores e ajudando no fortalecimento da economia agrícola, da economia rural [...]. O manejo industrial, que é esse que é feito aqui no estado, só traz problemas, só traz coisas que não vêm realmente atender às necessidades do trabalhador [...]. Acabam com a floresta, destroem a biodiversidade. Os gestores até dizem que com a maneira que foi usada para explorar a floresta [...] daqui a 30 anos se regenera. Não é verdade! [...] Onde você passa, onde tem o manejo industrial mesmo, ficam os varadouros, os ramais, ficam as leras [caminhos] feitas pelos tratores. E quando é que isso vai se regenerar? Meu amigo, vai demorar bastante. Então, o extrativista, o trabalhador da floresta, o morador, o homem da floresta mesmo, que mora lá dentro, ele sofre com isso (informação verbal)<sup>78</sup>.

Eu [Rosildo Rodrigues] acho assim: dentro do projeto de manejo sustentável, eu acho que tudo aquilo que você tira, que não repõe, pra mim não é sustentável. O projeto de manejo, eu acredito que seja sustentável a partir do que nós produtores pudermos fazer lá da nossa madeira, que é caída, que a natureza mesmo elimina, nós pudermos usar realmente aquela madeira que tem ali, na própria comunidade, na minha própria propriedade. Dentro desse processo, tudo que for pra tirar de lá e não repor, pra mim não é sustentável. Até enquanto alguém me provar que daqui a 30 anos o cumaru-ferro, que hoje me dá 2 metros e meio de madeira, ele vai dar corte com aquele mesmo porte, eu não acredito, realmente, que isso possa ter só 30 anos [...]. Da forma que está sendo feito eu sou contra o manejo florestal comunitário [...]. Pra mim, esse projeto não pode trazer benefício da altura que os produtores estão precisando. Porque você vender um metro cúbico de madeira, por 48 reais, 50 reais, pra mim isso é menos que uma esmola que você dá pra qualquer setor. Então, ele

---

<sup>78</sup> Heliton Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco, em entrevista concedida ao autor em 23 de maio de 2011, na cidade de Rio Branco.



não tá vivendo de esmola ali, ele tá vivendo por uma questão de cidadania, então ele não precisa ter uma esmola desse tamanho (informação verbal)<sup>79</sup>.

Se considerarmos que a validação, não apenas teórica, mas também a discursiva verbal se concretiza na prática, temos nas ações desses sindicalistas o seu real posicionamento. Nesse caso, embora esses presidentes apresentem uma retórica crítica ao atual modelo de desenvolvimento, o que é constatado é uma prática a favor. Decorrente de uma postura de subserviência às imposições governamentais, observada não apenas nesses dois sindicatos, mas em outros sindicatos do estado, vários trabalhadores rurais passaram a tecer fortes críticas às direções sindicais que mantêm essa postura e, conseqüentemente, renegam as reais necessidades desses trabalhadores:

A partir do momento que o sindicato consolidou o governo [da FPA, liderado pelo PT] que a gente brigava, lutava, para chegar ao poder, aí o sindicato perdeu o seu respaldo reivindicatório. [...] As entidades estão todas submissas aos governantes [...]. Pega [o governo estadual] as lideranças, dá um cargo sei lá onde e aí essas lideranças não têm poder de reivindicação. E aí os produtores ficam sem respaldo. [...]. Se você pedir para o presidente de sindicato hoje convocar pra haver uma mobilização, pra convidar trabalhadores rurais pra comparecer sei lá onde, você vai ver a decepção. Porque não tem mais aquele respaldo (informação verbal)<sup>80</sup>.

[...] o sindicato [o entrevistado refere-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia] ultimamente tem deixado muito a desejar porque as reivindicações que o produtor rural faz o sindicato não atende. Fica meio pé atrás, tá aliado ao governo e hoje em dia não quer prejudicar o governo. Então, praticamente, o sindicato do

---

<sup>79</sup> Rosildo Rodrigues de Freitas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, em entrevista concedida ao autor em 13 de julho de 2011, na cidade de Rio Branco.

<sup>80</sup> Francisco Carlos Withs de Lima (Chiquinho do Moreno Maia), em entrevista concedida ao autor em 11 de junho de 2011, na cidade de Rio Branco.

trabalhador rural virou, tipo assim, um órgão do governo. Apoia só as reivindicações que vêm de lá pra cá. Daqui pra lá, do produtor rural, não é apoiado. E essa questão tem deixado muito a desejar. Muita gente saiu! O sindicato nosso aqui tinha mais de mil sócios, agora mesmo, atualmente, na última eleição só deu cento e sessenta e poucos eleitores. A maioria não está quite porque acha que não compensa pagar ao sindicato e não ter retorno [...] (informação verbal)<sup>81</sup>.

A grande maioria, 99% dos sindicatos do estado do Acre são fisiologistas. São todos governistas, pra onde vai o governo eles vão. Eu acho que quando o sindicato é aparelhado pelo estado, ele perde o sentido de defender a sua categoria. Primeiro, porque a grande maioria dos sindicatos sequer estão envolvidos na questão de saber a verdadeira consequência do estrago que vai ser essa mercantilização dos bens naturais. Depois o fato do “cara” dizer que é contra [o manejo madeireiro “sustentável”, como afirmaram algumas lideranças sindicais]... [pausa] Alguém já escreveu que diz que: “Os escritos são apagados, as palavras são levadas pelo ar, as atitudes é que permanecem para sempre”. A gente não vê os sindicalistas ter uma atitude contra essa política do governo. Assim como eu tenho, assim como a Dercy tem, como o professor Elder tem [...]. Assume uma postura de ser contra e ser contra publicamente. Não é ser só aqui, em quadro paredes. Vocês têm que ser contra onde você estiver! (informação verbal)<sup>82</sup>.

Nesse notório ambiente contraditório do sindicalismo rural em relação ao “sustentável”, o controle do estado, o poder econômico, o mercado, a autonomia e o *modus vivendi* do seringueiro, são as principais categorias que permeiam esse contexto, conforme

---

<sup>81</sup> Aurélio César (trabalhador rural), em entrevista concedida ao autor em 03 de setembro de 2011, no município de Brasileira.

<sup>82</sup> Osmarino Amâncio, em entrevista concedida ao autor em 03 de setembro de 2011, no município de Epitaciolândia.

destacamos. Em meio a essa miríade de categorias, reafirmamos a existência de um gradativo declínio hegemônico daquilo que os mercadores da natureza consideram como o futuro da Amazônia e de seus moradores, ou seja, o “desenvolvimento sustentável”. Doravante, a despeito de o governo do estado ainda exercer uma forte influência e controle sobre diversos sindicatos rurais, a ascensão de setores contrários às imposições governamentais e a sua política de mercantilização da natureza vêm proporcionando fissuras cada vez maiores nessa “grande represa”. O aumento das vozes dissonantes dos “de baixo”, incomodando ainda mais a sonata dos “de cima”, ao avariar cada vez mais a “grande represa”, traz à tona a realidade desse desenvolvimento que, em consonância com vários seringueiros, sindicalistas e pesquisadores, consideramos como insustentável.



## CONCLUSÃO

Em nosso eixo analítico sobre o sindicalismo rural acriano em relação ao “desenvolvimento sustentável” implantado no estado do Acre, temos, pelo exposto, a incontestável existência de antagonismos, nesse universo sindical, em relação a este modelo de desenvolvimento, ou seja, a existência de setores sindicais convergentes e de setores críticos ao atual projeto desenvolvimentista. Nessas contradições sindicais, convergimos com posicionamentos políticos defendidos pelos setores críticos. Como condicionante principal do nosso posicionamento, temos na conduta política centrada na autodeterminação e na autonomia das populações tradicionais, impetrada por uma proposta relacional entre homem e natureza e de não-subjugação aos atuais direcionamentos do capital camuflado pelo adjetivo “sustentável”, os principais pontos de convergência.

Ao pontuarmos em nosso trabalho os líderes seringueiros Dercy Teles e Osmarino Amâncio como expressões mais significativas das críticas que emergem desta categoria social no estado contra o “desenvolvimento sustentável”, assim o estabelecemos devido à relevância política e o peso histórico dessas lideranças. Como se observa, eles mantêm uma postura contrária a qualquer direcionamento mercadológico em relação à floresta, considerando essa orientação um afronta ao *modus vivendi* dos camponeses da floresta. Nestas circunstâncias, corroboramos com essas lideranças, estabelecendo como perspectiva a busca de uma nova consciência social que seja contrária a este modelo de desenvolvimento que os mercados da natureza constantemente insistem em proclamar como economicamente viável e ambientalmente “sustentável”.

Em contraposição a este modelo de “desenvolvimento sustentável”, temos no projeto germinativo das Reservas Extrativistas um importante e fundamental condicionante para iniciarmos, ou melhor, retomarmos, os direcionamentos para a Amazônia. Uma proposta que instiga e consegue convergir a riqueza natural e humana, sem destruir os bens naturais e os subordinar aos anseios econômicos de caráter meramente privado e de cunho destrutivo.

Como observamos, o predomínio de um modelo hegemônico em torno de um projeto de desenvolvimento tem no Estado (no sentido ampliado), a partir do governo estadual liderado pelo PT, fundado em sua relação histórica com diversas organizações sociais subalternas, um dos principais mecanismos de implantação, articulação, desenvolvimento e convencimento da ideia “sustentabilidade”. Contudo,

a orientação política de aceitação ao modelo de desenvolvimento apresenta também outros e importantes mecanismos que, em consonância com a política governamental, desempenham um relevante papel de consenso, como, por exemplo, as ONGs e os diversos intelectuais orgânicos, seja dos sindicatos ou não.

Em rigor, constatamos que os setores do sindicalismo rural acriano que corroboram com a atual proposta de desenvolvimento têm nas aproximações com o atual grupo político que governa o estado do Acre um dos principais sustentáculos dessa aceitação. Um ensejo favorecido por um bem articulado processo de cooptação de lideranças e de setores expressivos do sindicalismo rural local, somado ao atual contexto de inoperância sindical, de esvaziamento político e do predomínio de uma racionalidade técnica, o que leva ao detrimento de ações organizativas dos movimentos sociais e sindicais.

Em meio às metamorfoses históricas, políticas, organizativas e teóricas que vêm ocorrendo nas últimas décadas nos movimentos sociais no Brasil e, especificamente, em nosso caso, nos movimentos sindicais, a autonomia tem se apresentado como importante linha de análise. Do que foi exposto em nosso estudo, caso tivéssemos centrado a questão da autonomia apenas em relação ao sindicalismo de estado no Brasil, em que há uma legislação organizativa sindical dos trabalhadores a partir de uma determinada regulamentação estatal, seguindo rigorosos procedimentos de fundação e funcionamento, teríamos considerado a inexistência de uma autonomia sindical apenas pela estrutura do sindicalismo oficial. Todavia, como analisado, em nenhum momento restringimos nossa análise por este viés. Sempre consideramos que a autonomia e a não-autonomia ultrapassam os limites estruturais do sindicalismo de estado no Brasil. Assim, o que se constatou no ambiente que circunscreve o sindicalismo rural acriano é uma restrição à autonomia sindical a partir da cooptação de suas lideranças, como observado, por exemplo, nos STRs de Rio Branco e de Brasileia.

No caso do ambiente que envolve os setores críticos, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, a cooptação não se fez presente. O que se observou foi uma incessante busca pelo controle sindical por parte do governo do estado, utilizando-se de instituições como o judiciário, os meios de comunicação e o órgão federado da estrutura sindical de estado. Essas sucessivas tentativas de intervenção tiveram, por interesse, estabelecer mecanismos de intervenção e censura no intuito de calar as críticas ao “desenvolvimento sustentável” feitas por este sindicato. Nestas circunstâncias, consideramos que a não-submissão desses setores críticos às imposições estatais demonstra

notoriamente um posicionamento político autônomo, apresentando-se como sábio conhecedor de seu papel social enquanto liderança rural em consonância com a categoria social e a classe à qual pertence.

Em nossos estudos, a ideia de “sustentabilidade” no estado do Acre através da extração manejada de madeira, que é um dos condutores centrais no processo de apropriação dos bens naturais, ao ser alimentada por um falacioso discurso de que esse método de exploração não “destrói” a floresta devido aplicar uma técnica de extração que “possibilita” um gradativo processo de autorregeneração do ambiente explorado por um período que pode perpassar até três décadas, consegue, sob este ângulo, se configurar como uma forte alternativa à preservação ambiental. Nesse ínterim, chegamos à conclusão de que a inserção e a aceitação dessa proposta exploratória da floresta pelas categorias sociais que compõem o sindicalismo rural são corroboradas não apenas pela explicação técnica, mas também pelos benefícios econômicos e estruturais garantidos àqueles que aceitam a aplicação do manejo madeireiro em sua colocação. Esse ideal normativo também é sustentado pelos agentes de consenso ou, no sentido gramsciano, pelos intelectuais orgânicos dos mercadores da natureza existentes dentro do sindicalismo. Muitos desses agentes são lideranças que, antigamente, lutaram contra os alçozes da floresta ou que deram suporte organizativo aos seringueiros contra a expulsão e a destruição da floresta na época dos “paulistas”. Mas, que agora mantém um posicionamento de concordância com a tão propagada ideia de se desenvolver economicamente com “preservação” ambiental, mesmo tendo a exploração madeireira como principal fio condutor desse processo.

Ao passarem a “jogar o jogo” em vez de “mudar o jogo”, como bem analisou Elder Andrade de Paula, esses intelectuais orgânicos dos mercadores da natureza aspiram a uma relação entre a floresta e o capitalismo sob a insígnia de que os benefícios econômicos em nível individual, embora efêmeros, a partir da aplicabilidade exploratória da madeira guiada pelo “sustentável”, são garantias de que os seringueiros possam viver da floresta. O que eles não propagam é que esse viver da floresta segue a possível lógica de viver sem a floresta, dado que a exploração madeireira “sustentável” não apresenta nenhuma garantia de manutenção das florestas em pé. Uma realidade que é intensamente denunciada por aqueles que passam, e já passaram, pela experiência do manejo madeireiro e que hoje denunciam seus efeitos devastadores como, por exemplo, o esgotamento de sua fonte alimentar e a destruição de seu hábitat natural.

Em face de nossas constatações de uma notória e predominante contradição no sindicalismo rural acriano em torno do “desenvolvimento sustentável”, um anacronismo em relação a este projeto desenvolvimentista também é constatado, principalmente naqueles trabalhadores rurais que não estabeleceram uma relação direta com nenhum dos setores em questão. Neste aspecto, observa-se, por parte destes trabalhadores, uma incongruência e até uma paradoxal análise em relação ao “desenvolvimento sustentável”, a qual, conseqüentemente, corrobora com o posicionamento daqueles setores que defendem o modelo de desenvolvimento em voga, dado que esse anacronismo não apresenta resistência significativa ao processo de apropriação dos bens naturais para fins de mercado, ficando estes trabalhadores inertes ao destino tomado pelo capital na Amazônia.

Quando a hegemonia já não predomina ou, em nosso caso, está em declínio, a coerção apresenta-se como forma preponderante de dominação, assim analisava Gramsci. Em meio a uma ampliação das críticas em torno do “sustentável”, observamos o Estado recorrer aos mecanismos de coerção na tentativa de calar aqueles que se posicionam antagonicamente a mercantilização dos bens naturais. No entanto, nesse gradual, embora lento e impreciso, processo de propagação crítica a este projeto de desenvolvimento, seus críticos não devem se restringir a uma luta fundamentalmente territorializada. Em virtude de a área que circunscreve toda a floresta amazônica ser continental, entendemos que ampliar a luta para além das matas acrianas – isto nos remete aos ensinamentos internacionalistas que o marxismo sempre propagou –, buscando convergir não apenas com outros povos da Amazônia, mas também a fora, constitui-se como ponto estratégico para ampliação do debate e da resistência ao atual modelo de desenvolvimento. Sob este ângulo, já observamos resultados concretos, ainda que timidamente, a partir do conluio entre setores críticos do sindicalismo e alguns segmentos da sociedade civil, o que resultou, por exemplo, na “Carta do Acre” e, recentemente, na produção de um dossiê, denominado “O Acre que os mercadores da natureza escondem”, que foi distribuído na Cúpula dos Povos (evento alternativo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida mundialmente como Rio+20), na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012.

Por fim, ainda que tenhamos um fortificado “muro”, ou quiçá uma “represa” que impeça a ruptura imediata dos preceitos econômicos direcionados à floresta, pautados nos imperativos insustentáveis do capitalismo, podemos considerar que a atual conjuntura de contradição no sindicalismo rural acriano, ao dar continuidade a este gradativo



processo de ampliação dos setores críticos, juntamente com outros segmentos da sociedade civil, pode proporcionar, fazendo referência a Gramsci, um “equilíbrio instável”, ou seja, uma ameaça ao constituído a partir do enfrentamento das forças contraditórias à hegemonia vigente, podendo proporcionar sua superação. Uma superação que, caso venha a ocorrer, deva ser, a nosso ver, conduzida *pelo e para* os “de baixo”, e direcionada às suas reais necessidades e ao respeito aos bens naturais em consonância com o bem viver coletivo.



## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGENDA 21 – **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3ª edição; Brasília: Senado Federal, 2003.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? *In*: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLASCO e Expressão Popular, 2006. p. 327-349.

\_\_\_\_\_. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

ANAIS 10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e cidadania para trabalhadores e trabalhadoras rurais. Brasília – DF, 10 a 14 de março de 2009.

ANTENTAS, Josep Maria; VIVAS, Esther. Mais capitalismo verde. Um balanço da Cúpula do Clima, em Durban. **ADITAL**. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?boletim=1&lang=PT&cod=63319>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

ANDRADE, Manuel Correia. As tentativas de organização das massas rurais: as ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. *In*: \_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ARAÚJO, Maurício. Governo do Acre afirma que desmatamento diminuiu nos últimos 4 anos em resposta à matéria publicada. **Instituto do Carbono Brasil**. Disponível em: <<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/ecossistemas1/noticia=110331>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

ASSIS, Andreson Silva de. **ONGs ambientalistas e neocolonialismo na Amazônia acreana: o caso WWF**. 2011. 108 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais)-Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2012.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 02. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARTA do Acre. **Blog do Altino Machado**. Disponível em: <<http://altino.blogspot.com/2011/10/carta-do-acre.html>>. Acesso em: 12 out. 2011.

CARVALHO, Ricardo da Silveira. **Desenvolvimento, sustentabilidade e manejo madeireiro em comunidades no sudoeste da Amazônia**: um olhar além da Engenharia Florestal. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Mestrado em Engenharia Florestal, Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, 2009.

CENSURA na Floresta: ECO FM tira Osmarino Amâncio do ar. **Blog Insurgente Coletivo**. Disponível em: <<http://insurgentecoletivo.blogspot.com/2011/10/censura-na-floresta-eco-fm-tira.html>>. Acesso em: 17 out. 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

COP 16 – Cancún, México. **Brasil.gov.br**. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/?set\\_language=pt-br](http://www.brasil.gov.br/?set_language=pt-br)>. Acesso em: 03 jan. 2012.

COP-16 chega ao fim com “Acordo de Princípios” para redução de emissões. **Estadão.com.br**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,cop-16-chega-ao-fim-com->

acordo-de-principios-para-reducao-de-emissoes,652509,0.htm>. Acesso em: 03 jan. 2012.

COP16 cria o Acordo de Cancún com Fundo Verde e estende o Protocolo de Kyoto. **EcoDesenvolvimento.org**. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/noticias/cop16-cria-o-acordo-de-cancun-com-fundo-verde-e-a>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

CORRÊA, Valcionir. **Globalização e crise**: o sistema capitalcrático ultrapassa o limite da exploração do trabalho. 2010. 454 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia ocidental**: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. *In*: PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da (Org.). **Trajatórias da luta camponesa na Amazônia-acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006. p. 15-46.

\_\_\_\_\_. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia ocidental**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. *In*: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RISEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

COUTINHO, Leonardo. O crime da motosserra. **Veja**, São Paulo, ano 36, n. 38, ed. 1821, p. 115, set. 2003.

\_\_\_\_\_. E agora, Viana? **Veja.com**. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/110407/p\\_070.shtml](http://veja.abril.com.br/110407/p_070.shtml)>. Acesso em: 30 dez. 2011.

CRIME ambiental no Acre. **Blog do Altino Machado**. Disponível em: <<http://altino.blogspot.com/2011/09/crime-ambiental-no-acre.html>>. Acesso em 28 set. 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. *In*: AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008. p. 37-62.

EXPLORAÇÃO de madeira no Acre: um “negócio da China”. **AC24horas**. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2011/10/24/exploracao-de-madeira-no-acre-%E2%80%9Cum-negocio-da-china%E2%80%9D/>>. Acesso em: 25 out. 2011.

O EXTRATIVISMO florestal no Acre está falido. **Terra Magazine**. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2008/12/19/o-extrativismo-florestal-no-acre-esta-falido/>>. Acesso em: 08 ago. 2009.

FERNANDES, Florestan. A concretização da Revolução Burguesa. *In*: IANNI, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 425-450.

FRERIS, Nicole; LASCHEFSKI, Klemens. **A fachada verde da exploração madeireira**: os mitos da certificação madeireira e da “vocação florestal” na Amazônia. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/fachadaverde.pdf> >. Acesso em: 24 dez. 2011.

GOVERNO censura STRX no Rádio. **Blog do Altino Machado**. Disponível em: <<http://altino.blogspot.com.br/2009/07/governo-censura-strx-no-radio.html>>. Acesso em: 24 out. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Os desafios do desenvolvimento na Amazônia. **Carta Maior**, 10 jun. 2005. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=2046](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2046)>. Acesso em: 15 nov. 2011.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127-146.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LEAHY, Stephen. Governos admitem tratamento climático universal. **OutrasMídias**. Disponível em: <<http://ponto.outraspalavras.net/2011/12/12/governos-admitem-tratamento-climatico-universal/>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

LEAL, Aluizio L. **Sinopse histórica da Amazônia**: uma visão política. Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH/USP, 1991, mimeo.

MACHADO, Altino. FETACRE tenta tomar sindicato: de Dercy Cunha Teles, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri. **Blog do Altino Machado**. Disponível em: <<http://www.altino.blogspot.com.br/2009/07/fetacre-tenta-tomar-sindicato.html>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Pesquisa do IMAZON sobre desmatamento gera polêmica no Acre. **Isto É Amazônia**. Disponível em: <[http://www.istoamazonia.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=402&Itemid=2](http://www.istoamazonia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=402&Itemid=2)>. Acesso em: 30 dez. 2011.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 3 ed. Petropolis, RJ: Vozes 1986.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

MATOS, Salomão. Mesmo após denúncias do Antimary, IMAC renova licença da triunfo para exploração de mais madeira no Acre em 2012. **AC24horas.** Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2011/11/18/mesmo-apos-denuncias-do-antimary-imac-renova-licenca-da-triunfo-para-exploracao-de-mais-madeira-no-acre-em-2012/>>. Acesso em 20 nov. 2011.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Stalin. A Polêmica sobre o Antimary: mitos, verdades e mentiras de uma reserva extrativista nos tempos da florestania. **O Rio Branco,** Rio Branco, 23 out. 2011. ORB AMBIENTAL, p. 4-A – A-5.

MENDONÇA, José Carlos. **Além de partidos e sindicatos:** organização política em Anton Pannekoek. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MENEGUELLO, Rachel. **PT:** a formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

MORADORES do seringal São Bernardo vão ao MPE pedir cancelamento de contrato com a Laminados Triunfo. **Blog Insurgente Coletivo.** Disponível em: <<http://insurgente coletivo.blogspot.com/2011/10/moradores-do-seringal-sao-bernardo-vao.html>>. Acesso em: 11 out. 2011.

MPF/AC recomenda criação da RESEX do Riozinho do Rôla. **Agência de Notícias - AcreNotícias.** Disponível em: <[http://www.acrenoticia.com/index.php?option=com\\_content&view=art](http://www.acrenoticia.com/index.php?option=com_content&view=art)>



icle&id=4882:mpfac-recomenda-criacao-da-resex-do-riozinho-dorola&catid=25:meio-ambiente&Itemid=58>. Acesso em: 25 out. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? *In*: OLIVEIRA, Francisco; RISEZ, Cibeli Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 49-69.

OSMARINO desabafa e pede o fim da política de manejo que tira o seringueiro da floresta. **AC24horas**. Disponível em: <[http://www.ac24horas.com/2011/10/08/4050/?utm\\_medium=twitter&utm\\_source=twitterfeed](http://www.ac24horas.com/2011/10/08/4050/?utm_medium=twitter&utm_source=twitterfeed)>. Acesso em: 08 out. 2011.

OSMARINO Amâncio: a luta por um projeto socialista no Brasil. **Caros Amigos**. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2926-osmarino-amancio-a-luta-por-um-projeto-socialista-no-brasil>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

PÁDUA, Suzana. O que é REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e o que pode representar para a conservação de nossas florestas? **O Eco**. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/suzana-padua/18264-oeco26975>>. Acesso em: 24 nov. 2011.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

\_\_\_\_\_. Emancipações em tempos de “mudanças de códigos”, pensar e agir desde a Amazônia continental. **Blog Insurgente Coletivo**. Disponível em: <<http://insurgentecoletivo.blogspot.com/2011/11/emancipacoes-em-tempos-de-mudancas-de.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Movimento sindical e luta pela terra: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio. *In*: PAULA, Elder Andrade de;

SILVA, Silvio Simione da (Orgs.). **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006. p. 105-140.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca da liberdade**. 1991. 258 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1991.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. **Revista NERA**, ano 11, n. 13, p. 102-117, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. No limiar da resistência: luta pela terra e ambientalismo no Acre. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 e 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 201-221.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, cidadania, espaço público: perspectivas brasileira para os anos 90. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nr. 33, outubro 1991.

\_\_\_\_\_. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. *In*: OLIVEIRA, Francisco; RISEZ, Cibeli Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 221-256.

RETRATOS do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Editora Manifesto, 2007.

REUNIÃO final da COP 16, em Cancún, tem clima otimista. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/12/reuniao-final-da-cop-16-em-cancun-tem-clima.html>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

RICCI, Rudá. A Maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 2: a diversidade das formas das lutas no campo.

São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 321-338.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa; COSTA, Hermes Augusto. Introdução: Para ampliar o cânone do internacionalismo operário. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-75.

SANTOS, Luiz F. Amazônia: das idéias de paraíso às idéias de ecossistema. *In*: BASTOS, Élide R.; PINTO, Renan F. (Orgs.). **Vozes da Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: EDUA, 2007.

SANTIN, Jandir. Novo esclarecimento da Triunfo. **Blog do Altino Machado**. Disponível em: <<http://altino.blogspot.com/2011/10/novo-esclarecimento-da-triunfo.html>>. Acesso em: 08 out. 2011.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. **Trabalho e totalidade na ontologia do ser social de György Lukács**. 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário**: uma análise a partir da realidade amazônico-acreana. Rio Branco: Edufac, 2011.

\_\_\_\_\_. Tempos da violência, espaços da resistência. *In*: PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da (Org.). **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana**. Rio Branco: Edufac, 2006. p. 141-181.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletário de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

SOUZA, João José Veras de. **O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre**: uma análise à luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado)-

Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOUZA, Israel. Ambientalismo e geopolítica na Amazônia-acreana: da criação das RESEX aos corredores da espoliação. **SBSociologia**.

Disponível em:

<[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=211&limit=100&limitstart=0&order=hits&dir=DESC&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=211&limit=100&limitstart=0&order=hits&dir=DESC&Itemid=171)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SOUZA JR., C. et al. **Dinâmica do desmatamento no estado do Acre (1988-2004)**. [S.l.]: IMAZON, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 275-302.

TORRES, Izabelle; QUADROS, Vasconcelo. O golpe verde. **Istoé**, n. 2188, 14 out.2011. Disponível em:  
<[http://www.istoe.com.br/reportagens/168170\\_O+GOLPE+VERDE](http://www.istoe.com.br/reportagens/168170_O+GOLPE+VERDE)>.  
Acesso em: 20 out. 2011.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

A VERDADE sobre o Antimary. **Página 20**. Rio Branco, 18 out. 2011. Meio Ambiente, p. 10-11.

VERGONHA: No Acre, 33 sindicatos contra-atacam denúncias contra o PT. **Contil Net Notícias**. Disponível em:  
<<http://www.contilnet.com.br/Conteudo.aspx?ConteudoID=14626>>.  
Acesso em: 20 out. 2011.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. Áreas protegidas na Amazônia Legal. *In*: VERÍSSIMO, Adalberto et al. (Orgs.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira**: avanços e desafios. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 15-18.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe?** o movimento operário da década de 80. São Paulo: Sundermann, 2004.

WIZIACK, J. Milionários brasileiros têm meio PIB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1507200702.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 25, p. 139-169, jan./jun. 2006.

#### OBRAS CONSULTADAS

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: explicitação das normas da ABNT. 16 ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REVKIN, Andrew. **Tempo de queimada, tempo de morte**: o assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.



**APÊNDICE A – Fotos Reserva Extrativista Chico Mendes – PAE-  
Equador (Plano de Manejo Florestal Sustentável)**



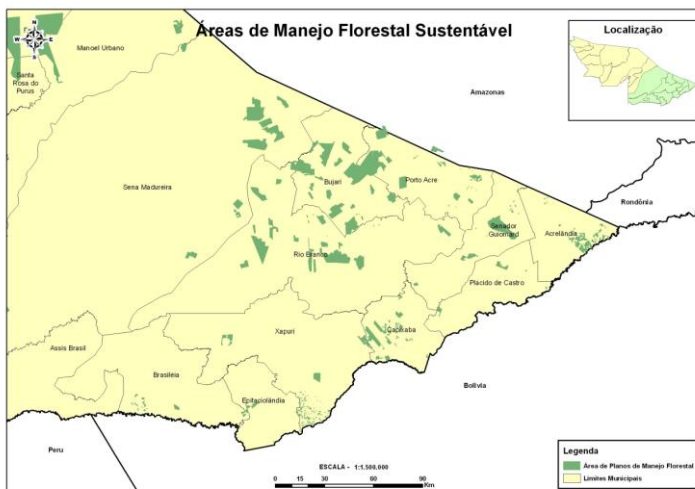
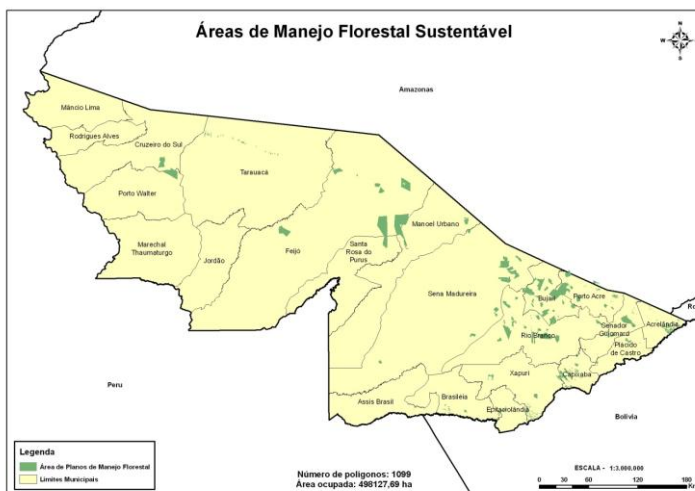








## ANEXO B – Áreas de Planos de Manejo Florestal Sustentável no estado do Acre (agosto de 2010)



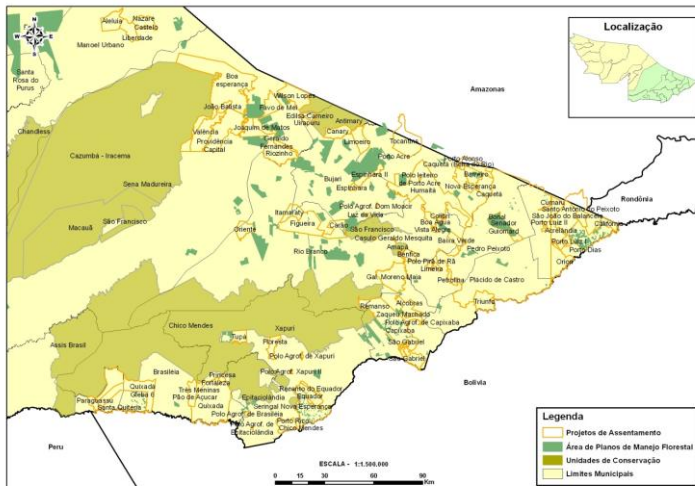
Fonte: Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)







## ANEXO D – Áreas de Planos de Manejo Florestal, Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento no Alto e Baixo Acre (agosto de 2010)



Fonte: Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)





**ANEXO E – Fotos denúncia referente aos efeitos do manejo  
madeireiro “sustentável” no Seringal São Bernardo**





Fonte: CRIME..., 2011 (ver referências).

**ANEXO F – Ofício da Secretaria de Estado de Comunicação do  
Acre suspendendo o contrato firmado entre o Sindicato dos  
Trabalhadores Rurais de Xapuri e a Rádio Educadora 06 de Agosto**



Governo do Estado do Acre  
Secretaria de Estado de Comunicação  
Rádio Educadora 6 de Agosto de Xapuri- AM

Ofício nº 009/2009,

Xapuri-Acre, 3 de julho de 2008.

Senhora presidente,

Vimos por meio deste, informar que, por determinação da Secretaria de Estado de Comunicação, todos os contratos, formais e informais, mantidos pelas emissoras do Sistema Público de Comunicação com terceiros serão revistos e, com exceção das igrejas católica e evangélicas que mantêm programação nas mesmas, serão suspensos a partir desta data por tempo indeterminado. Informamos ainda que futuramente entraremos em contato para informar de ulterior deliberação quanto ao assunto.

Sem mais para o momento, externamos os votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

  
Raimari Sombra Cardoso  
Diretor  
Portaria nº 49/2007

A Senhora Dercy Teles de Carvalho Cunha  
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri  
Nesta.-



## ANEXO G – “Carta do Acre”

Em defesa da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o REDD e a mercantilização da natureza

Estivemos reunidos em Rio Branco - AC, entre os dias 3 a 7 de outubro de 2011 na Oficina: Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES: Salvação da Amazônia ou Armadilha do Capitalismo Verde?

Estávamos presentes, organizações socioambientais, de trabalhadoras e trabalhadores da agricultura familiar, organizações de Resex e Assentamentos Extrativistas, de direitos humanos (nacionais e internacionais), organizações indígenas, organizações de mulheres, pastorais sociais, professores, estudantes e pessoas da sociedade civil comprometidas com a luta “dos de baixo”.

Percebemos a formação de um consenso em torno da ideia de que, desde 1999, com a eleição do governo da Frente Popular do Acre (FPA), foram tomadas iniciativas para a implantação de um “novo modelo” de desenvolvimento. Desde então, tal modelo é celebrado como primor de harmonia entre desenvolvimento econômico e conservação da floresta, de seus bens naturais e do modo de vida de seus habitantes. Com forte apoio dos meios de comunicação, de sindicatos, de ONGs promotoras do capitalismo verde na região amazônica, de bancos multilaterais, de oligarquias locais, de organizações internacionais, ele é apresentado como “modelo exitoso” a ser seguido por outras regiões do Brasil e do mundo.

Nesses dias, tivemos oportunidade de conhecer, em campo, algumas iniciativas tidas como referência no Acre. Vimos de perto os impactos sociais e ambientais do “desenvolvimento sustentável” em curso no estado. Visitamos o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes, Fábrica de Preservativos NATEX e o Seringal São Bernardo (Projeto de Manejo Florestal Sustentável das Fazendas Ranhão I e II). As visitas nos colocaram diante de um cenário bastante distinto daquilo que é propagandeado nacional e internacionalmente.

No Seringal São Bernardo, pudemos constatar que o atendimento dos interesses das madeiras se faz em detrimento dos interesses das populações locais e da conservação da natureza. Mesmo as questionáveis regras dos planos de manejo são desrespeitadas e, segundo dizem os moradores, com conivência de gestores estatais. No caso do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes Cachoeira (em Xapuri), constatamos que os moradores continuam subordinados ao domínio monopolista, atualmente vendem a madeira para

a empresa “Laminados Triunfo” a R\$90,00 m<sup>3</sup>, quando a mesma quantidade de madeira chega a valer até R\$1200 na cidade. Por isso, endossamos a reivindicação de diversas comunidades pela suspensão dos famigerados projetos de manejo. Solicitamos a apuração de todas as irregularidades e exigimos a punição dos culpados pela destruição criminosa dos bens naturais.

Os dias em que tivemos reunidos foram dedicados ainda ao estudo sobre Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES. Compreendemos o papel dos Bancos (Banco Mundial, FMI, BID e BNDES), ONGs comprometidas com o capitalismo verde, tais como WWF, TNC e CI; bem como o papel de outras instituições como ITTO, FSC e USAID, setores da sociedade civil e Governos Estadual e Federal que têm se aliado ao capital internacional na intenção de mercantilizar o patrimônio natural da Amazônia.

Ressaltamos que, além de desprovida de amparo constitucional, a Lei N° 2.308, de 22 de outubro de 2010, que regulamenta o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais foi criada sem o devido debate com os setores da sociedade diretamente impactados por ela, isto é, os homens e mulheres dos campos e floresta. Reproduzindo servilmente os argumentos dos países centrais, os gestores estatais locais a apresentam como uma forma eficaz de contribuir com o equilíbrio do clima, proteger a floresta e melhorar a qualidade de vida daqueles que nela habitam. Deve-se dizer, entretanto, que a referida lei gera “ativos ambientais” para negociar os bens naturais no mercado de “serviços ambientais”, como o mercado de carbono . Trata-se de um desdobramento da atual fase do capitalismo cujos defensores, no intuito de assegurar sua reprodução ampliada, lançam mão do discurso ambiental para mercantilizar a vida, privatizar a natureza e espoliar as populações do campo e da cidade. Pela lei, a beleza natural, a polinização de insetos, a regulação de chuvas, a cultura, os valores espirituais, os saberes tradicionais, a água, plantas e até o próprio imaginário popular, tudo passa a ser mercadoria. A atual proposta de modificação do Código Florestal complementa esta nova estratégia de acumulação do capital, ao autorizar a negociação das florestas no mercado financeiro, com a emissão de “papéis verdes”, a chamada Certidão de Cotas de Reserva Ambiental (CCRA). Desse modo, tudo é colocado no âmbito do mercado para ser gerido por bancos e empresas privadas.

Embora apresentada como solução para o aquecimento global e para as mudanças climáticas, a proposta do REDD permite aos países centrais do capitalismo manterem seus padrões de produção, consumo e,

portanto, também de poluição. Eles continuarão consumindo energia de fontes que produzem mais e mais emissões de carbono. Historicamente responsáveis pela criação do problema, agora propõem a “solução” que mais atende a seus interesses. Possibilitando a compra do “direito de poluir”, mecanismos como o REDD forçam as denominadas “populações tradicionais” (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, seringueiros etc.) a renunciarem a autonomia na gestão de seus territórios.

Com isso, embaralham-se os papéis. O capitalismo, civilização mais predadora da história da humanidade, não representaria nenhum problema. Ao contrário, seria a solução. Os destruidores seriam agora os grandes defensores da natureza. E aqueles que historicamente garantiram a conservação natural são, agora, encarados como predadores e por isso mesmo são criminalizados. Não surpreende, portanto, que recentemente o Estado tenha tornado mais ostensiva a repressão, a perseguição e até expulsão das populações locais de seus territórios. Tudo para assegurar a livre expansão do mercado dos bens naturais.

Com o indisfarçável apoio estatal, por esse e outros projetos o capital hoje promove e conjuga duas formas de re-territorialização na região amazônica. De um lado, expulsa povos e comunidades do território (como é o caso dos grandes projetos como as hidrelétricas), privando-os das condições de sobrevivência. De outro, tira a relativa autonomia daqueles que permanecem em seus territórios, como é o caso das áreas de conservação ambiental. Tais populações até podem permanecer na terra, mas já não podem utilizá-la segundo seu modo de vida. Sua sobrevivência não seria mais garantida pelo roçado de subsistência - convertido em ameaça ao bom funcionamento do clima do planeta -, mas por “bolsas verdes”, que, além de insuficientes, são pagas para a manutenção da civilização do petróleo.

Cientes dos riscos que tais projetos trazem, rechaçamos o acordo de REDD entre Califórnia, Chiapas, Acre, que já tem causado sérios problemas a comunidades indígenas e tradicionais, como na região de Amador Hernández, em Chiapas, México. Por isso nos solidarizamos com as populações pobres da Califórnia e Chiapas que já têm sofrido com as consequências. Solidarizamos-nos também com os povos indígenas do TIPNIS, na Bolívia, sob ameaça de terem seu território violado pela estrada que liga Cochabamba a Beni, financiada pelo BNDES.

Estamos num estado que, nos anos de 1970-80, foi palco de lutas históricas contra a expansão predatória do capital e pela defesa dos territórios ocupados por povos indígenas e populações camponesas da

floresta. Lutas que inspiraram muitas outras no Brasil e no mundo. Convertido, porém, a partir do final da década de 1990, em laboratório do BID e do Banco Mundial para experimentos de mercantilização e privatização da natureza, o Acre é hoje um estado “intoxicado” pelo discurso verde e vitimado pela prática do “capitalismo verde”. Dentre os mecanismos utilizados a fim de legitimar essa ordem de coisas, ganha destaque a manipulação da figura de Chico Mendes. A crer no que nos apresentam, deveríamos considerá-lo o patrono do capitalismo verde. Em nome do seringueiro, defende-se a exploração de petróleo, o monocultivo da cana-de-açúcar, a exploração madeireira em larga escala e a venda do ar que se respira.

Ante tal quadro, cumpre perguntar o que mais não caberia nesse modelo de “desenvolvimento sustentável”. Talvez em nenhum outro momento os pecuaristas e madeireiros tenham encontrado cenário mais favorável. É por essa razão que cremos necessário e urgente combatê-lo, posto que, sob aparência de algo novo e virtuoso, ele reproduz as velhas e perversas estratégias de dominação e exploração do homem e da natureza.

Por fim deixamos aqui nossa reivindicação pelo atendimento das seguintes demandas: reforma agrária, homologação de terras indígenas, investimentos em agroecologia e economia solidária, autonomia de gestão dos territórios, saúde e educação para todos, democratização dos meios de comunicação. Em defesa da Amazônia, da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o REDD e a mercantilização da natureza. Estamos em luta.

Rio Branco, Acre, 07 de outubro de 2011.

Assinam esta carta:

Assentamento de Produção Agro-Extrativista Limoeiro-Floresta  
Pública do Antimary (APAEPL)

Amazonlink

Cáritas - Manaus

Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre  
(CDDHEP/AC)

Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul  
da Bahia (CEPEDES)

Comissão Pastoral da Terra – CPT Acre

Conselho Indigenista Missionário – CIMI Regional Amazônia Ocidental



Conselho de Missão entre Índios – COMIN Assessoria Acre e Sul do Amazonas  
Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso - CUNPIR  
FERN  
Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC)  
Global Justice Ecology Project  
Grupo de Estudo sobre Fronteira e Identidade - Universidade Federal do Acre  
Instituto Madeira Vivo (IMV-Rondônia)  
Instituto Mais Democracia  
Movimento Anticapitalista Amazônico - MACA  
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC - Roraima)  
Nós Existimos - Roraima  
Núcleo Amigos da Terra Brasil  
Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental – Universidade Federal do Acre.  
Oposição Sindical do STTR de Brasileia  
Rede Acreana de Mulheres e Homens  
Rede Alerta Contra o Deserto Verde  
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bujari (STTR - Bujari)  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STTR- Xapuri)  
Terra de Direitos  
União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira  
World Rainforest Movement (WRM)



## **ANEXO H – “Em defesa do Acre: para não voltar ao passado”**

Nos últimos dias o Acre tem vivenciado um acalorado debate sobre o modelo de desenvolvimento em curso há 12 anos. Os trabalhadores do Acre, organizados em centrais sindicais e em sindicatos, vêm a público participar deste debate por avaliar que o projeto de desenvolvimento sustentável transformou para melhor a vida das famílias rurais e também das famílias que vivem na cidade.

Temos que reconhecer que o governo estadual estava certo quando mudou a base da economia acriana e passou a defender o desenvolvimento sustentável.

Atualmente o mundo já compreende que a ameaça do aquecimento global põe em xeque a vida do ser humano no planeta já nos próximos 50, 80 anos, e o Acre destaca-se por defender uma nova forma de se relacionar com o meio ambiente. Hoje nosso Estado é respeitado por todas as nações do mundo por suas políticas avançadas.

Levamos em consideração que nem tudo é perfeito. As centrais sindicais e sindicatos de trabalhadores acrianos têm críticas à forma como alguns casos de manejo empresarial vêm sendo executados.

Por outro lado, não podemos ignorar que foram garantidos ganhos importantes em planos de manejo comunitários que têm beneficiado inúmeras famílias de pequenos produtores rurais.

Isto sem falar no clima de medo que pairava sobre o Acre no passado, onde o crime organizado e instalado em instituições públicas promovia torturas, mortes, tráfico de drogas, impunidade e outros desmandos. Para a população de bem restava apenas a opção de ficar calada para não sofrer retaliações. Além disso, o número de pessoas abaixo da linha de pobreza era assustador.

Na periferia reinava a miséria absoluta. O quadro da maioria dos bairros era de calamidade, sem pavimentação, sem cobertura de transporte coletivo e sem nenhum tipo de assistência básica.

No interior a situação era ainda mais deplorável, sem nenhuma perspectiva de melhoria na infraestrutura e nas condições de vida do povo. Hoje a zona urbana e a zona rural estão mais estruturadas e grandes avanços na saúde, segurança e educação foram realizados pelo governo do Estado.

É preciso, portanto, deixar claro que, apesar de ainda não termos as condições ideais, melhoramos muito em relação à situação de 12 anos atrás.

O que está acontecendo no Acre hoje é um jogo de interesses característicos de uma política rasteira. Aqueles maus políticos que o

povo tirou do poder estão desesperados e fazendo o que sempre fizeram: politicagem.

Quem não se lembra da corrupção desenfreada? Dos milhões que eram saqueados dos cofres públicos? Lembram da situação de calamidade da saúde, onde os ratos roíam os pacientes no pronto socorro? E quem não lembra como era a educação dos nossos filhos?

Os trabalhadores acrianos têm a clareza de que este governo não é perfeito, apresentando falhas que devem ser corrigidas. Porém é indiscutível que os trabalhadores do campo e da cidade tiveram enormes conquistas com o governo da Frente Popular. E não queremos voltar a um passado de salários atrasados e completo descrédito junto ao comércio local.

É preciso reconhecer que todas as categorias do funcionalismo público acumulam conquistas importantes que seriam impossíveis em um governo de direita. Mesmo tendo claro que se faz necessário avançar a cada ano na valorização profissional e nas condições de trabalho.

A sociedade acriana conquistou o respeito e a credibilidade de outros estados brasileiros e de diversos países do mundo graças à nossa política de desenvolvimento sustentável. Temos que lutar para melhorar este projeto e não retroagir.

O movimento sindical fala com propriedade porque somos construtores deste processo elegendo governos de esquerda que defendem políticas de desenvolvimento com respeito ao trabalhador e ao meio ambiente.

Tal como foi sonhado por aqueles que não mais estão conosco como Chico Mendes, Wilson Pinheiro e outros líderes assassinados pelos promotores do desmatamento desenfreado.

A floresta é um grande potencial econômico do estado e como tal deve ser explorada, garantindo a floresta em pé, manejada com sustentabilidade e com retorno social para as comunidades. Fundamental para isso deve ser o subsídio do governo para o manejo florestal comunitário com os maquinários necessários.

Daí dizer que isso é devastação da floresta apenas revela um completo descompromisso e irresponsabilidade para com o estado. Só toma este tipo de atitude quem não ama o Acre.

Ainda dizemos mais, a revista “Isto É” deveria verificar a veracidade de qualquer denúncia que se faça de pessoas, instituições ou entidades, bem como verificar a idoneidade dos denunciantes, para não causar danos morais ou prejudicar toda uma população. Só desta forma seu jornalismo terá credibilidade.

O movimento sindical não admite que pessoas que nunca defenderam os trabalhadores e nem os interesses da população acriana venham manchar o nome do Acre e dos acrianos apenas para defender seus interesses particulares.

O Acre precisa de pessoas que contribuam, construam políticas sociais e somem esforços para que esta política de desenvolvimento sustentável nascida no Acre continue dando certo e beneficie toda nossa população.

Assinam esta nota:

1. Central Única dos Trabalhadores - CUT.
2. Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB
3. Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado do Acre – FETACRE
4. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Assis Brasil – STR ASSIS BRASIL
5. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rio Branco – STR RIO BRANCO
6. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município do Bujari – STR BUJARI
7. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Brasileia – STR BRASILEIA
8. Oposição Sindical da Atual Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – OPDSTR – XAPURI
9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Mâncio Lima – STR MÂNCIO LIMA
10. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Plácido de Castro – STR PLÁCIDO DE CASTRO
11. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rodrigues Alves - STR RODRIGUES ALVES
12. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Porto Walter – STR PORTO WALTER
13. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Acrelândia – STR ACRELANDIA
14. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Senador Guiomard – STR SENADOR GUIOMARD
15. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Acre – SINJAC
16. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos do Estado do Acre – SINDOMESTICO
17. Sindicato dos Fiscais do Município de Rio Branco – SINFISMURB

18. Sindicato dos Servidores Municipais – SSEMURB
19. Sindicato dos Mototaxistas do Município de Rio Branco – SINDMOTO
20. Sindicato dos Profissionais de Máquinas Pesadas e Terraplanagem do Estado do Acre – SINTRATERRA
21. Sindicato dos Agentes de Endemias e Saúde do Estado do Acre – SINDACS
22. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre – SINTEAC
23. Sindicato dos Industriários do Estado do Acre – SINTIACRE
24. Sindicato dos Frentistas e Trabalhadores no Comércio de Derivados de Petróleo no Estado do Acre – SINFTDPAC
25. Cooperativa dos Produtores Rurais da Transacreana – COOPERMATE
26. Organização da Economia Solidária – UNISOL
27. Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuario - SEÇÃO SINDICAL – CPAF/AC
28. Sindicato Nacional dos Aeroviários do Brasil – SEÇÃO SINDICAL/AC
29. Sindicato dos Servidores Municipais de Bujari – SINDSMUB
30. Oposição à Direção dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Acre – SINTSAC – OPDSINTESAC
31. Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Particular do Acre - SINTERPAC
32. Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Capixaba - SINFUNPM
33. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capixaba - STR-CAPIXABA